

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JOSÉ GLAUBER ROSENDO DA SILVA

**CONDICIONANTES DA FELICIDADE COMO OBJETO DE ANÁLISE
ECONÔMICA: UM ESTUDO DAS RELAÇÕES AO DESENVOLVIMENTO**

Maceió

2021

JOSÉ GLAUBER ROSENDO DA SILVA

**CONDICIONANTES DA FELICIDADE COMO OBJETO DE ANÁLISE
ECONÔMICA: UM ESTUDO DAS RELAÇÕES AO DESENVOLVIMENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Jorge Porangaba Costa

Maceió

2021

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

- S586c Silva, José Glauber Rosendo da.
Condicionantes da felicidade como objeto de análise econômica : estudo das relações ao desenvolvimento / José Glauber Rosendo da Silva. – 2021.
95 f.
- Orientador: Márcio Jorge Porangaba Costa.
Monografia (Trabalho de Conclusão Curso em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Maceió, 2021.
- Bibliografia: f. 80-86.
Anexos: f. 87-95.
1. Política pública. 2. Economia do bem-estar. 3. Felicidade. 4. Desenvolvimento econômico. 5. Desenvolvimento social. I. Título.

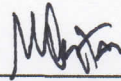
CDU: 330.34

FOLHA DE APROVAÇÃO

JOSÉ GLAUBER ROSENDO DA SILVA

CONDICIONANTES DA FELICIDADE COMO OBJETO DE ANÁLISE ECONÔMICA: UM ESTUDO DAS RELAÇÕES AO DESENVOLVIMENTO

Trabalho de Conclusão de Curso
submetido ao corpo docente do Curso de
Ciências Econômicas da Universidade
Federal de Alagoas, aprovado em 19 de
fevereiro de 2021.



Dr. Márcio Jorge Porangaba Costa
Universidade Federal de Alagoas - Campus Maceió
Orientador

Banca Examinadora:



Dra. Luciana Caetano da Silva
Universidade Federal de Alagoas - Campus Maceió



Dr. Cid Olival Feitosa
Universidade Federal de Alagoas – Campus Maceió

RESUMO

Mensurar o desenvolvimento socioeconômico tem sido uma prática que busca avaliar as condições da evolução na qualidade de vida das regiões, verificando como outras dimensões em conjunto com a riqueza podem representar um índice de progresso que reflete o quadro de bem-estar social. No entanto, as dimensões dos índices comumente utilizados mostram-se insatisfatórias frente ao grau de abstração da satisfação individual, possibilitando a consideração de pilares subjetivos relevantes para medida menos viesada da realidade. Nesta perspectiva, o trabalho tem propósito em examinar alguns dos condicionantes do bem-estar subjetivo que configuram índices de felicidade, suprimindo a carência analítica do IDH e fornecendo instrumentos para formulação de políticas públicas mais eficazes. Para tal, foram realizadas pesquisas bibliográficas confrontando conceitos de felicidade aos elementos socioeconômicos que constituem desenvolvimento, de modo a apresentar como dimensões subjetivas afetam a qualidade de vida e se fazem necessárias na leitura e planejamento do processo de transformação social. O resultado esperado com esta abordagem é encontrado na elucidação de que um índice de desenvolvimento, incapaz de considerar o máximo de dimensões possíveis que afetem a vida em sociedade, tanto objetivas quanto subjetivas, obtém dados viesados sobre a realidade regional.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Índice de Bem-Estar. Felicidade. Desenvolvimento.

ABSTRACT

Measuring socioeconomic development has been a practice that seeks to assess the conditions of evolution in the quality of life in the regions, verifying how other dimensions together with wealth can represent an index of progress that reflects the picture of social well-being. However, the dimensions of the commonly used indices are unsatisfactory in view of the degree of abstraction of individual satisfaction, enabling the consideration of relevant subjective pillars for a less biased measure of reality. In this perspective, the work aims to examine some of the conditions of subjective well-being that configure happiness indexes, supplying the analytical deficiency of the HDI and providing instruments for the formulation of more effective public policies. To this end, bibliographic research was carried out comparing concepts of happiness to the socioeconomic elements that constitute development, in order to present how subjective dimensions affect the quality of life and are necessary in the reading and planning of the process of social transformation. The expected result with this approach is found in the elucidation that a development index, unable to consider the maximum possible dimensions that affect life in society, both objective and subjective, obtains biased data about the regional reality.

Keywords: Public Policy. Well-Being Index. Happiness. Development.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 CONCEPÇÃO DE FELICIDADE E ELEMENTOS TEÓRICOS	13
2.1 A abordagem neoclássica e o viés de resultado	13
2.2 Economia e felicidade.....	17
3 A MENSURAÇÃO DA FELICIDADE	25
3.1 Riqueza e qualidade de vida.....	25
3.2 PIB, IDH e índices de felicidade	29
3.2.1 Felicidade Interna Bruta (FIB)	31
3.2.2 Relatório Mundial da Felicidade (World Happiness Report)	36
3.2.3 Índice do Planeta Feliz (Happy Planet Index).....	38
3.2.4 Pesquisa de Valores Mundiais (World Values Survey)	40
3.2.5 Índice de Prosperidade Legatum (Legatum Prosperity Index).....	41
4 BEM-ESTAR, POLÍTICAS E DESENVOLVIMENTO	45
4.1 Uma abordagem sucinta.....	45
4.2 As fases das políticas públicas	46
4.3 Direcionamento das políticas públicas pela ótica do bem-estar	50
4.3.1 Vitalidade Comunitária	50
4.3.2 Boa Governança	53
4.3.3 Resiliência Ecológica.....	56
4.3.4 Bem-Estar Psicológico	59
4.3.5 Uso Equilibrado do Tempo.....	63
4.3.6 Segurança.....	67
4.4 Relevância contributiva e entraves ao desenvolvimento	71

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
6 REFERÊNCIAS.....	80
ANEXO A – LEGATUM PROSPERITY INDEX METODOLOGY 2016.....	87

1 INTRODUÇÃO

No mundo globalizado, sociedades possuem histórias e culturas específicas que convergem em um padrão de comportamento internacional. Ainda que sejam reconhecidos hábitos regionais, gastronomia, manifestações intelectuais e artísticas, as relações de comércio estabelecidas impõem modelos econômicos que fazem as comunidades adaptarem seus costumes com a influência externa. Essa organização sistemática possui assim forte relevância mundial e exige cada vez mais imersão das coletividades para que seja obtida uma noção de progresso, definindo metas e objetivos por vezes contrários as particularidades íntimas do povo.

Dado a necessidade crescente em atender as demandas sistêmicas, tem-se um custo pautado na ignorância dos anseios populacionais, reinterpretando aspectos da vida que proporcionam bem-estar como função de elementos puramente objetivos, indo contra a natureza humana de busca por experiências hedônicas. Este desvio de propósito com vista à manutenção da ordem econômica em detrimento de benefícios sociais, tratando o bem-estar subjetivo como termo subseqüente, gera efeitos devastadores na harmonia psicológica, física e espiritual nas regiões.

Em meio ao aumento da produtividade, consumo supérfluo intensificado e degradação ambiental desregulada, constatam-se efeitos como: ondas crescentes de desigualdade; externalidades negativas da produção que prejudicam a saúde pública; exploração do trabalho que limita o lazer essencial para recomposição das forças; fatores comparativos que intensificam discriminações e preconceitos, entre outros pontos que tornam superficial uma ideia de desenvolvimento nacional em função expressiva do aumento da riqueza, com expectativa viesada que ela possa generalizar qualidade de vida.

Por mais que pareça óbvia a complexidade humana, tal qual a existência de abstrações que provocam múltiplas sensações no íntimo individual - influenciando o estado emocional, este não é um axioma relevante para a ciência econômica neoclássica. Ocorre que as organizações sociais abriram mais espaço aos modelos econômicos e deram menos atenção às satisfações pessoais, fazendo da subjetividade humana parte de um problema insustentável ao funcionamento do sistema.

Em uma estrutura que preza pela soberania entre classes e nações, pela riqueza material como atributo de valor social, prestígio e imponência, que ainda incentiva a

acumulação para alimentar poder e ego, dá-se por inconveniente propiciar condições e oportunidades iguais a todos. Nesse contexto, para que poucos ascendam dentro desta realidade, muitos precisam carregar o fardo de não terem seus anseios, necessidades básicas e prazeres atendidos. Portanto é compreensível que o pensamento econômico dominante desconsidere o alto grau de abstração no processo decisório dos agentes, estipulando que eles partem de uma restrição orçamentária para a maximização do bem-estar (satisfação) quando adquirem cestas de bens e serviços que concluem ter maior utilidade.

Desta incompatibilidade entre a razão econômica dominante e os diversos termos que podem compor o estado de satisfação, surgem estudos interdisciplinares que dão ênfase ao quadro de bem-estar: ponderando a racionalidade na tomada de decisão; questionando o efeito renda no desenvolvimento; avaliando a relevância do aspecto subjetivo ao progresso, bem como construindo relações que evidenciam nossas ações pelo propósito de felicidade. Uma dessas desconstruções parte dos vieses cognitivos e informação imperfeita, apontando que os indivíduos são incapazes de obter conhecimento pleno sobre todas as variáveis da conjuntura socioeconômica, fazendo da tomada de decisão um processo por vezes equivocado ou irracional. Concomitantemente, tem-se que a atividade cerebral opera entre um sistema racional (ativo) e outro intuitivo (relaxado), de modo que nossas decisões nem sempre são embasadas ou lógicas, ao contrário do que é suposto nos modelos neoclássicos.

Mesmo que as decisões individuais sejam imprecisas, a felicidade sempre é buscada como objetivo primário, aonde todas as ações humanas se dirigem direta ou indiretamente. Logo, se o bem-estar engloba todos os condicionantes que justificam nossas atitudes, não só a renda é insatisfatória para representá-lo como também podem ser elencados outros pilares relevantes. Deste modo, o poder aquisitivo pode ser visto somente como um meio para se atingir um resultado, uma ferramenta para se alcançar o estado de satisfação relativa e não a razão da felicidade em si.

Ainda que a aquisição de bens e serviços venha causar prazer e alegria, este é um efeito limitado que decresce com o aumento da riqueza ou após ultrapassar a margem de subsistência, posto que a distância entre aspiração e realização vai ficando cada vez mais curta. Denota-se então que uma organização social estruturada nos moldes sistêmicos de produção e consumo, pautando a análise

econômica do bem-estar em função da renda, não esboça linhas confiáveis ao desenvolvimento socioeconômico.

Face ao exposto, este trabalho tem por objetivo examinar as dimensões subjetivas necessárias a um índice de desenvolvimento, não atendidas pelas configurações do PIB ou IDH. A metodologia seguiu caráter exploratório, tomando base de inferências sobre pesquisas bibliográficas que discorrem as nuances do bem-estar social, confrontadas com estudos econômicos que verbalizam determinantes ao desenvolvimento. Essa abordagem considerou a hipótese que os índices de felicidade constituem instrumentos de análise socioeconômica mais eficientes para formulação de políticas públicas, verificando qualitativamente se os resultados obtidos esboçam linhas mais condizentes de progresso.

Entre os pressupostos para investigação, denota-se que a qualidade de vida e o bem-estar derivam de inúmeros fatores objetivos e subjetivos, conquanto a economia neoclássica se pauta na objetividade, sendo contraditório imaginar que exista atualmente um modelo seguro de progresso sem representar os anseios íntimos do povo. Ademais, a renda se põe no mundo moderno como elemento central ao desenvolvimento, onde países mais ricos são os que obtêm melhores taxas de transformação, mesmo que ao custo do empobrecimento em outras nações e esgotamento de recursos.

Concernente a isso, qual seria o preço do crescimento econômico para o país e o mundo? Os cidadãos de países mais ricos são mais felizes que os indivíduos das nações mais pobres? A satisfação populacional nos países ricos acompanha proporcionalmente o crescimento da renda? O bem-estar se finda na renda ou apesar da riqueza outros elementos promovem insatisfação evidente? Quais seriam estes possíveis elementos? A sociedade se move em busca da renda ou dos auferes que ela intermedeia? Se a satisfação está no resultado, ao passo que esta deriva de um anseio individual construído pela experiência adquirida (uma identidade emocional), por que o bem-estar subjetivo não é ferramenta de estudo na ciência econômica como fator crítico ao desenvolvimento? Uma nação dita como desenvolvida pelo IDH considera o fator acumulativo da renda (desigualdade), a qualidade do ensino (não-quantitativo) e a expectativa de vida não refletindo condição dela?

De forma organizacional, estas indagações são discutidas em três etapas. A inicial se propõe a fazer um contraponto entre o pensamento econômico dominante

e os vieses cognitivos. Segue ao enfatizar que a falta de sensibilidade ao fator subjetivo acarreta interpretações equivocadas sobre os anseios populacionais e condicionantes à tomada de decisão. Entendido assim a existência da limitação do saber nas ações individuais, tornando a busca pelo bem-estar um processo também abstrato, ainda aprofunda a concepção de felicidade junto a seu efeito desproporcional com o aumento da renda.

A abordagem desta seção possibilita reflexão sobre a viabilidade de outros pilares igualmente relevantes ao progresso, sendo este o foco da discussão no tópico seguinte. Assim, são apresentadas noções sobre o conceito de desenvolvimento socioeconômico, confrontando tais informações aos indicadores PIB e IDH. Feito a análise de correspondência, são aprofundados indicadores alternativos pautados na avaliação do bem-estar subjetivo como medida de progresso. Tem conclusão ao estimular a elucubração para com os índices de felicidade, reconhecendo ser imprescindível a sensibilidade e compromisso do governo no uso dos dados.

Por fim, na perspectiva da atuação estatal rumo ao progresso é discorrida a terceira etapa, contemplando dois segmentos. No primeiro, discute-se como algumas dimensões subjetivas dos índices de felicidade se relacionam aos problemas estruturais da sociedade, identificando os impactos negativos que são promovidos no bem-estar público e exemplificando possíveis estratégias de resolução que podem ser adotadas, rumo às linhas de desenvolvimento. Em seguida, pontua-se a fundamentação em um questionário de avaliação do bem-estar, acentuando o embasamento utilizado na composição das variáveis, verificando ainda como a organização socioeconômica tende a apresentar resistência à adoção dos indicadores de satisfação.

Em suma, os índices de felicidade apresentados contêm valor contributivo e resolutivo densamente valioso. A gama de informações que viabiliza leitura precisa dos nodos críticos e propicia interferências direcionadas, pode corrigir problemas estruturais ao tempo que desencadeia ondas de satisfação na sociedade. Desse modo, a atuação do setor público viria a ser pautada diretamente no quadro de bem-estar evidenciado pelos indicadores, invés de utilizar modelos acessórios desarticulados. Por consequência, a proposta deste trabalho é relevante e oportuna, uma vez que busca desconstruir o equívoco interpretativo do bem-estar em função da renda, apontando a superficialidade contida no PIB e IDH como medida de

desenvolvimento, sugerindo solução alternativa em índices de felicidade para planejamento de políticas públicas com possibilidade consistente de obter progresso socioeconômico.

2 CONCEPÇÃO DE FELICIDADE E ELEMENTOS TEÓRICOS

A seção busca analisar, em primeiro plano, o equívoco interpretativo da análise neoclássica sobre a noção de bem-estar, como sendo insatisfatória frente ao grau de abstração no conceito de felicidade. Concomitantemente, busca discutir ideais de felicidade e as formas como se relacionam à economia, tornando prático o reconhecimento de outros determinantes da satisfação individual. Em seguida, visa demonstrar como a renda, isoladamente, é insustentável na garantia do bem-estar, ao passo que o crescimento dela tende a não apresentar relação proporcional com índices de felicidade elevados. Por fim, apresenta algumas justificativas para este efeito, abrindo margem ao estudo da mensuração subjetiva no tópico seguinte.

2.1 A abordagem neoclássica e o viés de resultado

A ciência econômica é caracterizada pela existência de dois grandes blocos de análise e planejamento, definidos como micro e macroeconômico. Tem-se que a microeconomia é encarregada do exame comportamental dos agentes e das relações de mercado que entre eles se estabelecem, enquanto a macroeconomia parte para medida ou contabilidade da realidade agregada, entre planos e fenômenos que envolvem o coletivo. Deste contexto, por ter forte contribuição na avaliação do processo decisório, a microeconomia se mostra excelente referencial de partida nesta dissertação, pela teoria de atuação dos agentes quando confrontados por conjuntos de diferentes opções. Em acordo com ela, eles ponderam elementos positivos e negativos - vantagens e desvantagens, maximizando a satisfação individual quando alocam suas rendas entre várias cestas de consumo.

Esta abordagem parte da fragmentação do processo decisório em três etapas¹, construindo o conceito das curvas de indiferença e definindo a prática utilitarista², em que o ímpeto pessoal de realizar as melhores escolhas tende a proporcionar

¹ 1 - A preferência individual refletindo os motivos que levam as pessoas a fazerem escolhas entre mercadorias; 2 - A restrição orçamentária impondo limites às quantidades de produtos que podem ser adquiridos; 3 - A escolha ou decisão final, ao seu tempo, avaliando preferência e restrição na aquisição das combinações de bens e serviços que maximizam o bem-estar (PINDYCK et. al., 2013).

² Uma das principais questões da microeconomia é saber se os indivíduos, na busca de seus interesses próprios, contribuem para promover os interesses da sociedade no seu conjunto (KRUGMAN et. al., 2015).

benefício geral para a sociedade. Ocorre que a problemática envolta desta interpretação está na forma como ela visualiza o comportamento condicionado pelas variáveis nos modelos, ao subentender racionalidade ilimitada nos agentes que efetivam decisões com percepção plena do cenário político, comercial e financeiro.

Tendo em vista o possível viés de resultado, esta leitura se mostra insatisfatória à compreensão consistente da economia dado a limitação no julgar da realidade pelas pessoas. Ao mesmo tempo, visto que a racionalidade do consumidor não é suficiente à confiabilidade nos resultados, defende-se que uma interdisciplinaridade com a psicologia é necessária para avaliar tanto aspectos objetivos quanto subjetivos no processo de escolha, visando melhor aproximação com a realidade.

Nessa vertente psicoeconômica utilizam-se como referenciais centrais os estudos de Herbert Simon³ e Daniel Kahneman⁴. Simon (1955) afirma que a limitação do saber faz com que os indivíduos deixem de mapear todas as informações importantes ao seu redor, de modo que a percepção das variáveis econômicas será imperfeita, fazendo com que construam um modelo de mundo na mente diferente do real. Ao passo que Kahneman (2012) institui a tomada de decisão frente a dois segmentos: no primeiro, a atuação dos agentes se dá sem muito exercício racional, de maneira mais intuitiva e automática; enquanto no segundo, tem-se uma exigência atenuada da atividade cerebral, tanto em utilização quanto em esforço. Logo, segundo ele, os indivíduos respondem de formas diferentes aos estímulos que recebem originando **vieses cognitivos**.

Do exposto, faz-se possível o paralelo com um dos dez princípios básicos da economia que institui: pessoas reagem a incentivos⁵. Certamente a economia neoclássica se apóia nesta afirmativa, mas ignorando a proposição de subjetividade exposta na ótica comportamental. É disto que uma reinterpretação pode ser feita e presumir que as pessoas reagem aos incentivos, porém em moldes distintos frente ao grau de obliquidade na absorção da informação.

Ainda que o aspecto subjetivo tenha valor relevante à discussão, a inclusão de fatores abstratos na análise do cenário econômico gera discordâncias entre os profissionais da área, especialmente sobre como percepções individuais de mundo seriam mensuradas ou de que forma seria possível atribuir graus de confiabilidade

³ Economista; Nobel de Economia (1978); Pesquisador de Psicologia Cognitiva.

⁴ Psicólogo; Nobel de Economia (2002); Teórico da Economia Comportamental.

⁵ MANKIOW, N. Gregory. Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macroeconomia, 2ª Ed.. Campus, 2001.

nos resultados. Visto que as pessoas podem não entender precisamente seus sentimentos e expressarem-se equivocadamente ante a compreensão da própria realidade, seria dificultada a projeção para o quadro geral da sociedade. Não obstante, a provável solução deste empecilho teórico foi idealizada por Vilfredo Pareto⁶, após fundamentar a proposição de **virada paretiana**⁷.

Pareto (apud BRUNI, 2013) define que a observação e conferência do comportamento repetitivo fazem com que fatores subjetivos tornem-se objetivamente visíveis. Ao partir desta certificação, a conversão pode ser efetuada através dos *surveys* (pesquisas de opinião), baseados em questionários e entrevistas empregados a amostras representativas de um ambiente social específico ou região. Por meio dos dados coletados, através da frequência na similitude das opiniões, tornar-se-á possível estabelecer perfis de conduta pautados em subvariáveis que definirão características singulares.

Tal colocação é reforçada com as palavras de Praag (apud DAMASCENO, 2009) ao concluir que a similaridade das respostas encontradas em circunstâncias semelhantes, em tempo e/ou localidade distintos, apontará a coerência das mesmas. Adicionalmente, Blanchflower et. al. (2004) ao ponderarem possíveis vieses nos dados subjetivos, determinam que seria ainda mais insatisfatória a ideia de que podemos compreender a felicidade das pessoas sem ouvir o que elas têm a dizer sobre suas próprias vidas. Por fim, Di Tella et. al. (2001) ressaltam que tais vieses podem ser atenuados pela expansão na coleta dos dados e aperfeiçoamento da qualidade dele, tanto por uma melhor formulação de questões quanto pelo treinamento adequado do entrevistador, evitando abordagens que intimidem o entrevistado e favoreçam respostas que fujam daquelas socialmente aceitas (tendência).

Depreende-se que se ao atingir níveis de satisfação pela ótica utilitarista o agente alcança um estado de felicidade, tal sentimento nada mais é que a representação do bem-estar momentâneo pela realização ou conclusão de algo. Portanto, se a felicidade está correlacionada ao bem-estar, ela tem forte influência nas decisões e emoções que guiarão o agente nas escolhas, expandindo o número

⁶ Cientista Político, Sociólogo e Economista Italiano.

⁷ “Estudaremos as ações repetitivas que as pessoas executam para satisfazerem seus gostos, estabelecendo uma conexão lógica que une essas ações. Assim, poderemos constatar certas relações entre fatos objetivos e subjetivos, simplificando ainda o problema ético assumindo que o fato subjetivo se enquadra perfeitamente ao fato objetivo” (apud BRUNI, 2013, pág. 52).

de variáveis possíveis para explicar ações individuais. A felicidade seria vista como um caminho para onde todas as ações humanas se dirigem, direta ou indiretamente como objetivo primário. Perspectiva que compactua com Giannetti (2002), expressando que ela sempre foi e continuará sendo o grande fim, se não a finalidade suprema, mas em nome do qual se justificam todas as escolhas na vida pública e privada.

Shikida (2008) aponta que tanto no âmbito microeconômico quanto macroeconômico, ao se obter a satisfação dos indivíduos por meio da maximização dos seus desejos, chega-se de grosso modo na felicidade. Reforça que o estado de contentamento abrange maior gama de elementos, sendo a satisfação alcançada na aquisição de bens e serviços somente uma fração da alegria com a vida. É disto que identificando o maior número de dimensões possíveis que aproximem o ato de ser feliz, tem-se melhor representação do quadro social.

Sewaybricker (2017) faz uma colocação pertinente sobre a amplitude do conceito de felicidade, substanciando não ser plausível limitá-la aos condicionantes de única variável. O autor expõe que a felicidade emerge em narrativas tão diversas que parece ser possível afirmar quase qualquer coisa sobre ela, assumindo uma “liquidez” capaz de tomar a forma de qualquer recipiente sem se negar. Ainda que em tom de crítica sobre as investidas falhas na “solidificação” do conceito ao longo da história, fica evidente o alto grau de dispersão ao definir o bem-estar subjetivo. Por conseguinte, o autor ainda coloca que a felicidade seria transcendente ou metafísica, como uma reflexão própria dos homens sobre algo que não está presente, mas que se deseja – abstrato. Novamente corrobora com Gianetti (2002), remetendo a alegria com a vida como finalidade para todas as ações humanas.

Em suma, a felicidade deve então ser percebida sob perspectivas **hedônica** e **eudemônica**. Na hedônica, representando a soma de todos os prazeres que indivíduo pode acumular durante a vida, e na eudemônica, compreendendo que as ações, metas e planos são congruentes com um conjunto de valores que definem condutas em busca da felicidade (MARIANO, 2019). Desse modo, o bem-estar pode ser visto tanto como uma sensação de prazer relativo (hedônico) quanto como o interesse final na articulação dos planos para tomada de decisão (eudemônico). Portanto, a satisfação é um estado físico e emocional de bem-estar relativo que compõe o quadro de felicidade. No tocante, diferentes dimensões objetivas e

subjetivas afetam o bem-estar individual que conseqüentemente refletem a alegria com a vida.

Infere-se disto que os agentes tomam decisões com racionalidade limitada objetivando maximizar o bem-estar, ao passo que a busca - consciente ou não - pela felicidade relativa, fornece dados necessários para identificação dos perfis característicos de indivíduos numa determinada cultura, possibilitando a análise de como ser feliz ou infeliz estaria relacionado aos níveis de renda, condições de saúde, horizonte educacional, crenças religiosas, entre outros. A forte correlação da infelicidade com as péssimas condições de saúde, a exemplo, pode fornecer elementos para o planejamento de políticas públicas "cirúrgicas" que elevem os índices de desenvolvimento regional, atuando em setores indiretos que causam forte influência. Para tal, dar-se-á necessário compreender a felicidade como uma deliberação que leva em consideração nosso aprendizado em experiências passadas, avaliações do futuro e individuais ao julgamento - tomada de decisão (VEENHOVEN, 1993).

Como os fatores que influem o processo decisório são assim condicionantes para a busca da felicidade, esta proverá elementos que traduzem as ações e o quadro social no qual o agente se encontra. Por isso é imprescindível aprofundar a discussão sobre o conceito de felicidade em sequência, demonstrando como ela pode ser ferramenta de análise para melhor compreensão do cenário socioeconômico.

2.2 Economia e felicidade

Ao longo dos anos as sociedades evoluem adotando costumes singulares que ditam regras sobre as formas de viver, de modo que os objetivos e percepções de mundo são construções de uma dinâmica regional específica. Com o avanço tecnológico e o desenvolvimento dos veículos de informação, deu-se uma imersão na multiculturalidade e disto ampliaram-se os desejos e planos futuros, estendendo o horizonte de satisfação. Frente a tantas opções para satisfazer as vontades, cresceu também o número de elementos frustrantes para sensações infelizes. Por isso, todos os fatores que estruturam uma composição social, desde seus hábitos até seus sistemas de organização política e econômica, são pontos que influem o ato de ser feliz. Nesta perspectiva, o que seria felicidade em essência? De que

modo entender sua constituição pode ser favorável ao desenvolvimento social? Qual a relação da felicidade com a economia?

Um dos panoramas sobre o juízo da felicidade foi posto por Aristóteles (2002), alegando que ela não é sustentada pela existência de outros objetivos, pois é capaz de justificar-se em sua própria essência. De tal modo, não seriam as aspirações os atalhos para o estado de contentamento, do contrário, ser feliz é o propósito primário que leva a efetuar novos planos, sendo tanto a partida quanto o fim⁸. Pastore (2001) assina com tal colocação ao afirmar que a felicidade não é só o sentimento de ser feliz, mas também o prazer que os indivíduos sentem de viver, incluindo a experiência cumulativa que se obtêm durante a vida.

Semelhante ao que foi dito por Veenhoven (1993), o processo cumulativo compreende a experiência adquirida ao longo do tempo, sendo esse aprendizado uma sucessão de experimentos sensoriais, positivos ou não, que definem elementos individuais capazes de promover o bem-estar. Ao partirem desta identidade emocional, os agentes estruturam objetivos e ações almejando a felicidade relativa. Concomitantemente, esta analogia também faz jus às palavras de Pareto (apud BRUNI, 2013), onde o aprendizado das escolhas remete à experiência e a reação a essa experimentação que tenha causado prazer ou desprazer, tornará a atitude racional pela repetição. Absorve-se disso que a satisfação subjetiva é ensaiada até estabelecer termos concretos que condicionem o processo decisório.

Durkheim (2002) reforça este raciocínio ao pontuar que a história mostra ausência de arbitrariedade nas mudanças do homem. Nessa linha, o indivíduo não se metamorfosearia a vontade, pois se chocaria com o passado adquirido e organizado sob o império de suas necessidades. Compreende-se que as definições de “necessidades” também seriam frutos dos ensaios realizados até o ponto presente de decisão, sendo a formação de opinião e sensação que condicionará o ato, um processo cíclico de experimento, ação e absorção. Cabe inferir ainda que a identidade emocional sofre interferências do consenso cultural sobre felicidade, não em caráter de negação das particularidades e sim da repressão delas. O sujeito normalmente dispõe de sua própria unidade sensitiva, mas ao viver em sociedade com normas e métodos organizacionais, tende a seguir a conformidade dela.

⁸ Isto é posto ao pressupor que todas as ações humanas são dirigidas direta ou indiretamente para alcançar a felicidade, estando conectadas por fatores motivacionais que passam por um processo cumulativo até chegar ao objetivo final (ARISTÓTELES, 2002).

Depreende-se, portanto, que a felicidade é uma dualidade física e espiritual⁹, sendo então objetiva e subjetiva, diante das quais as decisões serão tomadas com plena convicção na experiência momentânea. Se considerar que as deliberações são feitas a cada segundo, o arrependimento por uma ação adotada pautado no argumento de incerteza na escolha se dará em tempo futuro. Logo, as ações individuais seguem conclusões lógicas ponderando experiências passadas (concretas e abstratas), ao passo que as lamentações futuras são parte do aprendizado com a derrota. É daí que uma nova formulação de referências sensoriais será agregada ao conhecimento do indivíduo, evitando que este siga rumos semelhantes capazes de proporcionar desprazer.

Nesta etapa, alguns artifícios foram obtidos para estabelecer relações pertinentes entre a felicidade relativa, enquanto análise econômica neoclássica, e suas diferentes interpretações ante um conjunto de variáveis pré-determinadas. A princípio, importa definir que nas avaliações individuais ou sociais, as variáveis podem apresentar conclusões desiguais, pois não possuem a mesma proporção (renda, saúde e educação teriam uma ordem de preferência, a exemplo). Além disso, cada peso referencial muda a depender da região estudada, devido a fatores culturais, ambientais ou econômicos díspares. Tudo posto, o desenvolvimento deste contraponto parte das palavras de Dib Netto (2014):

“A direção de causa-efeito também pode ser questionada. Por exemplo: as pessoas são mais felizes por terem mais renda ou elas ganham mais por serem mais felizes que a média e, conseqüentemente, serem mais produtivas? (DIB NETTO, 2014).”

O texto de Netto (2014) indaga a possibilidade de que o bem-estar proporcionado pela renda, na verdade, seja o fator condicionante para a progressão do desempenho individual que acarretará retornos financeiros mais elevados no futuro. Assim, a correlação da renda com a felicidade seria determinada por outros fatores que predispuessem o agente em um estado de satisfação. Novamente faz jus às afirmações de Veenhoven (1993) sobre o processo cumulativo da experiência adquirida, sendo o amalgama dos ensaios empíricos determinante para o

⁹ “O conhecimento seguro dos desejos leva a direcionar toda escolha e toda recusa para questões relacionadas ao bem-estar corporal e serenidade do espírito, entendendo que estas são a finalidade de uma vida feliz” (EPICURO, 2002).

comportamento adotado, que por sua vez terá implicações incisivas tanto na vida em sociedade quanto na desenvoltura pessoal dentro do sistema de organização.

É importante refletir sobre a renda porque na visão neoclássica ela é tida como termo exclusivo capaz de traduzir o estado de satisfação, com progressão marginal a cada valor acrescido no poder de compra. Esta variável é de tamanha relevância que os métodos de análise do desenvolvimento socioeconômico também consideram sua configuração quantitativa, ainda que alguns estudos sobre a felicidade nos diversos países do mundo revelem que a renda assume um caráter dúbio, trazendo à tona um questionamento: se o aumento da renda real de uma nação (PIB) tende a promover o bem-estar, então seriam os países mais ricos do mundo os mais felizes? Sabetan (2003) pontua uma provocação sublinhando que a suposição da riqueza como expressivo elemento da felicidade, impõe que pessoas mais ricas estariam livres da infelicidade, ao passo que aqueles mais pobres seriam privadas de experimentar alguma alegria.

Faz-se possível reflexão neste aspecto analisando a relação entre os países e suas correspondentes taxas de suicídios¹⁰. Através do ranking das nações sobre o PIB per capita (THE WORLD BANK, 2020), tem-se que Suíça, Irlanda, Noruega e Estados Unidos são alguns dos países que ocupam o topo entre os mais ricos. Paralelamente, Afeganistão, Madagascar, Serra Leoa e Níger encontram-se bem próximos da ducentésima colocação na mesma lista. Isto posto, confrontar o número de suicídios relatados em cada um desses países com suas posições de riqueza relativa, torna possível identificar um paradoxo entre crescimento da renda e qualidade de vida. Em acordo com a OMS, enquanto 79% dos suicídios no mundo ocorreram em países de baixa e média renda, a maior taxa foi observada nos países de renda alta, por volta de 11,5 mortes para cada 100 mil pessoas (ONU NEWS, 2019).

Atribuindo valores, os dados sobre suicídio entre homens e mulheres para cada 100 mil habitantes, observados nos países mais ricos no ano de 2016 foram os

¹⁰ O suicídio é o ato de causar a própria morte intencionalmente, sendo seu principal vetor os transtornos mentais comumente associados à depressão, transtorno do humor bipolar e dependência do álcool ou outras drogas psicoativas. Em uma revisão de 31 artigos científicos publicados entre 1959 e 2001, englobando 15.629 suicídios na população geral, foi demonstrado que em mais de 90% dos casos caberia um diagnóstico de transtorno mental (BOTEGA, 2014). Como o estado de felicidade e bem-estar são simbióticos, fatores como traumas, luto ou estresse intenso desencadeiam transtornos mentais que prejudicam a satisfação individual, podendo ser elencados condicionantes econômicos, sociais, sanitários, ambientais ou políticos como supostas causas além do nível de renda.

seguintes: Suíça (17.2); Irlanda (11.5); Noruega (12.2) e Estados Unidos (15.3). Enquanto nos países mais pobres citados anteriormente: Afeganistão (4.7); Madagascar (3.9); Serra Leoa (9.7) e Níger (4.6)(WHO, 2019). Com base nisso, percebe-se que a riqueza e o progresso que dela deriva não vêm necessariamente acompanhada com qualidade de vida, entendida não só por aspectos materiais como também psicológicos e ambientais, sendo então contraditório ao conceito básico de desenvolvimento socioeconômico que enfatiza a importância na garantia das boas condições de existência.

Se uma sociedade que enriquece tende a apresentar altas taxas de suicídio, evidentemente algum elemento nocivo à estabilidade física e mental dos indivíduos acompanha esse crescimento. Embora seja indiscutível que a renda proporciona bem-estar frente a toda configuração da organização econômica mundial, o ponto relevante está em saber até que patamar ela é capaz de proporcionar graus de satisfação, podendo perder significância após determinado estágio. Foi constatando este paradoxo que entraram em destaque as teorias de Richard Easterlin¹¹, buscando afirmar que rendimentos elevados possuem correlação com a felicidade em etapas iniciais, mas que no longo prazo, esta correlação dificilmente pode ser observada.

Em seus estudos sobre a felicidade e os fatores que condicionam o indivíduo ao bem-estar, Easterlin (1974) concluiu que no âmbito territorial de um país específico, aqueles com maiores rendimentos são mais propensos a relatar uma elevada satisfação com a vida. No entanto, ao estabelecer comparações em nível internacional, nota-se que a felicidade média reportada pela nação não acompanha estritamente o aumento do rendimento nacional per capita. O autor demonstrou que embora fosse verificada relação positiva, o índice de contentamento reportado nos Estados Unidos, entre 1946 e 1970, permaneceu praticamente estagnado apesar do forte crescimento econômico ocorrido no período, chegando a apresentar tendências declinantes entre 1960 e 1970 (EASTERLIN, 1974).

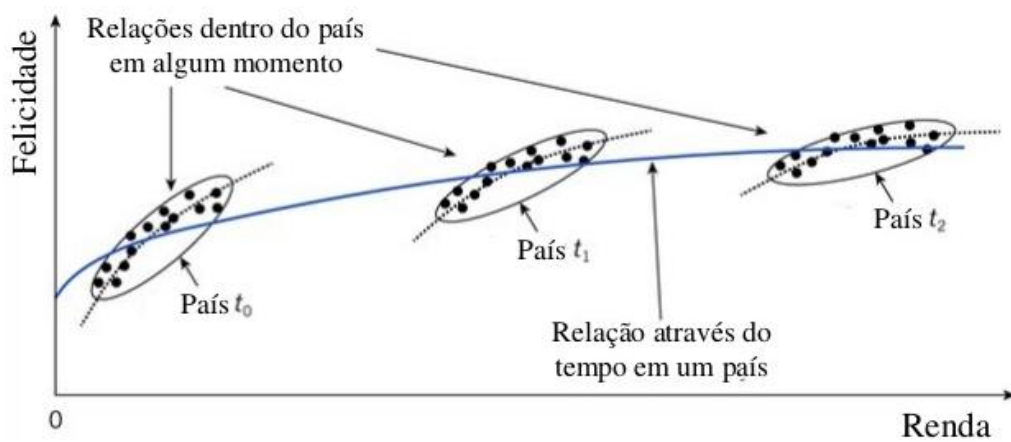
Interpreta-se disto que o efeito contínuo esperado pelo aumento da renda não é de fato constatado na prática, ao passo que algumas nações menos desenvolvidas chegam a apresentar índices de felicidade maiores. Este é um complexo que se apóia sobre três assertivas: 1 – Em uma sociedade isolada, sem comparações

¹¹ Ph. D. em Economia pela Universidade da Pensilvânia (1953).

externas, os ricos tendem a ser mais felizes que os pobres; 2 – abrindo as fronteiras de análise, sociedades ricas não possuem uma tendência regradada de serem mais felizes que sociedades pobres; 3 – o enriquecimento do país não leva, necessariamente, à felicidade (JUNGES et. al., 2014). Esta discussão é uma das contribuições mais significantes à Economia da Felicidade, ficando conhecida desde 1974 como **Paradoxo de Easterlin**¹².

No gráfico a seguir é possível observar detalhadamente o comportamento declinante da curva de felicidade em função da renda ao longo do tempo:

Gráfico 1 – Paradoxo de Easterlin



Chen, Xi. "Relative deprivation and individual well-being." *IZA World of Labor* (2015).

Por meio do gráfico, percebemos que no período t_0 o país hipotético possui um nível de riqueza "x" traduzindo uma correlação positiva entre renda e felicidade. Conquanto, na medida em que a renda segue aumentando em t_1 e t_2 , a curva *dentro do país* tende a perder sua inclinação, de modo que uma elevação na renda resultará em retornos de satisfação decrescentes de escala. A relação através do tempo simboliza a trajetória de todas as curvas internas do país para cada período t_n , fornecendo um elemento visual que permite a verificação do grau de estagnação do bem-estar, como apontado por Easterlin (1974) sobre o mesmo fenômeno ocorrido nos Estados Unidos.

¹² Encontraram-se evidências de que a felicidade aumenta com o crescimento econômico, desde que haja distribuição justa de riquezas. Na presença de desigualdade, a felicidade gerada pelo crescimento é anulada pela insatisfação gerada por essa disparidade. A produção de riqueza, portanto, não é suficiente para a satisfação com a vida aumentar, pois o crescimento desigual é crescimento infeliz (OISHI et. al., 2015).

Em entrevista concedida à revista “IHU On-line” em 2014, Easterlin esclareceu questões importantes sobre o paradoxo da renda. Para ele, as pessoas não se dão conta que ao adquirirem mais bens ou mercadorias, suas concepções de “necessidades” aumentam na mesma proporção. Como consequência, os indivíduos passam a acreditar que mais dinheiro trará a felicidade, pois a projeção de felicidade futura pressupõe que as “necessidades” atuais ficarão inalteradas (JUNGES et. al., 2014).

É possível reverberar tais afirmações imaginando o funcionamento da sociedade moderna em conjunto aos elementos da teoria neoclássica do consumidor. Entendendo que os indivíduos levam em consideração suas preferências e a restrição orçamentária no processo de escolha, ao adquirir os produtos desejados, novas opções igualmente atrativas tendem a surgir criando outras “necessidades”, levando a contínua insatisfação. Com isso, percebe-se que a essência da felicidade não está diretamente ligada ao enriquecimento, mas sim ao que são consideradas necessidades na vida, sendo estas em grande medida manipuladas pelo mercado.

Entre as investidas para explicar o paradoxo está a **teoria dos graus de aspiração** enfatizada por Nery (2014), estipulando que o bem-estar individual é determinado pela distância entre aspiração e realização. Partindo disto, o autor resgata a noção de Easterlin sobre dinheiro, um fator no qual adequar-se será extremamente mais fácil que para outros elementos da vida, relacionando tal concepção com a teoria. Desta simbiose, aponta que o paradoxo ocorre porque indivíduos se adaptam ao nível de renda, eliminando o efeito positivo que ela teria no bem-estar e criando uma insatisfação (infelicidade) que levará a busca por maiores aspirações. Rayo et. al. (2007) reforçam esta visão quando avaliam a adaptação como um *efeito de formação do hábito*, ao passo que as pessoas se acostumam aos novos padrões de vida.

Drakopoulos (2005) também explana que a ocorrência desta contradição pode estar fundamentada em uma hierarquia de necessidades, estabelecendo que os indivíduos possuem necessidades primárias e secundárias. Portanto, ao encontrar máxima satisfação em atender todos os anseios primários, novas essencialidades acessórias tenderão a surgir, provocando redução da carga emocional positiva fornecida pelo consumo e conseqüentemente pela renda. Entrementes, para McBride (2009) a busca de recursos econômicos como prioridade de vida levará a um resultado onde o crescimento na renda quase sempre virá acompanhado de uma

redução nas aspirações de consumo. Importa destacar que o “quase sempre” enfatiza existência de condições socioeconômicas díspares nas diferentes regiões - indo de encontro às três assertivas propostas por Easterlin (JUNGES et. al., 2014).

Cabe ainda destacar as referências de Nery (2014) sobre como as variáveis desemprego e inflação contribuem ao estado de insatisfação. O autor elucida que o desemprego promove custos financeiros, sociais e psicológicos, desencadeando perturbação e desequilíbrio emocional (tristeza). É uma observação lógica ao imaginar o perfil de um indivíduo que não disporá de renda como elemento para garantia de serviços básicos e produtos de subsistência. De forma mais agravante, associar esta informação às conclusões de Dib Netto (2014) e Veenhoven (1993) leva a interpretação de que o desalento auferido pelo indivíduo, nesta situação, prejudicará também o potencial individual no desdobramento de soluções práticas em outras atividades comunitárias. Ao passo que a felicidade considera as avaliações pro futuro e existe uma incapacidade pessoal na articulação de soluções, em perspectiva generalizada, a ausência de uma política pública sensível as condições emocionais do povo tenderá a refletir grande prejuízo.

No tocante à inflação, Nery (2014) também destaca que em níveis baixos não chega a causar impactos no bem-estar subjetivo, mas o faz quando ocorre de forma sistemática ou rampante. Shiller (1996) frisa que os indivíduos relatam custos não convencionais quando se deparam com inflação, em relação ao sentimento de exploração ao ter que pagar mais caro pelos bens e serviços, também pela redução da moral do governo ao “deixar que os preços se elevem e afetem toda a população”. Conclui-se disto que, de forma simples, a perda do poder de compra impossibilitará a eficiente manutenção da vida, causando efeito aproximado às consequências do desemprego.

Faz-se necessário neste ponto, desenvolver em nova seção, os principais índices que buscam estimar a felicidade e seus elementos relacionados, ao passo que o entendimento prévio de como única variável é insustentável para explicar o bem-estar, fornecerá subsídios à inferência de como outras dimensões serão importantes pra traduzir o estado de satisfação subjetiva.

3 A MENSURAÇÃO DA FELICIDADE

Objetivando fundamentar a discussão sobre o viés de resultado neoclássico, a seção apresenta elementos que distinguem crescimento econômico de desenvolvimento humano (socioeconômico). Segue discorrendo análises que aprofundam o conceito de desenvolvimento e a relação dele com o bem-estar social, reforçando a importância da leitura subjetiva para compreensão não-viesada do quadro regional. Tem desfecho ao listar alguns dos principais índices de bem-estar em atividade (detalhando suas estruturas) e sugerir a mensuração da felicidade como ferramenta complementar na formulação de políticas eficazes.

3.1 Riqueza e qualidade de vida

Compreendendo que o enriquecimento regional é insuficiente para traduzir a completude das melhorias nos diversos aspectos da vida em sociedade, tem-se a importância de estabelecer distinções entre crescimento e desenvolvimento socioeconômico. O crescimento representa o aumento da produtividade a cada período (PNB *per capita*), com implicações significativas nos níveis de consumo, taxas de empregabilidade, confiança empresarial, arrecadação fiscal e faixas de renda (SANDRONI, 1999).

Ainda que esse aumento na renda tenha impacto positivo em vários aspectos da economia, elevando o grau qualitativo-relativo de vida, também traz efeitos colaterais que são refletidos em: desigualdades; acumulações; concentrações de terra; esgotamento de recursos; degradações ambientais e etc.. Em simultâneo, tais efeitos causam perturbações que agridem a saúde civil, como: depressão; ansiedade; fobias sociais; violência; criminalidade, entre outros fatores originados pela dinâmica cultural capitalista.

A desigualdade social é um problema que assola várias nações, sendo consequência da distribuição irregular da renda influenciada por fatores históricos, econômicos, políticos, entre outros. Saber que a medida de riqueza nacional é calculada pela renda per capita, ignorando o fator acumulativo e mascarando a grande parcela do povo marginalizado, faz do enriquecimento um dado que não

reflete a magnitude da importância devida¹³. Neste cenário, a harmonia psicológica comunitária também entra em conflito, pois além de ser afluente do desnível nos rendimentos, inovações tecnológicas derivadas da alta produtividade seguem dispensando o uso de serviços humanos, pondo em risco segurança e firmeza mental.

Ademais, o aumento da produtividade e aquecimento do mercado leva a expansão no abuso dos recursos escassos, causando danos intensos à estabilidade ecológica ao passo que compromete a vida futura. Dessa forma, cada fator de contrapartida negativa originado pelo aumento da riqueza, tende a promover a infelicidade da população e reduzir os índices de satisfação geral, necessitando que aspectos subjetivos também sejam medidos e estudados conjuntamente.

Por mais que o modelo econômico vigente seja exaltado como insatisfatório ao bem-estar, sempre existirá a defesa de poder decidir os próprios caminhos e alcançar felicidade independente de uma subjetividade mensurada. Contudo, a conclusão das metas definidas sistematicamente não é, de forma isolada, o fator que proporciona bem-estar geral.

Absortos numa esfera social, indivíduos são frequentemente induzidos a fazer escolhas com falsa sensação de poder e controle sobre a vida. A ignorância deste fato está na crença que escolhas são construídas intimamente, sem uma pré-determinação de rumo externa. No entanto, uma organização comunitária com suas normas e características singulares produz os “caminhos” que cada integrante deste núcleo optará por seguir, sendo a satisfação relativa dependente do nível de imersão sistemática. Ainda que objetivamente o indivíduo acredite alcançar o ápice de bem-estar, tal percepção não se sustenta pela dualidade da felicidade, não havendo equilíbrio das forças que a compõem.

Compreendida as limitações no campo objetivo do processo decisório, deduz-se que a prosperidade individual ou regional pelo aumento da riqueza estará, em grande medida, mais condicionada a um cumprimento das imposições postas pelo meio que pela realização das vontades e anseios íntimos do povo. Vale ressaltar que atingir tais metas também reflete graus de felicidade, pois o indivíduo é uma construção do meio onde vive e existe como função dos determinantes sociais pré-

¹³ A qualidade de vida esperada pelo aumento na renda per capita não é expressiva, dado a concentração de riqueza que desencadeia diversos problemas multidimensionais. Logo, a medida de riqueza nacional, isoladamente, não é compatível ao grau de importância atribuído nas análises neoclássicas.

estabelecidos. No entanto, a natureza humana transcende a racionalidade para os estímulos sensoriais, reconhecendo a incompletude de sua existência ante a ignorância de fatores abstratos (amor, paz, harmonia, confiança, etc.). É neste sentido que se dá a construção do conceito de desenvolvimento socioeconômico, considerando não só a renda como elemento de prosperidade regional, mas toda a gama de variáveis possíveis e relevantes - subjetivas ou não - que interpretem o equilíbrio entre enriquecimento e melhorias significativas na qualidade de vida.

Das possíveis definições para desenvolvimento socioeconômico, encontram-se as considerações do economista Gilson B. de Oliveira (2002), entre as quais exprime uma análise sobre o termo que diz:

“O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras (OLIVEIRA, 2002).”

Reforça que o desenvolvimento só é observável quando as categorias humanas e sociais são atendidas qualitativamente, ao passo que isso ocorre em conjunto com o aumento da produtividade e eficiente distribuição dos incrementos positivos da renda na sociedade. Contudo, o estado de satisfação dos indivíduos vai além de uma dinâmica objetiva, sendo o fornecimento das condições básicas de subsistência o elemento primário para uma vida estável dentro da estrutura de organização, mas que isoladamente não traduzirá o bem-estar. É deste contraponto que tratam as discussões na Economia da Felicidade, enfatizando que a garantia dos meios fundamentais de sobrevivência não refletem diretamente os índices de contentamento com a vida.

Rodrigues (1993) reafirma a importância do caráter subjetivo na satisfação pessoal enquanto mensuração do desenvolvimento, ao pontuar:

“O crescimento econômico carece de sentido, se não consegue promover, em última instância, o desenvolvimento humano [e social], entendido como realização (ou satisfação) pessoal dos indivíduos de um país/região (RODRIGUES, 1993).”

Uma forma prática de entender a relevância do aspecto subjetivo na dinâmica econômica é o exercício analítico sobre as dimensões nos indicadores e seus

impactos na impressão sensorial do indivíduo. Nesta linha cabe avaliar a contribuição da educação para o aumento da felicidade, através de relações entre o conhecimento adquirido ao longo do tempo e melhorias na saúde e empregabilidade.

Assume-se que o conhecimento amplia a percepção e compreensão do meio existencial pelo indivíduo, proporcionando ferramentas para maior articulação frente às adversidades (SIMON, 1955). Deste modo, campanhas públicas que orientem a população sobre cuidados devidos para com enfermidades específicas, podem elevar o grau de contentamento pelo entendimento prático do problema, na medida em que eliminam nebulosidades envolta de doenças que disseminam infelicidade pela crença numa gravidade que pode não existir.

Continuadamente, apesar dos níveis de empregabilidade serem densamente dependentes do crescimento econômico, a forte relação deles com educação não deve ser abrandada. Constata-se este vínculo no ponto onde Kahneman (2012) alega que pessoas reagem de formas diferentes aos estímulos que recebem do meio onde vivem, de modo que existindo restrição do conhecimento para número reduzido de pessoas, também serão limitadas as possibilidades de novas estratégias e alternativas. Percepções diferentes do ambiente econômico, social, político e ambiental, munidas com elementos técnicos de análise, podem resultar soluções incomuns para problemas complexos de produção, inflação, emprego e sustentabilidade, melhorando o quadro geral de bem-estar.

Já na perspectiva individual a educação fornece características vantajosas no mercado trabalho, elevando o potencial de contratação e fomentando estado de contentamento pela progressão profissional (DIB NETTO, 2014). Em síntese, seja em ótica geral ou pessoal, o aumento nas taxas de instrução promove a felicidade relativa, fugindo sutilmente do campo pragmático da aplicabilidade do ensino em finalidade objetiva para o encontro de propósito na iluminação do ser, sem barreiras ao uso do conhecimento para garantir melhoria de vida.

São diversas as relações que podem ser estabelecidas entre os termos que traduzem desenvolvimento e felicidade. Entrementes, a identificação das particularidades dimensionais com potencial de promover satisfação geral, mostra-se um artifício para resolução do problema subjetivo encontrado na análise econômica neoclássica. Reconhecendo esse valor, vários países já demonstram forte sensibilidade à mensuração do bem-estar abstrato como elemento importante

no conceito de desenvolvimento, ao ponto que alguns índices de felicidade já são trabalhados ao redor do mundo. Faz-se então necessário abordar as propriedades destes índices e seus modos de operação, demonstrando como a rica variabilidade na composição de cada pilar, ainda que busque suprir a carência analítica deixada pelos indicadores modernos, não consegue abranger toda complexidade da abstração na vida.

3.2 PIB, IDH e índices de felicidade

Entre os anos 1939 e 1945, deu-se a ocorrência de conflitos militares que envolveram grande parte das nações globais, onde os principais protagonistas dedicaram suas capacidades econômicas, industriais e científicas a serviço dos “esforços de guerra” - segunda guerra mundial (CHURCHILL, 1948-1953). Neste marco histórico, difundiu-se o uso de indicadores econômicos centrados exclusivamente na mensuração da riqueza nacional, como forma de medir a produção voltada ao conflito – potencial de batalha (HENDERSON, 2007). No cenário que se construiu, em meio à crise da Grande Depressão de 1929, do conflito militar da segunda guerra e do surgimento da teoria macroeconômica keynesiana (em teor de urgência para o estudo das articulações da crise), deu-se o impulso para a criação da contabilidade de renda nacional moderna, estruturada no que se conhece hoje como PIB (ENGLAND et. al., 1998).

Idealizado pelo economista Simon Kuznets em 1930, o PIB se pôs como importante indicador no entendimento da economia mundial, com seu primeiro cálculo nacional realizado em 1953, desenvolvido e publicado pela ONU. Todavia, ainda que o PIB fosse/seja referência na mensuração do crescimento regional, Kuznetz ressalta em fala no Congresso dos Estados Unidos (1932) que “*a riqueza de uma nação dificilmente poderá ser auferida pela medida da renda nacional*”, enaltecendo a necessidade de atenção para outras dimensões igualmente relevantes (LOUETTE, 2009).

O PIB considera em seu cálculo tudo o que foi produzido em determinado período de tempo, entre bens de consumo, bens de capital e serviços. Também pode ser estimado ante três panoramas distintos, seja pela ótica da renda, da demanda ou da oferta. Atualmente a produção interna por período maior que o crescimento populacional continua sendo assentida como fator determinante ao

desenvolvimento, mesmo que o indicador possua deficiências no que tange a mensuração dos custos sociais e ambientais da produtividade desenfreada. Externalidades estas que prejudicam o bem-estar geral e promovem empobrecimento territorial ao longo do tempo, pela exploração massiva e esgotamento dos recursos naturais, degradação do ambiente e compactação do solo.

Henderson (2007) faz observação sobre o *PIB Verde* que é esclarecedora na visualização deste quadro, destacando:

“O PIB verde da China é um caso emblemático: as taxas de crescimento chinesas, em torno de 10% ao ano há mais de duas décadas, caíram a pouco mais de zero, quando descontadas as perdas ambientais (HANDERSON, 2007).”

O Produto Interno Bruto Verde (PIBV) se apresenta como um índice de crescimento econômico que considera as conseqüências ambientais do enriquecimento. Constata-se nele a defasagem no PIB convencional, na medida em que são percebidas incompatibilidades com o cenário mundial atual e conceitos alternativos e inclusivos surgem como respostas para correção dessas falhas.

Desconsiderar a relevância do PIB na mensuração do desenvolvimento não é intenção dos cientistas sociais que avaliam seus efeitos colaterais, mas sugerir pilares que o complementem. Foi buscando este princípio que em 1990, no Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) da ONU, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi apresentado pelos economistas Mahbub ul Haq e Amartya Sen. O indicador prestou-se a servir como contraponto do PIB estabelecendo dois termos adicionais além da renda em sua medição, sendo estes a oportunidade de se levar uma vida longa e saudável – saúde, e as condições favoráveis de acesso ao conhecimento – educação (MACHADO et. al., 2008)¹⁴.

Partindo disto, as dimensões do IDH vieram a ser mensuradas por três indicadores que definem seus índices relativos, sendo a média geométrica deles o valor representativo do nível de desenvolvimento humano no espaço territorial

¹⁴ No que tange a longevidade, seu indicador é a esperança de vida ao nascer, atingindo o mais alto grau qualitativo quando observado reduções significativas da morte prematura, em conjunto com vias eficazes de acesso a saúde. Em paralelo, a medida de educação passa a objetivar análise dos meios disponíveis e favoráveis à obtenção de conhecimento, através da média dos anos de escolaridade adulta e total dos anos de estudo estimados ao nascer (PNUD, 2010).

avaliado. Ele se propôs a categorizar os países em cinco níveis de desenvolvimento humano, por escala variante de 0 (zero) a 1 (um), distribuídos em: muito baixo (menor que 0,499); baixo (entre 0,5 e 0,599); médio (entre 0,6 e 0,699); alto (entre 0,7 e 0,799) e muito alto (acima de 0,8).

Cabe mencionar que o Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD (2010) também incluiu a proposta de *Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade* (IDHAD). O IDHAD tem por objetivo ajustar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) à desigualdade na distribuição de cada dimensão pela população, “calculando a média geométrica de médias geométricas”, estimadas separadamente para cada dimensão em relação a toda sociedade (PNUD, 2010).

Invariavelmente, entre as críticas destinadas ao IDH nos últimos 30 anos, sua principal limitação está relacionada à seleção dos pilares que o compõem e aos seus pesos. O fato é que não existe uma racionalidade para as escolhas realizadas, exceto a de que se busca incluir, com pesos balanceados, apenas um pequeno número de dimensões que consideraram mais relevantes, dentre outras disponíveis. Tendo em vista que a seleção correta de indicadores e de seus respectivos pesos é aquela que representa as preferências sociais, nada nas escolhas implícitas na construção do IDH garante que o índice represente uma boa aproximação delas (BARROS et. al., 2003).

Tanto o PIB quanto o IDH marcaram períodos históricos, cada qual com suas particularidades, cenários e contribuições, sendo nítida a necessidade de adaptação interpretativa frente insuficiências na representação da realidade social. Visando essa releitura para correção das imperfeições e adequação à contemporaneidade, são sugeridos índices de felicidade. Portanto, serão apresentadas a seguir iniciativas já existentes de mensuração da felicidade e como elas podem ser instrumentos eficazes no exame aprofundado do perfil socioeconômico.

3.2.1 Felicidade Interna Bruta (FIB)

Em meio à necessidade de indicadores que representassem confiavelmente o nível de desenvolvimento em uma nação, tanto pelo aspecto quantitativo como qualitativo - com enfoque social sobre a vida, surge na década de 70 um novo indicador sistêmico no reino de Butão, no extremo leste do Himalaia. A nação butanesa se classifica entre as economicamente mais pobres do mundo (166º

segundo a ONU), contudo é regida com forte sensibilidade ao bem-estar, pondo a felicidade do povo acima dos determinantes de riqueza definidos no PIB.

Ocorreu que idealizado pelo rei butanês Jigme Singya Wangchuck e com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foi articulada a Felicidade Interna Bruta (FIB) como proposta para medir o progresso da sociedade em substituição do PIB, apontando mais de 270 variáveis organizadas em 9 dimensões: Padrão de Vida; Educação; Saúde; Governança; Cultura; Vitalidade Comunitária; Resiliência Ecológica; Uso Equilibrado do Tempo e Bem-Estar Psicológico (FIB, 2020).

O Padrão de Vida está ligado intimamente à garantia de manutenção das necessidades básicas do indivíduo, sua condição de subsistência. A FIB atende esta variável avaliando políticas públicas que assegurem os recursos ideais para uma vida estável, além de campanhas distributivas por parte do povo que realocam seus excessos. É entendido que garantir meios convenientes de sobrevivência às pessoas faz elas tornarem-se aptas para a realização de atividades que dão continuidade ao desenvolvimento, contemplando outras dimensões do indicador. A ideia por trás do custeio do padrão de vida está no encontro de uma maior disposição para administração do tempo, participando mais ativamente do ambiente político no país, buscando formas de ampliar a margem de conhecimento e dedicando-se melhor aos aspectos do bem-estar físico, psicológico e espiritual.

Por conseguinte, vista como pilar central dentro da FIB, a Educação é entendida como indispensável para as pessoas atingirem pleno potencial, tanto individual quanto coletivo (TIDEMAN, 2004). O conhecimento teria o poder da iluminação mental, capaz de reduzir os temores provenientes da falta de informação, instigar a desenvoltura diante de situações adversas - pelo número de possibilidades resolutivas que vêm a ser encontradas - e ampliando estratégias de articulação interpessoal, com finalidade de traçar objetivos satisfatórios comuns.

O diagnóstico desta variável resulta que preservações ambientais, reduções de conflitos, cuidados com a saúde e o próprio desenvolvimento social, estão fortemente atrelados ao nível educacional de uma sociedade. Também se atribui a ela a capacidade de encontrar as melhores formas de progresso conjunto, não se permitindo distrair com intolerâncias, ignorâncias, preconceitos e outros determinantes que levam a maus comportamentos ou ações distorcidas, refletidas no contexto político-administrativo do povo. Com elevado nível de conhecimento, o

índice de participação popular no gerenciamento político tende a ser mais incisivo, inviabilizando projetos que atendem majoritariamente grupos específicos, para programas que buscam redução da desigualdade e preservação da qualidade de vida presente e futura.

Ao seu tempo, a variável Saúde abraça a medicina preventiva, avaliando a autogestão da saúde individual e comunitária (ARRUDA, 2009). O bem-estar investigado dar-se-ia através de: auto-avaliação; quadros de invalidez; padrões de comportamento arriscado; prática de exercícios; horas de sono; nutrição, entre outros. Aqui a educação assume papel importante e relacionado com a saúde, pois mesmo garantidos os meios de assistência com qualidade, a instrução sobre cuidados prévios e conhecimento para quadros de enfermidades, permite que o indivíduo se antecipe ou busque ajuda necessária e direcionada quando preciso. Procurar tratamento específico ou prevenir um problema pela mudança de maus hábitos é, portanto, fruto da experiência adquirida na base cultural de um povo, sendo a absorção de conhecimento não só um elemento evolutivo, mas também um fator de satisfação e alegria.

No que tange Boa Governança, esta se traduz na integridade, eficiência, responsabilidade e transparência, bem como a participação do povo no processo de decisão política (PISA, 2014). As premissas da FIB afirmam ser extremamente difícil obter progressos governamentais significativos quando não se pode confiar em chefes de estado, ou até mesmo quando cidadãos se fazem omissos diante das dificuldades cotidianas. Nessa linha, o governo deve atender as necessidades diretas do povo e este, por sua vez, fazer-se valer de seus direitos participando ativamente da vida política de seu país (SALES et. al., 2012). Aristóteles já salientava que o homem pode ser visto como animal político, de modo que sua participação enquanto cidadão na organização de um governo traduz-se como fator essencial à felicidade (SEWAYBRICKER, 2017).

Continuamente, todas as camadas que constituem linhas de conhecimento, como crenças, arte, moral, lei, costumes e todos os hábitos e aptidões adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade, definem o elemento cultural de um povo (SALES et. al., 2012). Para a FIB, a dimensão cultural se traduz no respeito à diversidade, sendo necessária neutralidade ante diferentes tradições regionais, individuais ou coletivas, para que se torne possível alcançar um ambiente de completa harmonia.

A constituição de um povo no mundo globalizado é um amalgama cultural, onde respeitando as limitações locais de absorção e transformação, o quadro observável é a evolução constante numa base ideológica diversificada. Logo, para que haja desenvolvimento, faz-se necessário aprender a internalizar os elementos favoráveis desta pluralidade, sendo esta uma articulação possível somente com respeito e equidade para com as diferenças - que posteriormente deixarão de ser diferentes para se tornarem comuns.

Durkheim (apud SALES et. al., 2012) reforça essa ideia quando define as características da Vitalidade Comunitária. Para ele, a sociedade exerce força sobre as ações do indivíduo, fazendo com que este deixe de seguir as próprias convicções indo em busca de objetivos definidos em conformidade com o grupo social do qual participa ou pretende participar. Infere-se disso que a identidade passa a ser moldada com base na cultura da região na qual o indivíduo é integrante.

Outro fator relevante no indicador é a proposta de sustentabilidade e cuidado com a natureza, pois além de ser necessário garantir os meios de subsistência da comunidade atual, tem-se a preocupação de assegurar as mesmas condições para gerações futuras. É disto que a Resiliência Ecológica reflete a forma como o sistema organização social se recupera de um distúrbio, pois preservando a fonte de sustento de toda humanidade, presente e futura, prolongar-se-ia o estado de satisfação e bem-estar (SALES et. al., 2012).

A FIB também busca mensurar se o tempo está sendo utilizado de forma equilibrada, visto que o uso balanceado dele com trabalho, estudo, lazer, família e religião, resulta taxas de felicidade mais satisfatórias (SALES et. al., 2012). Observadamente, ao longo do tempo a dinâmica social em relação a trabalho e lazer tem sido modificada. Com a conquista de direitos trabalhistas e maior acesso a educação (proporcionando a busca por melhores empregos), a carga horária de trabalho abriu espaço para frações mais amplas de tempo livre. Sincronicamente, o desemprego involuntário por fator de custos, desaquecimento econômico ou desenvolvimento tecnológico (reduzindo o volume de trabalho humano), induz o dispêndio de tempo improdutivo com atividades distrativas.

Por fim, importa destacar pontos adicionais sobre o índice. Primeiro, sabemos que o PIB é um indicador quantitativo capaz de medir a riqueza de uma nação, ao passo que também é utilizado para estimar o desenvolvimento social, devido ao grau de relação da renda com elementos da vida que proporcionam bem-estar. No

entanto, a FIB analisa a relação dos impactos da renda numa perspectiva diferente, pela ótica do povo. Como já discutido, a renda não se põe como único fator capaz de explicar a felicidade, sendo ela um dos artifícios usados para se alcançar um estado final, um propósito específico.

Analisar o grau de satisfação através do padrão de vida permite um diagnóstico mais preciso sobre a realidade social, invés de uma média per capita que ignora perfis de consumo abaixo dos padrões de qualidade. Isso é constatado quando verificamos que em 2018 no Brasil, 10% da população mais rica do país já concentrava 43,1% da renda, enquanto os 10% mais pobres detinham somente 0,8% dela (COSTA, 2019). Os dados colocam “em xeque” a eficiência do PIB na representação do bem-estar do povo, sendo a FIB um indicador mais justo e transparente neste sentido¹⁵.

Conquanto, uma das principais críticas encontradas sobre a FIB está ligada a sua área de aplicação, essencialmente na cultura do povo butanês. Revisando as nove dimensões, conclui-se que a predisposição do povo ao progresso é de extrema importância para que se alcance desenvolvimento, sendo necessárias várias articulações para que as bases culturais se orientem nesse caminho. Acontece que o povo butanês já dispõe de um comportamento favorável à FIB, observadamente distinto em várias regiões do mundo, levantando questionamentos sobre os resultados positivos do indicador só poderem ser obtidos nas mesmas condições sociais¹⁶. Não menos importante, também é enaltecida a inconveniência sobre os custos que outras regiões teriam na adaptação à FIB, inexistentes no cenário butanês (SUSIN, 2018).

Infere-se que apesar da crítica, o objetivo primário da FIB é refletir aspectos da sociedade que são ignorados nos indicadores quantitativos, apresentando elementos que traduzem o desenvolvimento de um país pelo reflexo de seu povo. Assim como o PIB e IDH, a FIB traz uma nova base de análise num período histórico que carece de adaptação, sendo também passivo de falhas, mas apresentando inovações que podem ser aproveitadas, debatidas e absorvidas.

¹⁵ Por ser um indicador multidimensional, incorpora maior senso de coletividade. Portanto, avalia o indivíduo de forma “holística”, tanto subjetiva quanto objetivamente (MARIANO, 2019).

¹⁶ O povo de Butão já preserva valores budistas de colaboração e convivência em comunidade, onde o coletivo vale mais que o individual, possuindo ainda uma relação com a família estendida, não nuclear, valorizando-a tanto quanto a ecologia da qual pertence (SUSIN, 2018).

3.2.2 Relatório Mundial da Felicidade (World Happiness Report)

Em julho de 2011, a Assembleia Geral da ONU aprovou uma resolução que convidava os países a darem mais importância aos determinantes da felicidade e do bem-estar, sugerindo que através deles seriam alcançadas medidas de aspectos sociais e econômicos ao desenvolvimento, dados que ajudariam na elaboração de suas políticas públicas. Foi então que em abril de 2012, também ocorreu uma reunião de alto nível na ONU para discutir a felicidade e o bem-estar como um “Novo Paradigma Econômico”, presidida por Jigme Y. Thinley¹⁷ e Jeffrey D. Sachs¹⁸. Neste encontro, deu-se origem ao primeiro Relatório Mundial da Felicidade¹⁹, reunindo dados globais disponíveis sobre felicidade nacional, além de contar com revisões das evidências sobre a ciência emergente da felicidade (WHR, 2020).

Desde então, até o ano 2020 já foram publicados oito relatórios (com periodicidade anual), tendo o oitavo sido lançado em março deste ano. Categoriza-se atualmente como uma pesquisa histórica sobre o estado de felicidade global, classificando 156 países em acordo com o grau de felicidade de seus cidadãos. Ademais, a edição atual aponta que pela primeira vez o relatório classifica as cidades ao redor do mundo por seu bem-estar subjetivo, aprofundando como os ambientes sociais, urbanos e naturais se combinam para afetar a felicidade (WHR, 2020).

A escala na qual se baseia a medida de felicidade no relatório é a *Escala de Autoancoragem de Cantril* (Cantril Self Anchoring Striving Scale – CSASS), que possui variação entre 0 e 10. Criada pelo psicólogo Hadley Cantril em 1965, tem por objetivo avaliar apenas o componente cognitivo da felicidade, passando a fazer parte do Gallup World Poll (GWP) a partir de 2012. Ao seu tempo, o GWP é uma pesquisa que inclui mais de 100 perguntas globais, bem como itens específicos das regiões, de modo que seus dados são a fonte de fundamentação ao WHR (MARIANO, 2019).

Os índices apresentados no WHR correspondem à média dos últimos três anos, que referente ao ano 2019, atende a média dos valores obtidos nas pesquisas realizadas entre 2016 e 2018 (MARIANO, 2019). Entendida essa dinâmica

¹⁷ Primeiro-ministro de Butão (2008-2013), país que adotou oficialmente a Felicidade Interna Bruta (FIB) ao invés do PIB como principal indicador de desenvolvimento.

¹⁸ Ph. D. em Economia pela Universidade de Harvard; conhecido como um dos maiores especialistas mundiais em desenvolvimento sustentável, desenvolvimento econômico e luta contra a pobreza.

¹⁹ Publicado em 2 de abril de 2012 (WHR, 2020).

estrutural, importa fazer algumas comparações entre os países rankeados no WHR 2019 e aqueles com maior classificação no PIB (per capita) e IDH do mesmo ano.

Constata-se que os 10 países ocupando o topo da lista como mais felizes no WHR são: Finlândia (7.769); Dinamarca (7.600); Noruega (7.554); Islândia (7.494); Holanda (7.488); Suíça (7.480); Suécia (7.343); Nova Zelândia (7.307); Canadá (7.278) e Áustria (7.246)(WHR, 2019). Concomitantemente, os 10 países que encabeçaram a lista dos mais ricos em 2019 pelo PIB (per capita em US\$) são: Bermudas (117.089,3); Luxemburgo (114.704,6); Macau (84.096,4); Suíça (81.993,7); Irlanda (78.661); Noruega (75.419,6); Islândia (66.944,8); EUA (65.297,5); Cingapura (65.233,3) e Catar (62.088,1) (THE WORLD BANK, 2020).

Diante das informações, vale denotar que somente 3 dos países ricos listados assumiram posição no WHR, com Noruega e Islândia que estavam respectivamente na sexta e sétima posições do PIB, subindo para a terceira e quarta posições no WHR. Enquanto a Suíça que ocupava a quarta colocação no PIB, decaiu duas posições. Fica observado que além da riqueza, isoladamente, não ter força expressiva para refletir qualidade de vida (garantindo que países mais ricos ocupem o topo dos índices de satisfação subjetiva), também não se mostra um fator determinante ao ritmo de progresso, ao passo que países com menos riqueza conseguem melhores rankings de bem-estar social.

Vale aprofundar a análise comparando os resultados do WHR com o IDH. Em 2019, os 10 países com maior índice de desenvolvimento humano registrado foram: Noruega (0,957); Irlanda (0,955); Suíça (0,955); China (0,949); Islândia (0,949); Alemanha (0,947); Suécia (0,945); Austrália (0,944); Holanda (0,944) e Dinamarca (0,940) (UNDP, 2020). Infere-se que 6 dos países listados estão inseridos entre os dez do WHR, conforme 5 dos países com maior PIB (per capita) integram estes com maior IDH.

A dedução lógica ao comparativo apresentado reitera a discussão sobre o viés de resultado e a necessidade de adaptar a análise econômica neoclássica, incluindo a leitura subjetiva do comportamento nos indicadores de desenvolvimento. Como era suposto, na medida em que outras dimensões são consideradas em um indicador de progresso, maior o grau de aproximação dos resultados com o quadro regional de bem-estar e qualidade de vida. Portanto, ainda que o IDH seja um indicador objetivo tal qual o PIB, por considerar saúde e educação além da renda em seu cálculo, consegue melhor representação da realidade social. No entanto, é por

reconhecer a limitação do IDH em atender a gama de variáveis que influem o bem-estar, que a ONU preocupou-se em sugerir aos países maior sensibilidade ao aspecto subjetivo, propondo considerações junto ao WHR.

Por fim, importa frisar que o WHR afirma que as avaliações sobre a vida fornecem uma medida mais ampla de bem-estar que a renda, de modo que a desigualdade de bem-estar se mostra mais importante que a desigualdade da renda para explicar a média dos níveis de felicidade. Também aponta que discriminação, problemas de saúde, desemprego, divórcio, segurança, entre outros riscos ao ambiente social, são custos de felicidade muito grandes que podem ser mitigados pela construção de um ambiente com confiança e maior igualdade de bem-estar (WHR, 2020).

3.2.3 Índice do Planeta Feliz (Happy Planet Index)

A busca por uma vida longa, saudável e sustentável deve ser um objetivo amplamente difundido, pois ainda que aparentemente exista preocupação das nações no alcance desse resultado, a dinâmica produtiva atual promove sucessivos impactos onerosos ao planeta com degradação ambiental, compactação dos solos, instabilidades climáticas, entre outros. Deste modo, o PIB e IDH como medidas quantitativas, ignoram completamente os danos ecológicos. É nisto que o HPI se insere como bússola proposta a guiar países ao ideal de vida sem custos à Terra, estruturando-se sob quatro esferas de análise: Bem-Estar Social; Expectativa de Vida; Desigualdade de Resultados e Pegada Ecológica (HPI, 2020).

No HPI, o panorama de bem-estar da sociedade é mensurado através das perspectivas do povo sobre a própria condição de vida, numa escala de 0 a 10, baseado nos dados coletados pela pesquisa mundial do instituto Gallup. No tocante a Expectativa de Vida, os dados são referentes aos mesmos disponibilizados pela ONU, calculando a média de anos que uma pessoa vive em cada país. São as duas dimensões finais as principais contribuições do Happy Planet Index, demonstrando como a relação entre expectativa de vida e bem-estar pode ser interpretada em desigualdade (os mais ricos com maior longevidade), também medindo o impacto médio que cada residente de um país causa no meio ambiente – apoiado nos dados da Rede Global de Pegada.

O aspecto mais interessante sobre a Desigualdade de Resultados está em assumir que tempo de vida não necessariamente reflete felicidade. Dessa forma, a cultura sendo vista como condicionante social que inibe as vontades naturais de um indivíduo pode justificar uma vida longa e saudável, mas sem o encontro garantido com a alegria e satisfação. Isso é posto porque no mundo globalizado a dinâmica produtiva segue ditando parâmetros a serem seguidos com: jornadas de trabalho; aspirações de cargos elevados; reciclagem de consumo; especialização e estudo direcionado ao mercado, entre outros.

O indivíduo tende a seguir essas demandas firme na concepção de vida que lhe foi infundido, eventualmente se sentindo triste, mas não compreendendo os fatores que o levam a tal estado de descontentamento. Enquanto segue executando as funções que lhe foram impostas e atingindo as metas estabelecidas, torna-se impraticável ponderar imperfeições sistemáticas que sejam os motivos da insatisfação, simplesmente por não conhecer outra realidade possível. Logo, mesmo que determinada região tenha alta expectativa de vida, isso nada traduz na completude o bem-estar do povo, fazendo da desigualdade de resultado no HPI um avanço frente à preocupação com a saúde psicológica das pessoas, diagnóstico para políticas direcionadas e desenvolvimento pelo fortalecimento das bases sociais.

O HPI reforça em seu alicerce conceitual a deficiência do PIB, enaltecendo as consequências que as políticas focadas no aumento da riqueza trazem ao mundo. Critica fortemente a deterioração das condições sociais e a paralisia diante das mudanças climáticas, reforçando a perda de significado do PIB como medida de desenvolvimento, especialmente para países que já são ricos. Se finda ressaltando preocupação com a pegada ecológica, ao passo que o crescimento econômico desenfreado se mostra incompatível com os limites planetários (HPI, 2020).

Em suma, a principal deficiência do HPI está pautada na incapacidade de atender outras variáveis possíveis que interpretam o estado de satisfação. Logicamente os índices de felicidade tentam suprir o máximo de variáveis que aproximam a realidade, mas o alto grau de abstração faz com que alguns elementos passem despercebidos, a exemplo do abuso e violação dos direitos humanos que afetam pessoas no mundo todo. Tendo em vista que indivíduos afetados por violações extremas dos direitos são minoria, acaba que o cálculo médio de bem-estar não chega a ser capaz de externalizar esse dano (HPI, 2020).

3.2.4 Pesquisa de Valores Mundiais (World Values Survey)

A World Values Survey é uma rede de cientistas sociais que estudam os impactos na vida social e política em várias nações, com pesquisas conduzidas em aproximadamente 100 países, representando quase 90% da população mundial. Tem por objetivo guiar formuladores de políticas no entendimento das mudanças nas crenças, valores e motivações das pessoas ao redor do globo. Em seu questionário mais recente (WVS-7, 2016), estão estruturadas 290 perguntas em 14 seções temáticas, visando medir: valores culturais; atitudes e crenças em relação ao gênero; dados sobre família e religião; experiências de pobreza; educação; saúde e segurança; tolerância social e confiança; atitudes relacionadas às instituições multilaterais e as diferenças culturais ou semelhanças entre sociedades (WVS, 2020).

A contribuição do WVS para o estudo da felicidade, como parâmetro para as linhas de desenvolvimento social, está na tentativa de abranger um número ainda maior de variáveis. Na ótica de progresso nacional, busca evidenciar que riqueza, educação e saúde, isoladamente, não satisfazem a medição eficaz das transformações nas bases regionais. Ao dispor de 14 dimensões de pesquisa, cada qual com subvariáveis que aprofundam tópicos relativos, tornam seu nível de representação regional nitidamente maior que o proposto no IDH.

As dimensões que compõem o questionário são estruturadas em: Valores Sociais, Atitudes e Estereótipos (45 itens); Bem-Estar Social (11 itens); Capital Social, Confiança e Participação Organizacional (49 itens); Valores Econômicos (6 itens); Corrupção (9 itens); Migração (10 itens); Índice Pós-Materialista (6 itens); Ciência e Tecnologia (6 itens); Valores Religiosos (12 itens); Segurança (21 itens); Valores e Normas Éticas (23 itens); Interesse Político e Participação Política (36 itens); Cultura Política e Regimes Políticos (25 itens); Demografia (31 itens) (WVS, 2020).

Apesar da tentativa em abranger o máximo de características de uma região no questionário, o WVS deixa de fora tanto a pegada ecológica quanto o abuso e violação dos direitos humanos (problema comum ao HPI). Dado essa deficiência de abrangência, reconhecemos que uma nação pode fazer uso paralelo do indicador de bem-estar que melhor atende sua necessidade, tendo em vista seus elevados graus de diagnóstico. A adoção substitutiva de um desses índices não poderia ser

efetivada facilmente, pois mesmo que atendam satisfatoriamente o quadro nacional, permitindo difusão e padronização global, sofreria forte resistência de diversas frentes, seja por conservadorismo sistemático, preservação intencional dos moldes de estratificação ou escassez de fundamento acadêmico.

3.2.5 Índice de Prosperidade Legatum (Legatum Prosperity Index)

Com o propósito de ser uma ferramenta “transformacional” para que líderes do mundo possam definir suas agendas de crescimento e desenvolvimento, deu-se a criação do índice de prosperidade do Instituto Legatum. Para o órgão, a prosperidade envolve muito mais que a riqueza, passando por aspectos políticos, judiciais, de bem-estar e de caráter nacional. Seu índice é composto por 12 pilares distribuídos em 66 elementos diferentes, analisando o desempenho de 167 países que correspondem a mais de 90% da população mundial. Tem como premissa que os pilares permitem desenvolver um esquema de classificação apropriado, com elementos discretos e indicadores de apoio que, quando combinados, irão capturar com precisão a prosperidade do mundo (LAGATUM INSTITUTE, 2020).

A Segurança e Proteção encabeçam os pilares do LPI, medindo o grau em que conflitos, terrorismo e criminalidade desestabilizam a segurança dos indivíduos, de forma imediata ou com efeitos duradouros (LAGATUM INSTITUTE, 2020). Ocorre que um ambiente de considerável desordem promove estado de perturbação, impossibilitando o gerenciamento eficaz da vida pela eminência do medo, incertezas e entraves na colaboração comunitária (devido ao quadro de desconfiança entre subgrupos regionais). Tais elementos incutem a insatisfação, sendo a dinâmica das atividades locais um processo de sobrevivência desgastante ou adaptativo, não oferecendo qualidade necessária que estimule o prazer de viver.

Enquanto o HPI trazia consigo a deficiência na mensuração do abuso e violação dos direitos humanos, o LPI apresenta em um de seus pilares a Liberdade Pessoal, estimando o progresso quanto a garantia dos direitos legais básicos, liberdades individuais e tolerância social (LAGATUM INSTITUTE, 2020). É de fundamental importância assegurar a proteção legal do povo para que a ordem comunitária seja estabelecida e as normas de convivência respeitadas, eliminando parcialmente os efeitos negativos do pilar anterior. Mutuamente, a liberdade pessoal se conecta à base educacional, pois a ignorância e desinformação levam ao pré-conceito e

especulações que instigam ações danosas entre pessoas, instituições e países. É claro, a educação também se põe como um pilar do LPI, mas ela sempre será essencial em toda transformação social.

Outra característica comum entre o LPI e o HPI está no pilar que avalia o Ambiente Natural, medindo tanto aspectos físicos que afetam diretamente as pessoas em suas vidas diárias, quanto mudanças que impactam a prosperidade das gerações futuras (LAGATUM INSTITUTE, 2020). Este tópico não acrescenta muito em relação ao discutido noutra ocasião ou até mesmo em relação à abordagem do HPI sobre a pegada ecológica. O mais importante é que no HPI a pegada ecológica é tida como cerne na construção do indicador, enquanto o LPI internaliza essa preocupação em conjunto de outros elementos, com pesos que variam entre 0,5 e 2 dependendo da importância à prosperidade.

Em segmento, a existência de restrições ao poder e a forma de operação dos governos (agindo ou não com eficácia e sem corrupção), engloba o pilar de Governança. Já o Capital Social tende a medir a força das relações pessoais, das normas sociais e da participação cívica em um país (LAGATUM INSTITUTE, 2020). Depreende-se que existe enorme dificuldade na obtenção de progresso nacional quando se tem um clima de desconfiança com os chefes de estado, somado à neutralidade dos cidadãos na participação política. Cabe notar a existência de nódulos críticos no indicador, pois ainda que sejam abordados diversos tópicos, existe uma preocupação concentrada em variáveis que assumem caráter norteador.

Algumas dimensões do LPI chamam atenção por suas abordagens de cunho mais econômico que social, considerando a ótica de circulação da renda para geração de empregos e garantia dos meios de subsistência. Nessa linha, procura avaliar o Ambiente de Investimentos, medindo o grau com que aplicações são protegidas e facilmente acessíveis. Além disso, estuda as Condições da Empresa, analisando o quanto as regulamentações permitem abertura de novas firmas, competição entre elas e as já existentes, bem como a construção de vias favoráveis à expansão.

Tem-se ainda o pilar de Acesso ao Mercado e Infraestrutura, mensurando a qualidade das bases nacionais que asseguram o desenvolvimento do comércio, pautado na investigação de possíveis distorções no mercado de bens e serviços. Fechando o grupo de diagnóstico do processo produtivo entra a medida de Qualidade Econômica, explorando o quão bem a economia de uma nação está

equipada para gerar riqueza de forma sustentável e com total envolvimento de sua força de trabalho (LEGATUM INSTITUTE, 2020).

Os dois últimos pilares do LPI atentam para a qualidade da saúde física e mental de um povo, não muito diferente do que está proposto na FIB sobre tais elementos. Saber o quanto as pessoas são saudáveis e têm acesso aos serviços necessários para manutenção da vida, será de extrema importância para que outras dimensões dos indicadores possam desempenhar seu papel contributivo, sendo inconcebível imaginar que cada pilar exerce efeito independente.

Dito isto, a dimensão de Saúde busca acompanhar a evolução nos resultados alcançados pelo sistema relativo, do nível de agrave das doenças e fatores de risco, bem como das taxas de mortalidade. Concomitantemente, a análise das Condições de Vida se preocupa em observar o grau que condições de existência razoáveis são experimentadas por todos, incluindo recursos materiais, abrigo, serviços básicos e conectividade (LEGATUM INSTITUTE, 2020). Vale destacar que mesmo a pontuação do LPI fornecendo diagnóstico geral sobre a prosperidade de um país, cada “índice relativo dimensional” serve como guia confiável de como a nação obtém desempenho no fundamento específico do bem-estar subjetivo.

Por conseguinte, todo remanejamento político, participação cívica e colaboração comunitária se mostra inviável numa sociedade que carece de estabilidade mental, pela constante atividade cerebral dedicada a elementos danosos como indecisões, inseguranças e temores frente às perspectivas ao futuro. Quanto mais uma comunidade se mostra necessitada de assistencialismo, tem-se o reflexo de efeitos negativos que surgem como alternativas às dificuldades, intensificando individualismo, crescente onda de corrupção (para aquisição de vantagens), bem como desapego às origens e despreocupação com eventos e problemas nacionais.

Em suma, cada índice de felicidade possui preocupação genuína com o bem-estar social, para que através dele sejam alcançados níveis de progresso. Alguns atribuem enfoque na qualidade das ações de revitalização ambiental, outros lidam com esta variável de modo conjunto, dependente de fatores alternativos. Independente da abordagem é comum observarmos neles a investigação de condicionantes paralelos à renda, pondo sempre em evidência a insuficiência de representação dela na qualidade de vida. Por mais que o IDH se apresente como medida complementar, incluindo outras duas dimensões, todo o exposto nesta

seção demonstra o alto grau de complexidade que é ignorado pelo indicador, levando a conclusões equivocadas sobre o perfil de um país.

Estas incongruências nos levam a próxima etapa deste trabalho, discutindo as possibilidades fornecidas pelos índices de felicidade para melhor planejamento de políticas públicas, essencialmente sobre como os diagnósticos poderão servir de ferramentas mais precisas para atuação do governo, traduzida na resolução das deficiências sociais e econômicas que impedem o fluxo evolutivo.

4 BEM-ESTAR, POLÍTICAS E DESENVOLVIMENTO

A discussão realizada nas seções anteriores dá escopo para avaliar a aplicação prática dos índices de felicidade. Portanto, neste tópico são apresentados exemplos de como as dimensões subjetivas desses índices transparecem problemas estruturais, prejudicando tanto a harmonia social quanto econômica. Em paralelo, são sugeridas alternativas para correção dos nodos caóticos pelas políticas públicas, em sentido de busca da qualidade de vida e do desenvolvimento. Após as demonstrações, o exame da metodologia de um questionário de avaliação da satisfação se fará disponível, destacando critérios usados na formulação das perguntas, evidenciando ainda a importância da mensuração relativa e consonância com aspectos descritos no tópico passado. Tem desfecho na elucubração dos entraves à adoção dos indicadores de bem-estar como padrão de medida ao progresso socioeconômico.

4.1 Uma abordagem sucinta

As políticas públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e do interesse nacional. A forma de atuação que os dirigentes nacionais adotam se pauta no que eles entendem como demandas ou expectativas da sociedade (SEBRAE/MG, 2008). Nessa premissa, ainda que as pessoas façam solicitações a seus representantes (deputados, senadores ou vereadores) por meio de grupos organizados, levando a pauta de requerimentos ao filtro do Poder Executivo (que se apresenta como um fluxo apropriadamente natural), os critérios de atendimento às demandas sociais passam pelo embate das diversas organizações ideológicas, umas com mais poder de articulação que outras, sendo o resultado final das políticas implementadas um reflexo viesado de interesses que não atendem a satisfação geral.

Reflexivamente, a sociedade se distribui como uma paleta de cores, sendo característico de tons mais escuros a parcela da população mais bem instruída, informada e ciente de todos seus direitos e poderes. Já os tons mais claros refletem aqueles com pouca noção do funcionamento da dinâmica política, percebendo irregularidades no fluxo sistemático da vida pessoal, mas demonstrando incapacidade na busca por melhorias significativas neste panorama. Entre os

extremos existe também a distribuição em degradê, com tendência majoritária em acordo com a região avaliada. No embate dos grupos ideológicos, aqueles com maior capacidade de articulação e defesa de seus pontos em pauta, ganham vantagens modelando a estrutura da vida em sociedade, restando aos menos habilitados adaptarem-se as novas condições que serão impostas.

Além da desvantagem enfrentada pelo povo menos instruído e pouco preparado, estes se colocam propensos à manipulação por outros grupos de interesses. Sendo a percepção segura dos problemas que afetam o cotidiano algo disperso, torna-se praticável a indução de tais indivíduos na crença de soluções imediatas que refletirão suas vontades, mas que verdadeiramente não correspondem a seus anseios mais íntimos (SIMON, 1955). Durkheim (apud SALES et. al., 2012) já alegava que a sociedade exerce força sobre as ações do indivíduo e este deixa de seguir as próprias convicções para ir em busca dos objetivos definidos em conformidade ao contexto social que participa. Logo, as metas buscadas pelos indivíduos são aquelas definidas por grupos mais incisivos, enquadrados em *tons mais intensos* da distribuição demográfica.

Por evidência da problemática na representação real dos anseios sociais, sem participação sólida e transparente da população, os índices de felicidade incluem variáveis que mensuram a atuação cívica no processo de decisão pública. Foi visto que na FIB a dimensão de governança está preocupada tanto com a integridade e responsabilidade gestora no país, quanto com o grau de atividade dos cidadãos na articulação de suas demandas. Por sua vez, no LPI faz-se um diagnóstico sobre a forma de operação do governo, em confronto com a força das relações sociais e seus níveis de posicionamento. Deduz-se disto que o processo de elaboração das políticas dá voz ao povo, mas sem refletir a essência dele pela predominância de nódulos robustos na esfera populacional, sendo o estudo da composição dos grupos e dos níveis de representação ideológica o passo inicial às transformações necessárias ao desenvolvimento.

4.2 As fases das políticas públicas

O parâmetro inicial para formulação de uma política pública está na Seleção das Prioridades, estabelecendo ser impossível para os atores públicos atenderem todos os problemas da sociedade, tendo em vista a limitação dos recursos (SEBRAE/MG,

2008). Obviamente os recursos são escassos e a filtragem das demandas sociais deve passar pela sensibilidade governamental ante os principais entraves nacionais. Contudo, para que a escolha das prioridades seja feita dar-se-á necessário a utilização de ferramentas auxiliares ao processo decisório, sendo estas os índices de avaliação socioeconômica.

Os indicadores assumem a função de refletir com forte proximidade as características reais do quadro regional, muitas vezes contraditórias aos interesses nodais. Alguns deles apresentam dados insatisfatórios - como é o caso do PIB e IDH, outros fornecem maior gama de detalhes que permitem diagnósticos mais precisos - os índices de felicidade. Porém a utilização destes últimos enfrenta não só resistência do status quo, mas também a desconfiança para com os supostos altos custos de suas aplicações.

Frey (2008) reforça o caráter conservador quando afirma ser extremamente raro desenvolvimentos revolucionários na economia, visto que a forte aceitação dos conhecimentos já consolidados tornam difíceis a inserção de novos mecanismos de pesquisa e avaliação. Põe-se que sugestões alternativas às práticas comuns, mesmo com fundamentação lógica e aplicabilidade funcional, enfrentará barreiras ideológicas que podem ser refletidas na incerteza ou medo de mudança, receando o desfavorecimento de camadas sociais privilegiadas na estrutura vigente. Cabe contrapor reflexão, portanto, sobre classes de indivíduos que são constantemente lesados pela atual configuração socioeconômica e não estariam aptos a apoiar mudanças que favoreçam a melhoria em suas condições de vida.

Sobre os custos de implementação importa citar a passagem de Corbi et. al. (2006), alegando que as políticas sociais atuais já implicam custos consideráveis para algumas pessoas, fazendo-se necessária a avaliação dos efeitos líquidos dessas ações em termos de utilidades individuais (felicidade). Percebe-se que ao tratar as despesas de aplicação dos índices de bem-estar como principal entrave, é ignorado o fato que já estão sendo acarretados custos sociais e econômicos nos métodos convencionais de formulação e mensuração. Damasceno (2009) ainda reforça que a efetividade das políticas adotadas só pode ser assegurada com o conhecimento das medidas de bem-estar pelos planejadores. Tira-se disto uma contradição que pode ser entendida como **paradoxo do custo de formulação política**, onde a aplicabilidade dos índices de felicidade não seria viável pela

suposta gama de dispêndios auferidos, optando em contrapartida pela perpetuação de custos derivados da insensibilidade com o bem-estar comunitário.

Vale pontuar que os índices de felicidade levantam dados que refletem problemas de base estrutural, não existindo especificidade de demanda ou medição propositalmente viesada que favoreça grupos particulares. Não se propõem a substituir, inicialmente, mecanismos padrões já existentes, mas antes servirem de complemento às estratégias de atuação política. Como a mensuração do bem-estar se isenta de privilégios, através de seus resultados, podem ser desenvolvidos programas paralelos que paulatinamente alteram as estruturas desfavoráveis ao progresso, resolvendo parte dos problemas de demanda vigentes e reduzindo tempo, esforço e recursos que seriam despendidos no futuro. Tem-se que as políticas aplicadas consultando índices de felicidade promovem reduções de custos no longo prazo, invés de elevá-los.

A Elaboração das Políticas, propriamente dita, encabeça o segundo estágio da ação governamental. Por esta ser uma etapa conflitante onde vários grupos se opõem às formulações, considerando-as desfavoráveis a seus interesses (enquanto outras organizações partem em defesa), os atores envolvidos no contexto ganham seu espaço, podendo sugerir melhores formas de procedência em caso de inviabilidade da proposta inicial pelo governo (SEBRAE/MG, 2008). Cabe uma breve reflexão sobre o funcionamento deste diálogo em meio a um quadro de analfabetismo, baixa qualidade educacional e más condições subsistência.

É sabido que a deficiência na absorção da informação ao longo da vida põe restrições à racionalidade, tal qual aos desdobramentos dos planos e metas, dificultando sugestões de solução alternativa a um problema iminente (SIMON, 1955). Isso faz com que algumas propostas entrem em conformidade pelo nível de conhecimento débil e pela falta de representação popular. Felizmente a segunda fase também leva em consideração a conversão de estatísticas em informação relevante ao problema, conveniente aos índices de felicidade não só pelo diagnóstico eficiente das propostas, mas também para as estratégias de resolução dos entraves participativos da sociedade.

Por conseguinte, entra a Tomada de Decisões como terceira fase procedural, evidenciando as lacunas entre a política final e seu reflexo nas reais intenções da sociedade. Este modelo define que a melhor decisão será aquela capaz de permitir a acomodação de todos os pontos de conflito, em que os principais atores com

poder de inviabilizar a política pública possam sair convictos de vitória (SEBRAE/MG, 2008). Levando em conta as deficiências na base educacional e reconhecida a força de grupos mais instruídos, equilibrar uma política na percepção de ganho dos atores insatisfeitos pode transparecer predominância de interesses elitistas, intensificando os quadros de desigualdade, perda da qualidade de vida e infelicidade.

É importante destacar que a sugestão de falhas no processo de formulação das políticas não tem por objetivo invalidá-lo ou propor mecanismos substitutos, mas identificar inconsistências que permitem aos índices de felicidade uma abordagem mais eficiente, não descartando a possibilidade de elucidar irregularidades para ajustes e adequação às novas proposições.

Em seguimento, na quarta fase de implementação encontram-se os termos capazes de comprometer a Eficácia das Políticas, que imporão obstáculos aos indicadores de bem-estar. São fatores internos e externos concentrados tanto na quantidade de mudanças exigidas, inversamente proporcionais ao consenso burocrático, quanto na opinião pública e disposição das elites pela simpatia com a execução da pauta (SEBRAE/MG, 2008). É comum nas sociedades modernas a manutenção do status quo, fortemente defendida por grupos civis de maior escala na estratificação, também por agentes políticos que visam preservar privilégios e integram as mesmas esferas sociais. Se um grupo de indivíduos carece de instrução e habilidade na articulação de seus ideais, pergunta-se: qual seria a natureza de seu representante? O resultado incute à manipulação pela ignorância com a ascensão de uma representatividade fadada a derrota.

Claramente a educação se imporá como estrutura fundamental para qualquer dinâmica desenvolvimentista. Todos os pontos desfavoráveis à participação comunitária são atenuados por meio de investimento em aprendizado, informação de qualidade e reprodução do conhecimento, eliminando barreiras ideológicas e intolerâncias que desarticulam grupos sociais. Põe-se que a educação seja base argumentativa para justificar vários pontos falhos na dinâmica de atuação política. Evidente que a eficácia também depende, inevitavelmente, do desejo de mudança defendido até mesmo na FIB pela predominância do espírito colaborativo e de convivência comunitária, onde o coletivo valha mais que o individual.

Cabe agora exemplificar como a ação governamental poderia ser guiada em referência a algumas das dimensões citadas nos índices de felicidade,

demonstrando quais os possíveis problemas observados nelas, seus impactos no bem-estar social e as sugestões estratégicas de resolução que representariam a atuação.

4.3 Direcionamento das políticas públicas pela ótica do bem-estar

Nos tópicos seguintes, serão destacadas seis dimensões subjetivas que atendem aos indicadores de felicidade: Vitalidade Comunitária; Boa Governança; Resiliência Ecológica; Bem-Estar Psicológico; Uso Equilibrado do Tempo e Segurança. Para cada uma, serão exemplificados os impactos negativos auferidos pela dinâmica produtiva e organização social, os efeitos deles no bem-estar individual e coletivo, além da proposição de programas, normatizações e fiscalizações que podem orientar o governo na formulação de políticas que solucionem problemas respectivos.

4.3.1 Vitalidade Comunitária

Foi compreendido que a felicidade de uma população, entre outros fatores, também se relaciona ao modo de atuação do governo, no qual a natureza dos aspectos socioeconômicos avaliados e as formas de interpretação impactam fortemente o quadro de bem-estar. Também foi absorvido que seria inconsistente a intervenção do estado desconsiderando diagnósticos de estresse, ansiedade e desalento dos indivíduos, negligenciando a busca por resoluções que atendam a máxima dos interesses sociais em favor dos objetivos de grupos articuladamente mais fortes (GREVE, 2013). Isto em mente, cabe discorrer sobre a possibilidade de uma política pautada na taxação dos mais ricos para aumentar o bem-estar dos mais pobres pela redistribuição de renda, que apesar de elevar a qualidade de vida dos mais necessitados - ascendendo a felicidade relativa, gera em contrapartida uma infelicidade por parte dos mais afortunados, não dispondo do espírito coletivo e colaborativo para aceitar a realocação de seus excessos.

Pontou-se que para cada valor adicional de renda adquirida observa-se uma relação decrescente com a felicidade. Em situações de pobreza e más condições de subsistência, o aumento da renda amplia exponencialmente o quadro de bem-estar, mas em patamares elevados ela perde peso e não se põe como principal fator à

satisfação (EASTERLIN, 2001). Todavia a natureza humana induz o fator comparativo entre indivíduos, podendo estes aceitarem condições menos favoráveis as que possuem contanto que não se sintam desafortunados em relação a outros - fazendo uso da renda para inibir tal sensação (GREVE, 2013). Emerge assim a contradição da renda elevada, que apesar de trazer retorno ínfimo de satisfação no longo prazo, não permite desprendimento das pessoas na medida em que precisarão adquirir produtos ou acumular riquezas para manter suas condições sociais comparativas. Elas chegam a sacrificar liberdade, autodeterminação, saúde, entre outras coisas por salários mais elevados, consumindo além do que necessitam só para impressionar e adquirir status, nunca alcançando a verdadeira felicidade (ZUCCO, 2015).

Neste sentido, ainda que fossem mantidas condições dignas de vida para todos, ao tempo que se refletiria preocupação em alguns indivíduos pelo equilíbrio entre comuns, também reforçaria a individualidade com o uso de privilégios e busca de superioridade (GREVE, 2013). Esse efeito decorre do consumo conspícuo, impossibilitando que camadas sociais encontrem satisfação na sustentabilidade, agindo como um vírus que inevitavelmente induz o sujeito ao “comportamento de vitrine” pós determinadas faixas de renda.

No entanto, mesmo difundida a percepção que a redução da desigualdade atinge resultados irrisórios ante aspectos estruturais do capitalismo, perdendo força quanto mais intensa for a imersão de uma sociedade na pureza sistêmica, observa-se em realidade que o quadro constatado é positivamente favorável. Kliksberg (2001) acentua que em países com alto grau de desenvolvimento nos padrões de medição neoclássicos, pode ser verificada elevada taxa de solidariedade comunitária, tendo em vista o grande número de organizações não-governamentais de ação solidária e a formação cada vez mais crescente dos “exércitos de trabalhadores voluntários”.

Em certa medida, pode ser incoerente o fato que nações categorizadas hoje desenvolvidas apresentem alto grau de vitalidade comunitária, pondo em suspeita a relevância de um indicador de bem-estar. Contudo, a FIB salienta que ao eliminar pobreza, marginalidade e falta de instrução, uma sociedade tende a transcender comportamentos primitivos, aumentando a sensibilidade para seu entorno e ao real valor da vida, obtendo transformação.

Diferentemente do PIB ou IDH, os índices de bem-estar buscam mudanças de comportamento como resultado de um conjunto de fatores que podem ser lidos, planejados e executados, não de forma obtusa e imprecisa pelo efeito colateral de um avanço sistêmico transbordante e indiscriminado. Sob perspectiva, a solução na dificuldade encontrada numa política que vise redistribuição de excessos, poderia estar pautada em: reeducação econômica para o consumo consciente; mitigação do preconceito e discriminação; incentivo aos programas de conscientização e trabalho voluntário; desconstrução da “ideologia de bolha” em camadas sociais, bem como na queda do fator comparativo entre indivíduos, tornando acumulação de riqueza um elemento pouco significativo ao passo que já se tenha alcançado sólida estabilidade e harmonia cultural. Ainda que haja preocupação sobre o refreamento do consumo e desaceleração da economia, tal estratégia funcionaria como desconcentração da renda de poucos para muitos, podendo elevar o nível de participação da demanda no mercado invés de reduzir.

Contributivamente, Robert H. Frank (apud NIZA, 2007) questiona a efetividade de aumentos gradativos no consumo proporcionarem incrementos na felicidade. Por observada inconsistência, dá-se por defender que o interesse das políticas públicas precisa estar centrado na regulação do consumo. É merecida a preocupação com o refreamento do consumo conspícuo não só pela intensificação dos níveis de desigualdade, mas também pelos impactos que ele acarreta na saúde pública. Isso é posto visto que ao serem adquiridos bens “necessários de primeira ordem” e os confortos da vida, o excesso de consumo tende a causar problemas como: aumento do colesterol; obesidade; estresse; depressão ou ainda Transtorno de Compra Compulsiva (TCC)²⁰ (TAVARES et. al., 2008).

Se imaginar uma sociedade na qual o bem-estar é traduzido pela maximização da utilidade frente às cestas de bens e serviços, o comportamento coletivo será intensamente afetado e se mostrará como cúmplice dos entraves nas políticas eficazes. O consumo conspícuo também impacta negativamente os cidadãos quando promove uma infelicidade derivada da incapacidade na conquista de bens materiais, desencadeando problemas em toda a estrutura nacional, sendo o sentimento de inabilidade, impotência e derrota, prejudiciais ao bom desempenho

²⁰ Condição crônica ou recorrente que apresenta altas taxas de comorbidade com outros transtornos (do humor, alimentar e de controle do impulso) somados ao abuso de substâncias (Tavares et. al., 2008).

em: trabalho; cuidados com a saúde; relações sociais; busca por conhecimento e informação ou outros aspectos da vida.

É sabido ainda que um dos fatores que mais incomodam na condição de pobreza é o menosprezo pelo indivíduo em sua condição humana, até mesmo por organizações que tentam ajudá-lo. Avalia-se que as desigualdades também são motivadas pelas políticas públicas implementadas e atitudes culturais tomadas frente a elas. Portanto, é importante uma ação do governo sobre o estado sensorial do povo em confronto com investidas nas mudanças de conduta, revitalizando a sociedade (KLIKSBURG, 2001).

4.3.2 Boa Governança

O setor público exerce papel fundamental para a sociedade, pois sua efetiva governança contribuirá para o uso eficaz dos recursos, exigência de responsabilidade na prestação de contas, aperfeiçoamento da administração e entrega dos serviços, além da oferta de melhoria sensível na vida das pessoas (SILVA et.al., 2011). Uma gestão transparente, íntegra e com histórico positivo de produtividade e justiça, apresenta-se como núcleo fundamental para que qualquer estratégia de desenvolvimento funcione. Nenhuma dimensão proposta nos índices de felicidade será relevante caso não seja do interesse governamental cumprir suas atribuições com elas, incluindo educação e saúde. Não obstante, faz-se necessário deduzir que toda estrutura de governo tem suas particularidades, seus níveis específicos de empenho para cada área de atuação.

Em segmento, cabe elucidar elementos de como as práticas organizacionais do setor público apresentam falhas e de que forma elas impactam negativamente a sociedade. O processo eleitoral é um bom exemplo, pois a escolha dos representantes não assegura a simetria de informação. Os eleitores não conseguem monitorar plenamente os políticos eleitos e estes, por sua vez, são incapazes de verificar os servidores que nomeiam para gerenciar as políticas públicas. Por isso, tanto servidores quanto políticos podem, no exercício da função, buscar objetivos próprios (ampliar poder político, enriquecer, trabalhar pouco, etc.) invés de buscar os interesses da comunidade, uma vez que não há informação suficiente para que se conheça a real eficácia de sua gestão (MENDES, 2011). Logo, apesar dos quadros de analfabetismo, baixa qualidade de instrução e do viés cognitivo que limita a

percepção de mundo pelo indivíduo, a ocorrência da desarmonia informacional entre os atores contribui fortemente para casos de corrupção, desencadeando na sociedade: insatisfação; desalento; desconfiança; desengano e outras consequências diretas ou indiretas provocadas por desvio de verba e prevaricação.

São vários os casos de improbidade provenientes da assimetria de informação ou da ausência de *accountability*, processo através do qual entidades e gestores públicos são responsabilizados por suas decisões e ações, incluindo o trato com os recursos e todos os aspectos de desempenho, examinados por um controle externo (SILVA et. al., 2011). Tamanha nebulosidade é ressaltada quando se avalia a prestação de serviços no abastecimento de água como exercício analítico. Ao buscar evitar o monopólio natural, o governo cria uma empresa estatal para distribuir o bem, mas os políticos e servidores nomeados para gerenciar a empresa não encontram barreiras firmes contra o uso do poder de monopólio em benefício pessoal (altos salários, participações nos lucros, despreocupação com eficiência, contrato de pessoas do seu grupo político, etc.), estando livres de uma averiguação social ou de fiscalização competente (MENDES, 2011).

Infere-se que limitar acesso à informação e abrandar penalizações por má conduta podem se configurar um plano de governo que busca perpetuar práticas desonestas. Isto evidencia um norteamo sobre o interesse público, pois quanto menos a gestão apresenta resultados confiáveis de suas práticas ou punições justas pelas falhas, mais resistente será diante das mudanças que objetivam benefício social. Tal conduta é lógica ao ponderar a transformação comunitária como evolução do ser, elevando a percepção do povo para elementos antes ignorados e que colocam em risco a manutenção da máquina corruptiva.

Todavia, as imperfeições existentes numa má gestão não se resumem as lacunas informacionais, visto que ainda se observam inexistência de incentivos à eficiência e alto custo de transação nas decisões públicas. São irrisórias as disposições dos agentes governamentais na busca por menores preços quando formulam programas, estabelecem contratos, adquirem produtos ou executam planos de ação. Isso ocorre porque não é o agente quem paga diretamente a conta, não esboçando a relação natural entre custo, benefício e qualidade, que normalmente é feito quando se gasta o próprio dinheiro em bens ou serviços. Além disso, o serviço público também ordena a regra de obediência restrita ao regulamento, estimulando o apego a processos burocráticos e aversões aos riscos

da inovação, que somados à estabilidade no emprego, constitui-se um quadro de refreamento do esforço (MENDES, 2011).

O ônus social desta cadeia de falhas é enorme, prejudicando não só a harmonia da vida em comunidade como o bom desempenho da economia – sublinhando o agrave. Gerenciar recursos de forma infrutífera, não acurada e desonesta, junto ao desencargo com o aperfeiçoamento das atividades, faz com que custos cada vez mais altos sejam repassados ao povo na forma de: tributação; juros; inflação; inadimplência; precariedade de serviços básicos; desaquecimento de mercado; desemprego, entre vários elementos que degradam a manutenção satisfatória da organização social. Em confronto, o bem-estar subjetivo é densamente lesado, todavia estes efeitos afetam negativamente a percepção sensorial dos indivíduos, reduzindo a intensidade e frequência de impressões agradáveis que fortalecem o sistema imunológico, pondo em queda níveis de cortisol (DAVIDSON et. al., 2000).

As proposições para correção destas irregularidades podem ser concentradas em iniciativas que dificultem o espaço para práticas ilegais, omissão de dados e protelação de resultados. Configurar-se-iam em maior nitidez na transparência e prestação de contas pelas instituições, através de: imprensa livre; isenção, integridade e moralidade das entidades de controle externo (TCU, Controladoria Geral da União e Conselho Nacional de Justiça), penalizando agentes que busquem interesses privados; legislações que limitem as práticas de lobby; restrições aos gastos, à carga tributária, à dívida e ao déficit público, estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, também na instauração de um programa de carreiras para o servidor público, com incentivos ao esforço e ao mérito (MENDES, 2011)²¹.

Subentende-se que ao não mensurar a taxa de governabilidade de uma nação, qualquer parâmetro de progresso socioeconômico se apresenta infundado. Mesmo que os indicadores neoclássicos visem orientação neste sentido, existe uma

²¹ As políticas adotadas para correção dos problemas dependeriam do perfil regional específico obtido pelo survey, do índice dimensional de Governança (com detalhes sobre suas variáveis) e do índice de felicidade (avaliando efeitos e relações interdimensionais), junto à análise especializada (de economistas, psicólogos, sociólogos, entre outros profissionais das áreas de conhecimento necessárias), sendo as alternativas listadas apenas possibilidades gerais, sem alto nível de aprofundamento nos outros elementos envolvidos. Portanto, cabe reconhecer que também existem órgãos de controle externo tão corruptos quanto alguns agentes públicos, e que os incentivos ao servidor podem estimular disputas que prejudicam o bem-estar coletivo. O detalhamento, eficácia ou qualidade das ações, considerando todos os pontos possíveis de conflito, requer um estudo prático e direcionado sobre o uso do indicador de bem-estar em uma região.

superficialidade que não transparece ou ofusca muitos dos problemas que acompanham seus dados positivos.

4.3.3 Resiliência Ecológica

Externalidades ambientais negativas provocam não só perda da qualidade de vida como ainda influem altos custos públicos na contenção dos danos. São originadas de impactos na natureza provenientes das mais diversas práticas não sustentáveis, contudo ocorrem insistentemente como consequência da dinâmica industrial desregulada e cultura do consumo conspícuo, induzindo a exploração massiva de recursos naturais para a produção de bens supérfluos (VEBLEN, 1899). Essa falta de prudência resulta problemas como: descarga de águas contaminadas nos rios; danos ao ecossistema pela eliminação de resíduos sólidos; poluição do ar pela emissão de carbono; chuvas ácidas que prejudicam a agricultura, entre outros. Em decorrência, a sociedade se vê afetada sob vários âmbitos: no aumento dos preços cobrados por bens e serviços hídricos; no encarecimento de carnes e vegetais; na desestabilidade das condições de saúde ou perda de serviços oferecidos pelo ambiente - proteção contra desastres naturais; no controle de erosão, polinização e fertilização, etc. (NASCIMENTO et. al., 2020).

Inferências sobre o descaso ambiental à perda do bem-estar e comprometimento da vida presente e futura já são consideradas na Constituição Federal de 1988, determinando que:

“Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (JUSBRASIL, art.255, 2020).”

Denota-se que não se mostra possível o progresso humano sem que seja garantida a resiliência ecológica, tamanha sua importância que isto é cobrado de todos por lei. No entanto, o cumprimento da norma passa por várias intempéries, pois as indústrias seguem emitindo fumaça na atmosfera, depositando resíduos nos rios e no solo, explorando minerais sem possibilidade de reposição que ameaça a biodiversidade, além do desflorestamento que intensifica o efeito estufa. O resultado disso é o desgaste da satisfação comunitária, no qual grande parte dos membros

sequer tem conhecimento dos danos indiretos que lhes são motivos. A ignorância passa assim a ser artifício usado por empresas e setor público para desrespeitar a lei (ou esquecê-la), perpetuando ações insustentáveis ao custo da integridade física e emocional do povo, sem poder de reação.

Por vezes o indivíduo adocece, tem a fonte de sustento prejudicada ou até perde moradia como consequência das externalidades. O desmatamento é uma das causas, pois elimina tanto a vegetação das encostas quanto a que contém as águas dos rios, provocando erosão do solo e despejo de sedimentos e terra nos leitos (aumentando o volume), favorecendo inundações pela ausência do redutor natural da velocidade de curso e limitador de expansão. É intuitivo esboçar associação com as vítimas fatais e perdas materiais por motivos de enchentes e deslizamentos de terras, contudo não deve ser ignorado todo dano social que estas tragédias geram no médio e longo prazo: vidas perdidas que desestruturam famílias e amigos; o desastre local que instiga desconforto, desalento e remorso; a conciliação entre a recomposição com trabalho, estudos, cuidados com a saúde (física e psicológica) e os relacionamentos se mostram inviáveis, além de outros distúrbios que desidratam a felicidade.

A emissão de poluentes na atmosfera, rios e solo pelas indústrias também é um agravante, repassando o custo ambiental das atividades para outras empresas e pessoas que dependem destes recursos, as quais não são ressarcidas pelo agente poluidor (NASCIMENTO et. al., 2020). Estes custos aumentam as despesas totais dos lesados com correção e recuperação de áreas afetadas, degradação de cultivos e desregularidade de chuvas que afetam produtividade e intensificam a crise energética pelo desequilíbrio hídrico (elevando preços), sendo lógico presumir serem elementos afluentes no desemprego e crise econômica. Nery (2014) já salientava que o desemprego tende a promover não só impasse financeiro como abalos sociais e psicológicos, incitando perturbação e desestabilidade emocional. Todavia qualquer fator que contribua no agravamento de uma crise econômica é ainda mais desastroso, medrando ramificações dos efeitos negativos para várias áreas da sociedade.

Mesmo aqueles sem envolvimento direto na atividade geradora ainda utilizam recursos para consertar os impactos nocivos das externalidades em suas vidas, sendo os gastos com internações hospitalares a forma mais comum desse uso. É visto que embora representem despesas para os doentes, elas não são

contabilizadas como custos para as empresas responsáveis (NASCIMENTO et. al., 2020). Como os pagamentos por serviços médicos, exames e medicamentos nem sempre são arcados com dinheiro privado ou planos de saúde, o governo é quem recebe todo o impacto excedente nas contas públicas. Isso faz com que prevaricação, corrupção ou negligência administrativa na regulação e fiscalização de crimes ambientais, tenha gravidade duplamente agressiva na sociedade, tanto pela intensificação das externalidades negativas quanto pelo aumento indisciplinado das despesas fiscais que prejudicam a economia.

Tem-se, entretanto, o mundo globalizado que se estrutura em moldes capitalistas, sendo árduo o exercício de idealização das investidas no refreamento das atividades. Contudo, também se faz impossível imaginar um futuro onde a destruição da natureza e esgotamento dos recursos permitam seguir esse modelo por mais tempo. Cedo ou tarde terão de ser elaboradas mudanças incisivas no eixo sistêmico para adequação ao risco de extinção humana, assemelhando-se comparativamente ao efeito **bomba-relógio**, com a diferença de não poder desativá-la e somente retardar a explosão. Logo, quanto antes for dada importância aos cuidados ambientais, mais significativas serão as externalidades positivas no bem-estar, ao passo que ainda envereda comportamentos éticos e sustentáveis que prolongarão a qualidade de vida às próximas gerações.

Buscando esse ideal, encontram-se alternativas em estratégias de curto e médio prazo que podem guiar a atuação do governo na melhoria da satisfação geral, listadas no quadro abaixo (NASCIMENTO et. al., 2020):

- Regulamentos para uso de sistemas de tratamento dos efluentes líquidos: assegurando o reuso ou devolução da água em condições adequadas ao ambiente;
- Normatização de critérios inflexíveis na emissão de gases poluentes, com definição de sanções rígidas para transgressores;
- Programas de estímulo à utilização de energia renovável: solar, eólica, oceânica, geotérmica e biomassa.
- Programas de incentivo às boas práticas de reciclagem;

- Programas de reflorestamento: onde a lenha extraída pelas empresas possa vir a ser oriunda de árvores produzidas ou manejadas legalmente, sem infligir os padrões de sustentabilidade;
- Controle e fiscalizações rigorosas das queimadas e desmatamento: com educação ambiental, vigilância, capacitação, instrumentalização e banco de dados. Possibilitando penalizações mais justas, transparentes e corretivas.

Na medida em que um governo opera no ajuste e aprofundamento destes tópicos, segue naturalmente elevando a qualidade de vida e promovendo o desenvolvimento por reação em cadeia. Do mesmo modo que a governança é indispensável para qualquer política ser possível, todo propósito existencial carecerá de sentido rumando a um futuro apocalíptico, excedendo cada vez mais o limite de recuperação da natureza. Os hábitos culturais de consumo e produção exacerbados já são irracionais e insustentáveis, auferindo custos indiretos cada vez mais altos e irradiando insatisfação. Do exposto, não é coerente presumir que falem ferramentas ou condições para as mudanças necessárias, mas antes existe indisposição, ignorância e resistência do establishment (lobbies, grandes corporações, instituições, representantes da bancada política, etc.), em paralelo ao fenômeno social das lutas de classes.

4.3.4 Bem-Estar Psicológico

Um ambiente que respeita os direitos básicos civis, políticos, socioeconômicos e culturais é fundamental para promoção da saúde mental. Saúde que em essência vai além da simples ausência de doenças ou enfermidades, sendo um estado completo de bem-estar físico, mental e social. Infelizmente, salvo casos com transtornos mentais definidos (epilepsia, depressão, psicose, etc.), existem outros fatores ocasionando desordem psíquica nos indivíduos, como: repentinas mudanças na sociedade; condições de trabalho estressantes; discriminações de gênero ou raça; exclusões comunitárias; maus hábitos de vida; desigualdades e evidentemente, opressão e violação nos direitos humanos (ONU BR, 2016).

Vale acentuar o impacto que a noção de perda tem na estabilidade psicológica, não somente aquela ocasionada pelo luto com nítido choque emocional, mas também por percepção de derrota ou destituição de controle sobre algo. Ocorre que

decisões sempre são tomadas deliberando experiências passadas e previsões para melhor gerenciamento da vida (nos limites do viés cognitivo), resultando várias situações de ganho ou prejuízo. Circunstâncias por vezes injustas onde o indivíduo não dispõe de instrumentos necessários para ação coerente que reduza danos materiais ou emocionais²².

Portanto, posto que a sensação de perda afere impacto mais forte na psique humana que o prazer da conquista (teoria da perspectiva), o desgosto obtido sequencialmente (evitável) dificulta a reação natural positiva ou torna crônica a incapacidade de mudar condições desfavoráveis, podendo ser gatilho para casos de depressão (GREVE, 2013). Isso evidencia que abrandar o montante de pessoas perdedoras na sociedade configura pauta inadiável ao bem-estar.

De modo, a saúde mental se mostra imprescindível à capacidade coletiva e individual, seja no ato de pensar, emocionar, interagir, vencer ou aproveitar a vida de maneira geral. Ela promove um estado de satisfação no qual o indivíduo desenvolve melhor suas habilidades, lida de forma eficaz com os obstáculos da vida e ainda se torna mais produtivo no trabalho, efetuando contribuições significativas à sociedade (ONU BR, 2016). Contudo, na contrapartida, transtornos mentais e neurológicos representam quase um quarto de todas as doenças na América Latina, sendo a depressão o distúrbio psicológico mais comum no mundo. Esses desajustes geram embates graves no dia a dia das pessoas e ao desenvolvimento nacional, todavia se apresentam como um dos principais motivos de improdutividade global (WORLD BANK, 2015).

Em paralelo, tais perturbações acarretam custos financeiros elevados à economia mundial, com valores estimados de U\$S 2,5 trilhões em 2010 para até U\$S 6 trilhões em 2030 (ROCHA, 2013). Se as decisões e emoções são mais afetadas pelos potenciais de perda que dos ganhos, estes custos também promovem “mal-estar governamental”, comprometendo qualidade de gestão e eficiência de políticas públicas. Isso é reflexo dos gastos fiscais crescentes que levam à reformulação de orçamentos redirecionando recursos para outros setores, nem sempre beneficiando planos fundamentais de saúde mental. A causa disso são gestores e cidadãos que se confrontam constantemente com os estigmas das doenças, reverberando pré-conceitos, discussões pouco fundamentadas sobre

²² Nível de instrução; informação elementar; equidade; consciência de classe e financeira; noções de mercados, etc..

gravidade e prioridades para o bom funcionalismo, além dos quadros históricos de discriminação. Desse modo, tanto o despreparo técnico quanto a superficialidade no entendimento prático dos efeitos negativos à economia e harmonia social, colocam representantes em posição de aversão à perda, inseguros quanto a redução de custos através de maiores investimentos em programas de bem-estar.

Não obstante, o progresso se mostra impossível em uma sociedade doente. Indivíduos são seres sensíveis e racionais que dependem da mente para executar qualquer atividade viável, sendo incongruente presumir que a disfunção psicológica não auferir prejuízos diretos na esfera socioeconômica. Nos ambientes de trabalho, pode ser observado uma desorganização dos negócios e dos resultados, apresentando inclinações para: contratempos e atrasos; procrastinação e distração; indecisões e falhas nos projetos; visitas frequentes no médico com aumento dos gastos em saúde; erros e omissões; perdas de prazo e absenteísmo; péssimas relações com colegas, além de queda na produção (THE ONE BRIEF, 2020).

Já na vida pessoal e relacionamentos, os indivíduos encaram consequências como baixa autoestima, desequilíbrio racional, queda de rendimento em tarefas diárias e estudos, até mesmo isolamentos ou comportamentos antissociais que podem levar à autoflagelação e pensamentos suicidas. Faz-se assim necessário ampliar oportunidades de tratamento, também eliminando o estigma sobre o problema e investindo na capacidade das pessoas atingirem melhor potencial, elevando o grau de satisfação e sentido de realização de forma mais consciente (GIANNETTI, 2002).

Para isso cabem algumas estratégias intersetoriais que reconheçam e abordem questões amplas sobre a doença mental, não se atendo aos cuidados com transtornos graves, mas também integrando ações de promoção à saúde psicológica na precedência das políticas e programas estatais. Algumas medidas e esforços possíveis para desenvolver o bem-estar na categoria podem ser verificados a seguir (ONU BR, 2016):

- Intervenções na primeira infância: com visitas domiciliares a mulheres grávidas e atividades psicossociais no período pré-escolar, combinados ao auxílio psicossocial e nutricional para pessoas desfavorecidas;
- Apoio às crianças: com programas para desenvolvimento infantil e juvenil;

- Empoderamento socioeconômico para mulheres: aprimorando o acesso à educação e aos programas de microcrédito;
- Apoio social para populações idosas: com iniciativas amigáveis e centros comunitários;
- Programas direcionados a grupos vulneráveis, incluindo minorias, indígenas, migrantes e pessoas afetadas por conflitos e desastres;
- Programas de saúde mental nas escolas e universidades: com mecanismos de orientação, apoio e suporte aos alunos;
- Intervenções de saúde mental no trabalho: com programas de prevenção, normas de conduta e controle do estresse;
- Políticas de habitação;
- Programas para prevenção da violência: reduzindo o consumo de drogas e o acesso a armas;
- Programas de desenvolvimento comunitário;
- Programas para redução da pobreza e marginalidade: com proteção e assistência social aos pobres.
- Leis e campanhas contra discriminações;
- Promoção dos direitos, oportunidades e condições para cuidados dos indivíduos.

Cabe considerar elementos mais simples que podem enredar sentimentos positivos e elevar a percepção de valor individual nas pessoas. Um deles é o estímulo ao contato e interação social que é favorável à redução dos níveis de egocentrismo, através do reconhecimento das particularidades gerais e necessidades de grupos distintos, também para melhoria do desempenho governamental com a garantia de maior cooperação e consenso. Outro fator é o altruísmo objetivado, difundindo um estilo de vida mais saudável pela maior atenção que é dada uns aos outros (incentivando cuidados e exames preventivos). Por fim, tem o estado de sentir-se preciso, relevante e amado, estimulando um quadro de felicidade que desencadeia maior receptividade às informações públicas e consciência de características das doenças (GREVE, 2013). Entrementes, boas relações não são alcançadas sem a disponibilidade de tempo livre e um cenário adequado a isso, diante de jornadas de trabalho exaustivas e insegurança civil.

4.3.5 Uso Equilibrado do Tempo

Dia após dia, as pessoas seguem uma jornada constante de busca por ocupações que provenham rendimentos ao sustento de nossas vidas, mas essa procura nem sempre se relaciona com o desejo de trabalhar mais horas. Estes termos – sustento, rendimento e ocupação - sofrem desvios interpretativos para sentidos puramente financeiros, ignorando a propriedade subjetiva de prosperidade. A humanidade vive incessante demanda por propósito, fazendo da desocupação um conflito não só econômico como também emocional. Logo, as relações sociais, literatura, entretenimento e lazer, são assim elementos extraídos em diversas atividades que provêm valores fundamentais à subsistência, obtendo resposta física, mental e espiritual, além da monetária.

Em sociedades mais ricas, a vontade de despende menos horas com trabalho é algo evidente e praticado, todavia a possibilidade de escolha sobre como utilizar o tempo intensifica a satisfação pessoal. Entretanto, ocupação com trabalho vai além de mero recurso para aquisição de renda, também é um meio de se obter status, relações pessoais e noção de significância. Existe, portanto, um limite até onde as pessoas vão optar por mais lazer em detrimento de menos horas empregadas, posto que a demasia do ócio acarreta perda de propósito e dificuldade no encontro de novo rumo, reduzindo bem-estar (GREVE, 2013).

Depreende-se que as necessidades econômicas são, indubitavelmente, as forças primárias na criação de um senso de urgência de tempo, responsável pelo ritmo de produtividade social. Configuram uma dinâmica que incentiva comportamentos individualistas e induzem estilos de vida agitados ou rápidos, retroalimentando a conduta²³. Essas esferas (vitalidade econômica e individualismo) acabam auferindo conseqüências negativas que fazem do uso indisciplinado do tempo um agravante na produção de estressores, elevando o consumo de drogas e os diagnósticos de doenças coronárias (LEVINE, 2020).

Cabe reconhecer que a administração eficiente do tempo requer mais que disposição individual, dependendo também do compromisso empresarial e

²³ A resolução dos pontos de conflito deve considerar influências interdimensionais. Logo, ainda que a afirmação pareça contraditória aos incentivos e premiações para estímulo do servidor público (destacados no tópico Boa Governança), a proposta dos índices de felicidade é uma transformação conjunta em cada pilar. Dessa forma, importa pressupor que as correções viriam acompanhadas de evoluções em outras dimensões do bem-estar, “metamorfoseando” a sociedade ética e moralmente.

governamental com os direitos básicos civis, moralidade e humanidade. Os intervalos entre desocupação e trabalho devem atender qualidades que vão além do simples descanso, sem cargas horárias exaustivas que abram margem para: recreação; cuidados com o corpo; planejamento familiar; desenvolvimento intelectual, entre os mais diversos prazeres que constituem o ideal de lazer.

O tempo livre para prática do ócio consciente, eficiente e necessário, é um direito social fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988, através dos artigos 6º, 7º, 217º e 227º, listados abaixo (JUSBRASIL, 2020):

- **Art. 6º** - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição;
- **Art. 7º** – São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
 - **IV** – Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com ajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;
 - **XIII** – Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e à redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;
- **Art. 217º** - É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:
 - **§3** – O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social;
- **Art. 227º** - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária,

além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Ainda que exista todo um amparo jurídico ao lazer como forma de promover a sociedade, estes artigos abrem questões curiosas que criam nebulosidade na proteção ao indivíduo sobre seus direitos, tais quais: de que forma o governo, empresas e sociedade entendem o sentido do termo? Existe um consenso que torna desnecessário a mínima especificação do que seria lazer, a ponto de não incluir na constituição? O termo não estaria vago demais, possibilitando abusos ou exploração do tempo livre em jornadas de trabalho mais altas?

A verdade é que na prática os indivíduos podem se sentir compelidos a trabalhar mais horas diante de pagamento insuficiente, pela inflação e aumento dos impostos, por ameaças à segurança do emprego, entre outros (LEVINE, 2020). Isso leva a possibilidade de acordo entre as partes (art. 7º, XIII) que atendam requisitos básicos de equilíbrio entre qualidade de vida e eficiência produtiva, a uma frustração motivada pela obsessão ao lucro, acumulação, avareza e corrupção.

O propósito nuclear da organização social sempre foi melhorar as condições de vida, facilitando ou criando situações que antes seriam inviáveis isoladamente. Sem a cooperação coletiva os mais frágeis e incapazes não conseguiriam sobreviver (idosos, deficientes, doentes, gestantes, etc.), sem recursos físicos para lutar pela própria sorte. Nunca antes um consenso de formação coletiva vingou priorizar, ao menos conscientemente, um sistema de estratificação onde a maioria do povo seria marginalizada, humilhada e explorada (fatores opostos ao bem comum que evidenciam desvio de caráter). Logo, observar a cultura de produção com tendência a abusos trabalhistas, desumanidades e imoralidades, comprometendo a saúde e o bem-estar, foge totalmente do princípio e razão de existir numa coletividade.

O trabalho sistemático tem contribuição na satisfação do povo quando sob percepção dos indivíduos, eles expressam ou desenvolvem habilidades e potenciais que os fazem avançar no alcance de suas metas (SORAGGI et. al., 2011). Desse modo, viver é muito mais que comer, beber, abrigar-se ou sentir-se seguro (estabelecido na constituição), pois são elementos básicos para que qualquer indivíduo subsista. O conceito de vida abrange um conjunto indeterminável de ações e sensações pessoais, objetivas e subjetivas, que ativam hormônios da felicidade (oxitocina, dopamina, serotonina, etc.) e estimulam o prazer de existir. Faz-se então

necessária a construção de um “projeto de direitos temporais”, que defina explicitamente o equilíbrio eficiente entre horas de trabalho e as não laborais, organizando a composição das atividades sob perspectiva qualitativa.

Entre as várias iniciativas para equilibrar o uso do tempo, algumas investidas podem ser consideradas abaixo (LEVINE, 2020):

- Prioridade nos Direitos Humanos: entender como o pilar que sustentará cada outra ação, com políticas relativas à jornada de trabalho, condições de trabalho, coerção e exploração de indivíduos, tanto quanto à proteção contra o abuso de mulheres e crianças;
- Elemento familiar: com políticas que permitam o empregado equilibrar trabalho e vida com a família. Devendo inclusive refletir o número de mulheres que ingressam no mercado e garantir harmonia que não prejudique seus filhos ou famílias;
- Burnout e excesso de trabalho: empregados forçados a trabalhar horas excessivas decaem na síndrome de Burnout. Além de prejudicar o bem-estar físico e psicológico do colaborador, reflete custo à empresa com um trabalhador menos produtivo. Fazendo-se necessárias políticas que reduzam a probabilidade de esgotamento e que mantenham horas de descanso suficientes para reposição de energias, humanamente indispensáveis à produção;
- Comportamento pró-social: elaborar políticas que recompensem boas condutas. Pessoas felizes são cidadãos melhores no trabalho, ajudam mais os outros, são mais capazes em situações difíceis, além de serem mais altruístas e atentas as necessidades gerais;
- Autoridade sobre o uso do tempo: maximizar a sensação de controle que as pessoas tem sobre o tempo, consultando-as quando houverem questões que afetem o uso;
- Sensibilidade ao contexto cultural: as políticas devem atentar às diferenças culturais, com cuidado para não aplicá-las em culturas que se mostrem desapropriadas;
- Flexibilização na combinação de habilidades e temperamentos por contexto cultural: existem diversos perfis de trabalhadores dentro da mesma cultura,

uns que preferem cronogramas, enquanto outros preferem concluir seus trabalhos nos seus próprios horários alternativos.

Em relação aos índices de desemprego, políticas que ocupem e norteiem o povo em algum objetivo (como serviços comunitários voluntários e campanhas de solidariedade), já elevam os índices felicidade ao passo que trabalho não só encontra sentido na obtenção de renda, mas também nas relações sociais. Estima-se que pessoas não empregadas têm um risco doze vezes maior para o suicídio, especialmente os que se encontram em inatividade há muito tempo (GREVE, 2013). Portanto, as interações não só garantem senso de reconhecimento e importância como ainda ampliam horizontes de alternativas, posto que a experiência adquirida nas atividades junto às amizades construídas, agregam atributos para investidas no mercado empregatício ou melhor absorção de sensações prazerosas em outras ocupações. Por vezes o cidadão descobre habilidades e informações que antes não reconhecia, servindo de impulso para mudança de vida.

Importa estabelecer que a harmonia entre trabalho e lazer, em todo seu grau de profundidade, trará benefícios generalizados à economia invés de prejudicar. Além disso, difundirá um estado de satisfação que permite maior clareza na elaboração de planos inovadores, resolutos dos problemas apontados em outras dimensões dos indicadores de bem-estar.

4.3.6 Segurança

A desigualdade, baixo nível de renda e desemprego se apresentam como vetores centrais para elevações nos índices de criminalidade e violência (BUDAL et. al., 2017). O apego aos elementos financeiros, de acumulação, consumo conspícuo e status social, criam uma doença sistemática que apesar de afetar diretamente os mais pobres, gera um efeito de segunda onda que ameaça toda esfera de estratificação, sem distinção de classe ou poder aquisitivo. As camadas desprivilegiadas da sociedade enfrentam situações que os colocam em más condições de habitação, desprestígio das oportunidades econômicas e dependência de serviços públicos precários, desencadeando estresse generalizado que abala o âmago populacional e faz emergir comportamentos condenáveis.

No entanto, apesar de lidarem com os estresses da própria categoria e seus consequentes desvios de conduta²⁴, os mais ricos ainda são vítimas de crimes que eles mesmos fomentam nas comunidades marginalizadas, configurando-se assim uma irracionalidade duplamente qualificada e com altos custos ao país. O favorecimento de classe e privilégios são obtidos ao custo da qualidade de vida de outros grupos, sendo a promoção dessa cultura pautada no egocentrismo e individualismo, afluente na precariedade de vida enfrentada pelos mais pobres que origina muitos dos condicionantes para atos violentos e transgressores. Isso configura um **efeito efervescente**, no qual os problemas gerados pela elite caem até as camadas mais baixas da sociedade, mas tempo depois voltam a subir, desmanchando-se na superfície.

Percebe-se que o cerne da desigualdade é um projeto que aloca indivíduos em realidades subversivas e desumanas, de responsabilidade do poder público em resposta aos interesses do escol social. Tal prospecto é verificado quando resgatamos os dados sobre a desproporção da renda em 2018, posto que neste ano os 10% da população mais rica no Brasil concentrava 43,1% da renda, ao passo que os 10% mais pobres detinham somente 0,8% dela (COSTA, 2019).

Absorve-se disto que o grau de segurança social tem origem na forma como a comunidade se organiza, sob seus preceitos morais, éticos, emocionais (empatia, sensibilidade, compaixão, etc.) e de valores humanos. Contudo, existem elementos adicionais que podem interferir na construção do aparelho psíquico do indivíduo, afetando sua autonomia e criando ocasiões onde a violência surge, como destaca Levisky (2010):

“O desenvolvimento da civilização em seu processo histórico mostra que as transformações tecnológicas, ambientais, filosóficas, psicológicas, econômicas e religiosas, influenciam e contribuem para a modificação e o surgimento de novos circuitos biológicos, psicológicos e sociais. Entretanto, não elimina a presença de circuitos primitivos que, em determinadas circunstâncias, emergem, até porque fazem parte de registros genéticos transmitidos ou culturalmente herdados (LEVISKY, p. 07, 2010).”

Deduz-se que mesmo vitalizando a comunidade carregaremos informações genéticas de instintos primitivos que afloram diante dos inúmeros gatilhos possíveis, somados aos traços culturais antigos que não podem ser completamente

²⁴ Acordos políticos ilegais; sonegação de impostos; uso da máquina pública e judiciária sob interesses pessoais; aplicação de recursos em publicidade enganosa; danos ambientais, etc..

eliminados. É daí que a transformação social parte das bases estruturais para assimilação de boas condutas, que medrarão costumes significativos às próximas gerações em substituição dos falhos. Evidente que se o fator genético pode ser considerado no estudo, políticas voltadas à promoção de maior segurança devem incluir maneiras de elucidar o povo sobre esses impulsos e como combatê-los, ao tempo que investe em programas de suporte psicológico para auxílio na transformação consciente do indivíduo.

Em sentido mais amplo, a criminalidade gera altos custos sociais e econômicos que prejudicam o bem-estar, por meio de: redução na expectativa de vida; perda ou destruição de patrimônio; gastos com prevenção; despesas direcionadas à justiça criminal e prisões; decaimento da produtividade por perdas do capital físico e humano; desvirtuamento da função das cidades; drenagem de recursos públicos, entre outros (BUDAL et. al., 2017). Observar exemplos dos impactos na economia é um exercício simples, sendo possível citar os roubos de cargas e de estabelecimentos, que elevam preços ao consumidor final em decorrência de maiores gastos dos empreendedores com proteção privada e melhores seguros. Também empresas que fecham portas temendo o risco e despesas de operação, enquanto outras sequer abrem fisicamente, investindo no e-commerce e ofertando menos empregos.

Do exposto, para que as comunidades sejam melhor assistidas e apresentem quadros mais favoráveis de seguridade, existe um conjunto de diretrizes que podem auxiliar os governos em suas políticas de proteção e combate às transgressões, as quais têm seus princípios elencados abaixo (NAÇÕES UNIDAS, 2004):

- Promover o bem-estar e a saúde agindo contra todas as formas de privação social;
- Promover valores comuns e respeito aos direitos humanos fundamentais;
- Incentivar a responsabilidade social e os procedimentos de mediação social;
- Conscientização do povo sobre seus direitos e como realmente exercê-los;
- Introduzir sistemas de assistência às vítimas;
- Oferecer às comunidades informação necessária para lidarem com problemas relacionados ao crime;

- Partilhar conhecimento científico entre pesquisadores, formuladores de políticas, educadores e comunidade em geral, para reprodução de intervenções bem sucedidas. Desenvolvendo novas iniciativas e fazendo um prognóstico de prováveis problemas resultantes de crimes, assim como de oportunidades de prevenção;
- Criar um sistema de dados para realizar levantamentos regulares de vitimização e delitos, aplicando-os para reduzir a repetida vitimização, contínua transgressão e áreas com alto índice de criminalidade;
- Criar programas de desenvolvimento econômico e social que sejam abrangentes e não gerem estigmas, como programas de educação, saúde, moradia e emprego;
- Realizar atividades que reparem a exclusão e marginalização;
- Fazer uso da educação e de estratégias de conscientização da população em geral, no sentido de incentivar uma cultura de legalidade e tolerância, respeitando, ao mesmo tempo, as identidades culturais;
- Melhorar a qualidade dos serviços prestados por meio de programas especiais de treinamento para assistentes sociais, oficiais de polícia e profissionais judiciários;
- Estimular a participação ativa dos grupos populacionais, especialmente por meio de pesquisas locais sobre a falta de segurança (integrado nos índices de bem-estar);
- Desenvolver programas educativos para líderes tradicionais, para os órgãos de repressão, para a comunidade, para os serviços judiciário e correccional.

São muitas as estratégias que podem ser adotadas munidas de aprofundamento científico e coleta de dados, com foco nas mudanças de base estrutural sem desconsiderar a contenção dos atos infratores, reforçando as técnicas de policiamento, prevaência das leis e os métodos corretivos eficazes. Contudo, os interesses de grupos articuladamente mais fortes tendem a prevalecer e sendo estes os representantes do escol social, a manutenção do status quo se torna objetivo de governo enquanto perpetua a desigualdade e rebobina o problema (SEBRAE/MG, 2008). Vale perceber que qualquer investida em busca de mais segurança precisa

ponderar transformações nos hábitos comunitários, tanto na esfera de produção quanto nas práticas de consumo.

Encerrado aqui o aprofundamento das dimensões subjetivas, faz-se necessário iniciar nova discussão sobre a metodologia de questionário avaliativo da felicidade, enxergando nele a fundamentação teórica que envolve cada pilar e variáveis originárias das perguntas a serem elaboradas. Também se fazendo preciso argumentar como a organização socioeconômica atual tende a inviabilizar investidas na mensuração do bem-estar ao desenvolvimento.

4.4 Relevância contributiva e entraves ao desenvolvimento

A mensuração do bem-estar social pelos índices de felicidade traz enorme contribuição ao modo como entendemos o desenvolvimento. Como pode ser observado no **ANEXO A**, utilizando referencialmente a estrutura do questionário *Legatum Prosperity Index 2016*²⁵, identificamos 3 domínios ou orientações (Inclusão Social, Economia Aberta e Capacitação de Pessoas), que englobam 9 pilares com suas respectivas variáveis e descrições. Cada variável (104 totais) tendo peso relativo entre 0.5 e 2, com valor definido frente suas importâncias singulares à prosperidade, acompanhadas ainda pelas razões da necessidade à coleta²⁶.

Enxergamos nele, portanto, todo aprofundamento analítico abordado anteriormente, onde a subjetividade deixa de ser um termo disperso para assumir forma consistente, organizada e acessível. Sincronicamente, as descrições são elucidativas e tendem a favorecer profissionais capacitados na elaboração de questionários eficientes, com maior confiabilidade na extração dos dados fundamentais ao perfil nacional e percepção de inter-relações (LEGATUM INSTITUTE, 2016).

Quanto à metodologia de cálculo, sua colaboração se dá no processo de transformação do dado subjetivo. São estabelecidos limites superiores e inferiores que podem ter sentidos diferentes a depender da variável avaliada, tais como

²⁵ A versão 2016 foi preferível por conter informações sobre “razões” e “limites” não incluídos na seção “pilares e elementos” de relatórios atualizados. Portanto, vale frisar que o Legatum Prosperity Index 2020 é constituído por 12 dimensões, enquanto o Index 2016 só contempla nove.

²⁶ A escolha da metodologia do LPI para análise estrutural de um índice de felicidade considerou o nível de detalhamento nos relatórios do Instituto Legatum, especialmente sobre as particularidades dimensionais e características das variáveis (Anexo A). Portanto, infere-se que cada Grupo, Instituto ou Organização idealizadora de um índice de felicidade possui metodologia específica, de modo que o aprofundamento nelas requer estudo dedicado.

participação política e desemprego, com limites superiores invertidos (**ANEXO A**). Desse modo, a pontuação em cada termo é computada obtendo o dado bruto respectivo (com o survey) subtraído do limite inferior, dividido pela diferença entre seu valor máximo e mínimo. Após a multiplicação do resultado por seu peso correspondente, encontramos o índice parcial dos pilares somando suas variáveis características (LEGATUM INSTITUTE, 2016).

Disto é adquirido um referencial dimensional para política pública direcionada, onde as dimensões demarcam taxas relativas que permitem acompanhar o desenvolvimento localizado, além de prover noções de prioridade e urgência fundamentada pelos pesos. Não obstante, esses pesos, variáveis e até mesmo pilares não são absolutos, visto que o grau de abstração do bem-estar permite o reconhecimento de outros termos ainda não listados. Além disso, existe também a dependência de literaturas acadêmicas diversas sobre satisfação subjetiva em contraste com a acumulação de renda, reforçando ou identificando novas variáveis relevantes à constituição do índice de felicidade.

Elencados os aspectos que tornam, analiticamente, um indicador de bem-estar robusto ao planejamento de ação governamental, podemos então confrontá-los com as investidas executadas pelo Estado. Ocorre que as políticas públicas nem sempre assumem natureza desenvolvimentista, apresentando-se mais como contenção de danos que sob estratégia de promoção da qualidade de vida equitativa. Indicadores como PIB e IDH são tímidos no que tange a representação íntima do progresso social, transparecendo uma cessão cautelosa aos alertas de importância do bem-estar subjetivo à manutenção da vida, mas sem mergulhar com força na complexidade da satisfação humana.

Cabe refletir sobre o verdadeiro caminho do desenvolvimento quando ferramentas utilizadas em sua medição não consideram condições físicas, psicológicas ou até espirituais. Logo, justificar a evolução pela acumulação de riquezas, produtividade, consumo e ascensão de classe, apostando em influências positivas nas camadas socioeconômicas (reação em cadeia), mascara em verdade uma realidade de privilégios, miséria e tragédias.

Fica claro que o desenvolvimento é buscado de forma inconsciente, onde os países seguem um referencial externo que não considera suas particularidades, histórias, culturas ou ambiente, entre diversos outros fenômenos que definem perfis distintos e impossibilitam o alcance de posições iguais por meios comuns. Um dado

que reforça essa inconsistência se mostra entre os anos 1820 e 1950, quando países hoje economicamente desenvolvidos adotaram políticas rígidas de protecionismo para amparar indústrias nascentes, mas que agora defendem ter liberado seus mercados pondo tal afirmativa como elemento central ao progresso em outras nações (CHANG, 2003)²⁷.

Claramente este fato faz jus ao termo “chutar a escada”, sendo possível associar mesma prática no comportamento dentro das fronteiras nacionais, com articulação política e econômica atuando majoritariamente em defesa de interesses elitistas. Porquanto, torna-se perverso defender que o bem-estar será alcançado pela maximização da utilidade frente às cestas de bens e serviços, ao passo que não são dispostas oportunidades iguais à população ou assegurada renda básica ao atendimento das condições mínimas de subsistência.

Depreende-se que ocorre uma busca pelo desenvolvimento econômico em detrimento do social, ainda que o progresso só seja alcançado de forma conjunta. Grande parte da população global está em situação de pobreza multidimensional (ponderando renda, educação e saúde), somando 1,3 bilhão de pessoas em 101 nações (total de 5,2 bilhões de habitantes, 78% do total mundial). Relativamente, são 25% do povo com aspirações, emoções e individualidades vivendo realidades subhumanas, ainda desconsiderando faixas de pobreza menos intensas que tornariam o quadro pior (ONU NEWS, 2019).

Esses valores mostram que a organização mundial fomenta conscientemente a manutenção do cenário retrógrado, pois além da pobreza ser algo tão evidente para não ser percebida, existe no mundo 2.153 bilionários concentrando riqueza maior que 4,6 bilhões de pessoas – cerca de 60% do total populacional (OXFAM BRASIL, 2020)²⁸. Cabe resgatar aqui o termo “chutar a escada” para reforçar o possível interesse das nações classificadas hoje como desenvolvidas, dificultando os meios

²⁷ “Se esse for o caso, as nações desenvolvidas não estarão se valendo do pretexto de recomendar políticas e instituições ‘boas’ unicamente para dificultar o acesso dos países em desenvolvimento às políticas e instituições que elas implementaram no passado a fim de alcançar o desenvolvimento econômico?” (CHANG, pág. 14, 2003).

²⁸ O intuito da afirmação é destacar que existe diferença entre “desenvolvimento econômico” e “desenvolvimento social”, sendo “desenvolvimento socioeconômico” o crescimento econômico transformado para atender necessidades políticas, econômicas e principalmente, humanas e sociais. Isto posto, dado o número elevado de pessoas em pobreza multidimensional (que pode ser ainda maior considerando a superficialidade do IDH) e a quantidade de bilionários concentrando riqueza, o cenário retrógrado é fomentado conscientemente porque estas informações são de conhecimento geral, contudo as ações para resolução de tamanha desumanidade são proteladas, negligenciadas e sofrem forte resistência.

que permitem ascensão das nações periféricas pelo risco de comprometer os próprios ritmos de progresso, não eliminando pobreza e marginalidade internamente (mantendo a desigualdade), mas atenuando-a por transferir gradualmente o problema aos outros países (CHANG, 2003).

Fica inferido que se há real interesse mundial pelo desenvolvimento socioeconômico, as dimensões subjetivas do bem-estar social estarão em debate vigoroso e prioritário. Direcionar ações públicas através da satisfação subjetiva como ferramenta de progresso, ignora privilégios que entravam a evolução social e possibilita um modo de vida mais consciente dos afluentes indiretos ao bem-estar. A identificação segura dos pilares e das diferentes variáveis que os compõem, mapeiam nodos caóticos e suas influências interdimensionais para atuação precisa do Estado. Isso faz do índice de felicidade não só uma medida de desenvolvimento, mas também um aparelho de gestão, monitoramento e identidade social, que concentra todo o projeto de progresso nele enquanto dispensa gasto de recursos em pesquisas acessórias para contenção de danos.

De certo, toda e qualquer proposta de mudança estrutural sofrerá forte resistência, pois mesmo que apresente consistência nos fundamentos, irá inevitavelmente contra os interesses daqueles beneficiados por dinâmicas de exploração, marginalização e acumulação. Todavia este trabalho não se propõe a apresentar elementos que suscitem mudar um sistema de organização, mas sim a transformação gradativa das bases por meio da análise e discussão científica das evidências disponíveis.

Índices de felicidade dispõem substâncias que apresentam objetivamente a evolução natural da leitura sobre desenvolvimento socioeconômico, acompanhando a trajetória histórica iniciada com o PIB seguido pelo IDH. Se este novo marco alcançado pela ciência econômica ganhará tanta relevância quanto seus antecessores, dependerá do conflito contra o status quo e dos futuros quadros de crise (ambiental, sanitária, econômica, social e existencial) que demandem alternativas imediatas para atenuar efeitos nocivos da ignorância ou negligência.

Referente às dificuldades de implementação, tendo em conta toda estrutura necessária à coleta de dados e treinamento de pessoal (entrevistadores), cabe destacar que no Brasil, desde o ano 1940, o IBGE segue realizando o Censo Demográfico em periodicidade decenal. Seu questionário de amostra, o mais detalhado, contempla 76 questões abordando temas como: características dos

domicílios; identificação étnico-racial; nupcialidade; núcleo familiar; fecundidade; religião ou culto; deficiência; migração interna ou internacional; educação; deslocamento para estudo, trabalho e rendimento, além de mortalidade (IBGE, 2020). Sobre os custos da pesquisa ao país, tem-se que em 2019 as verbas destinadas ao Censo somavam R\$ 3,1 bilhões, com expectativa de redução para R\$ 2,3 bilhões (CÂMARA, 2019). Vale extrair disso que a maioria dos países já possui base experimental e condições para adoção dos índices de bem-estar, mesmo porque os dados do Censo também são instrumentos para orientação de políticas públicas e decisões da iniciativa privada (IBGE, 2020).

Ainda que os índices de felicidade venham requerer montante mais elevado de recursos para aplicação no curto prazo, pela maior abrangência nas informações, a resolução dos entraves socioeconômicos auferirá vantagens e benefícios estruturais que tornam o investimento lucrativo, tais como: aprimoramento produtivo; dinamicidade de mercado; expansão de potencial intelectual; avanços em áreas profissionais; qualidade nas condições saúde e longevidade; preservação da vida presente e futura com atividades sustentáveis; gerenciamento familiar pela disponibilidade de tempo livre, entre outras.

Paralelo ao Censo Demográfico, os índices de felicidade também têm a preocupação de traduzir o perfil social com as devidas proporções e enfoques, munindo o Estado com dados para atuação direcionada. No entanto, é percebido através da existência do Censo (sua expectativa de corte na verba) e pelas mudanças sociais ocorridas com as políticas já adotadas, que o obstáculo para implementação do indicador não é custo, mas indisposição à mudança.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reconhecimento do viés de resultado na interpretação neoclássica do processo decisório elucidou a insensibilidade da análise econômica predominante sobre o bem-estar. Seu caráter objetivo acaba mascarando danos estruturais na sociedade que penalizam a eficácia das políticas públicas e os planos de desenvolvimento, ignorando particularidades históricas, culturais e emocionais que refletem o grau de qualidade de vida. Logo, a percepção segura dos elementos subjetivos que acompanham o ritmo organizacional, aproximando o estado de satisfação social aos índices de progresso, foi colocada como sendo a principal contribuição dos indicadores de felicidade e objetivo deste trabalho.

Ficou claro que os indivíduos possuem uma compreensão de mundo bem diferente da que é estimada nos modelos econômicos, fazendo da tomada de decisão um ato por vezes equivocado ou ilógico que tende a desregular previsões para estratégias públicas e privadas. Acaba que negligenciar essa abstração torna prática a manutenção da ordem econômica em detrimento da harmonia social, ressaltando que o termo “ordem” nesse caso não implica o mesmo que “regulada”. Nisto é compreendido que da incompatibilidade entre o objeto e a realidade, derivam conflitos que não são representados ou refletidos no PIB e IDH, frente ao número reduzido de dimensões em suas composições.

Exatamente nessa brecha que foram propostos os índices de avaliação da satisfação subjetiva, atendendo número consideravelmente maior de pilares em suas bases, somados ao aprofundamento metodológico na coleta dos dados e aproximação aos anseios individuais e coletivos. Como observado, cada dimensão nestes índices representa um prospecto de situações que agem diretamente sobre a condição de vida da população, sendo a reação a estas influências o resultante de informações substanciais para atuação eficiente do Estado com medidas progressistas.

Nessa linha, cada pilar apresentando leitura abaixo da meta de desenvolvimento fornece ‘alertas’ para identificação dos focos de entrave (extraídos dos *surveys* aplicados na comunidade). Por isso é inferido que a conversão do aspecto subjetivo aos dados manipuláveis não se limita a uma interpretação direta à resolução de problemas e transformação, também facilitando deduções sobre focos de insatisfação para reconhecimento de danos paralelos. Desse modo, constitui-se uma

ferramenta que enfatiza o bem-estar de forma categórica, detalhada e mapeável, favorecendo o progresso socioeconômico controlado, ajustado e consciente.

Analogamente, se em um número determinado de acidentes no trânsito a melhor estratégia for direcionar recursos para tratamento, pode ser mais efetivo investir em equipamentos de segurança, sinalização, fiscalização e pavimentação, que aumentar o número de enfermeiros, instrumentos, medicamentos ou até de hospitais. O sentido está em perceber que se uma dimensão apresenta taxas declinantes e o plano estatal é direcionar ações diretamente nela, a origem do problema pode não ser resolvida porque cada “órgão” do corpo socioeconômico gera uma parcela entrelaçada de dano, uns agindo com mais intensidade sobre outros sem necessariamente fazerem parte do mesmo segmento.

Portanto, invés de lidar com uma crise de forma desarticulada ou buscar melhorias em programas satélites do objetivo primário, apostando transformações essenciais sobre pontos limitados (tendo em mente os pilares do PIB e IDH), os índices de felicidade se põem como uma “*bateria de exames*”, um **check-up**. Por conseguinte, assim como um doente procura seu médico e obtém todo o quadro clínico para tratamento direcionado, suplementação e monitoramento, indicadores de bem-estar colocam na mesa os pontos de conflito e seus enraizamentos, para verificação dos afluentes, nodos caóticos e melhores estratégias de ação.

Também foi exposto que os surveys coletam dados que traduzem a insatisfação social para cada seção espelhando a realidade, junto à indispensável abordagem capacitada dos entrevistadores. Como ferramenta ao desenvolvimento, vimos que esta coleta assume modelo semelhante ao censo demográfico realizado no Brasil desde 1872 (certificando já existir uma base nacional preparada aos índices de bem-estar). Mensurado então o quadro comunitário, planejadores podem discutir inter-relações, habilitações, prognósticos e mudanças estruturais junto às consultorias especializadas.

Fica acentuado que o desenvolvimento perde assim seu caráter nebuloso, de fenômenos puramente objetivos, financeiros e incompatíveis com a realidade das nações, seguindo a direção de transformações projetadas baseadas em características que abrangem outros aspectos da vida sem exclusão, discriminação ou desigualdade. No entanto, discutiu-se a postura adotada pelas nações com alto nível de crescimento econômico sobre o refreamento do avanço periférico, pondo

em questionamento o real interesse mundial pelo progresso em meio às investidas na manutenção do *status quo*.

Tira-se daí que a simples sugestão de um indicador de bem-estar pode ir contra os interesses daqueles beneficiados pela atual estrutura de organização socioeconômica, onde a acumulação, exploração e desigualdade auferem poder e privilégios que justificam a defesa neoclássica da renda como fator determinante à evolução coletiva. Uma resistência que ironicamente pode ser encontrada entre formuladores de políticas integrantes do escol social, dificultando a passagem de propostas que venham sugerir maior equidade.

Entretanto, não só a resistência destes atores entrava a difusão dos índices de bem-estar, como também as limitações encontradas na Economia da Felicidade, especificamente sobre a escassez de conteúdo aprofundado para melhor evidenciar as proposições. Além do pouco material disponível em âmbito nacional (brasileiro), as discussões não conseguem exemplificar consistentemente o uso prático dos indicadores subjetivos por falta de experimentação difundida. O mais próximo que se alcança de um resultado efetivo é a evolução periódica das taxas por dimensão, mas não os efeitos das mudanças através de políticas pautadas nesses dados.

É através desta limitação que se abre a possibilidade de um estudo complementar a esta monografia, listando as principais políticas adotadas nos últimos anos (município, estado ou país) em confronto com os pilares correspondentes dos índices de felicidade, identificando se os resultados positivos ou negativos delas contemplaram as determinações das variáveis dimensionais. Fica intuitivo perceber que para uma análise detalhada far-se-á necessário a aplicação de um *survey* específico na região avaliada, comparando minuciosamente o perfil regional com os objetivos propostos e alcançados pelas políticas.

Não obstante, importa acentuar que os índices de felicidade não são a solução para todos os problemas, como uma ferramenta milagrosa que irá surgir e corrigir as imperfeições da vida de forma imediata, sem espaço para propostas melhores que venham a nascer. Acreditar que possuem tamanho poder resolutivo seria o mesmo que idealizar uma utopia, pois existem números indeterminados de variáveis que afetam a vida em sociedade e a precisão das informações, atrapalhando os resultados esperados em qualquer indicador. Portanto, a relevância do estudo sobre o bem-estar subjetivo em Economia da Felicidade está na evidência de que o problema existe e é negligenciado, postergado ou encarado como algo natural, que

faz parte da vida. Conquanto, o que se observa é uma dedicação muito maior aos elementos econômicos em detrimento dos sociais, apoiando-se na justificativa de que um levará ao outro, mas que na prática a maior parte da população mundial paga com sangue, fome e desespero os privilégios de uma minoria.

Dessa forma, constata-se serem indispensáveis novas pesquisas que melhor fundamentem o campo teórico, reforçando a confiança dos líderes e organizações mundiais para obtenção de dados mais embasados. Neste sentido, o presente trabalho visa servir como ponto de continuidade para construção de linha dissertativa colaborativa, que enriqueça a temática e desarticule a compreensão insatisfatória sobre desenvolvimento.

6 REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicomaco**. A obra-prima de cada autor, 6ª Ed.. Martin Claret, Vol. 53, 6 Ed.. São Paulo, 2002.

ARRUDA, Marcos. **As nove dimensões do FIB**. Cooperadamente. 13 de Abril de 2009. Disponível em: <<http://cooperadamente.blogspot.com/2009/04/fib-qualquer-semelhanca-com-prout-e.html>>. Acesso em: 29 de julho de 2020.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirella de; FRANCO, Samuel. **O Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)**. Texto para Discussão Nº 986. ISSN 1415-4765. Rio de Janeiro, 2003.

BLACHFLOWER, David Graham; OSWALD, Andrew J.. **Money, Sex and Happiness: An Empirical Study**. Scandinavian Journal of Economics. 2004.

BOTEGA, Neury José. **Comportamento Suicida: Epidemiologia**. Psicologia USP, Vol. 25, Nº 3, p. 231-236. 2014.

BRUNI, Luigino. **The Paretian Turn: The Foundation of The Theory of Rational Choice, and its Discontents**. Revue Européenne des Sciences Sociales, 51-2, 47-64. 2013.

BUDAL, Vinícius Klein; GUIMARÃES, Raquel R. de Meireles. **A relação entre vulnerabilidade socioeconômica e criminalidade: uma análise dos homicídios e do tráfico de drogas no município de Curitiba em 2011**. 2017. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/download/2781/2672>>. Acesso em: 7 de setembro de 2020.

CÂMARA. **Para pesquisadores, corte de verbas para o Censo 2020 atinge políticas públicas**. Novembro, 2019. Disponível em: <<https://www.camara.br/noticias/619389-para-pesquisadores-corte-de-verbas-para-o-censo-2020-atinge-politicas-publicas/>>. Acesso em: 30 de setembro de 2020.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a Escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. Editora UNESP. São Paulo – SP, 2003.

CHEN, XI. **Relative Deprivation and Individual Well-Being**. IZA World of Labor. Abril, 2015.

CHURCHILL, Winston. **Segunda Guerra Mundial**. Reino Unido: Editor Houghton Mifflin, 1948–1953.

CORBI, Raphael Bottura; MENEZES-FILHO, Naércio A.. **Os Determinantes Empíricos da Felicidade no Brasil**. Rev. Econ. Polit. Vol. 26, nº 4. São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572006000400003>. Acesso em: 29 de julho de 2020.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Que País é Este? Dimensões da Desigualdade Social**. UNICAMP, Instituto de Economia, ISSN 0103-9466. Novembro, 2019.

DAMASCENO, Alexandre Paiva. **Felicidade, Políticas Públicas e Choques Positivos de Renda**. Universidade Católica de Brasília. Tese Doutorado. Brasília, 2009.

DAVIDSON, Richard J.; JACKSON, Daren C.; KALIN, Ned H.. **Emotion, Plasticity, Context and Regulation: Perspectives from Affective Neuroscience**. Psychological Bulletin, Vol. 126, Nº 6, p. 890-909. 2000.

DI TELLA, Rafael; MACCULLOCH, Robert; OSWALD, Andrew J.. **The Macroeconomics of Happiness**. September, 2001.

DIB NETTO, João Henrique C.. **Bem-Estar Subjetivo: Uma Abordagem Intergeracional pelo método de Pseudopainel**. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

DRAKOPOULOS, Strakos A.. **The Paradox of Happiness: Towards and alternative explanation**. University of Athens. November, 2005.

DURKHEIM, Émile. **A evolução pedagógica**. Porto Alegre: Artes Médicas. 2002.

EASTERLIN, Richard A.. **Does Economic Growth Improve the Human Lot? Some Empirical Evidence**. University of Pensilvânia. Pensilvânia, p. 89-125. 1974.

EASTERLIN, Richard A.. **Income and Happiness: Towards a Unified Theory**. The Economic Journal, 111. p. 465-484. 2001.

ENGLAND, Richard W.; HARRIS, Jonathan M.. **Alternatives to Gross National Product. Human Wellbeing and Economic Goals**. Island Press. 1998.

EPICURO. **Carta sobre a Felicidade: (a Meneceu)**. São Paulo: Unesp. 2002.

FIB. **A Felicidade Interna Bruta**. Disponível em: <<http://www.felicidadeinternabruta.org.br/sobre.html>>. Acesso em: 26 de julho de 2020.

FREY, Bruno S.. **Happiness: A Revolution in Economics**. Massachusetts Institute of Technology. 2008. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=JZ7uDwAAQBAJ&printsec=frontcover&source=gbs_book_other_versions_r&redir_esc=y#v=onepage&q=knowledge&f=false>. Acesso em: 29 de julho de 2020.

GIANETTI, Eduardo. **Felicidade**, 1ª Ed. Companhia das Letras. Outubro, 2002.

GREVE, Bent. **Felicidade**. Editora Unesp. São Paulo, 2013.

HPI. **Happy Planet Index**. Disponível em: <<http://happyplanetindex.org/>>. Acesso em: 29 de julho de 2020.

HENDERSON, Hazel. **PIB: Um Indicador Anacrônico**. Biblioteca Diplô, p. 1-3. Dezembro, 2007.

IBGE. **O que é**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25089-censo-1991-6.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 30 de setembro de 2020.

IBGE. **IBGE População: Censo Demográfico**. Disponível em: <<https://bit.ly/3dRcRCj>>. Acesso em: 30 de setembro de 2020.

JUNGES, Márcia; COSTA, Andriolli. **O aumento dos bens ou mercadorias e o crescimento das “necessidades”**. IHU On-line, Nº 414, ano XV, p. 12-13. 2014.

JUSBRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/home>>. Acesso em: 28 de agosto de 2020.

KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e Devagar: Duas formas de Pensar**. Rio de Janeiro, RJ. Objetiva, 2012.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social**. Editora Cortez. UNESCO. São Paulo – SP, 2001.

KRUGMAN, Paul R; WELLS, Robin. (2009). **Economics**. 4ª ed.. New York, NY 10010: Worth Publishers. p. 3. 2015.

LEGATUM INSTITUTE. **Índice de Prosperidade Legatum**. Disponível em: <<https://li.com/>>. Acesso em: 29 de julho de 2020.

LEGATUM INSTITUTE. **The Legatum Prosperity Index: Methodology Report**. Bringing Prosperity to Life. 2016.

LEVINE, Robert. **Tempo e Bem-Estar**. Revista de Estudos Culturais 2. Dossiê Temporalidades. 2020.

LEVISKY, David Léo. **A Violência na Sociedade Contemporânea: Prefácio**. EDIPURCS. Porto Alegre, 2010.

LOUETTE, Anne. **Indicadores de Nações: Uma Contribuição ao Diálogo da Sustentabilidade**. WHH – Antakarana Cultura Arte Ciência. 1ª Ed.. São Paulo – SP, 2009.

MACHADO, João Guilherme R.; PAMPLONA, João Batista. **ONU e o Desenvolvimento Econômico: Uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD**. Economia e Sociedade, Vol.17, Nº 1 (32), p. 53-84. Campinas. Abril, 2008.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macroeconomia**. Campus, 2ª Ed.. 2001.

MARIANO, Enzo Barberio. **Progresso e Desenvolvimento Humano: Teorias e indicadores de riqueza, qualidade de vida, felicidade e desigualdade**. Editora Alta Books. Rio de Janeiro, 2019.

MCBRIDE, Michael. **Money, Happiness and Aspirations: An Experimental Study**. University of Califórnia, Irvine. Abril, 2009.

MENDES, Marcos. **Por que a Intervenção do Governo pode gerar Prejuízos à Sociedade?** 2011. Disponível em: <<http://www.brasil-economia-governo.org.br/2011/05/05/por-que-a-intervencao-do-governo-pode-gerar-prejuizos-a-sociedade/>>. Acesso em: 24 de agosto de 2020.

NAÇÕES UNIDAS. **Promovendo a prevenção ao crime: diretrizes e projetos selecionados**. Escritório contra Drogas e Crime. Fevereiro, 2004.

NASCIMENTO et. al.. **Externalidades Ambientais Positivas e Negativas Identificadas nos Relatórios Contábeis em um Indústria do Setor Frigorífico**. Disponível em: <<http://www.revistaea.org/pf.php?idartigo=2116>>. Acesso em: 24 de agosto de 2020.

NERY, Pedro Fernando. **Economia da Felicidade: Implicações para Políticas Públicas**. Núcleo de Estudos e Pesquisa da Consultoria Legislativa. Textos para Discussão 156. Outubro, 2014.

NIZA, Cláudia Fernandez. **Economia da Felicidade e Política Social: Contributos da Ciência Comportamental para Orientação da Acção Pública com vista ao Desenvolvimento Humano**. Universidade Técnica de Lisboa. Setembro, 2007.

OISHI, Shigehiro; KESEBIR, Selin. **Income Inequality Explains Why Economic Growth Does Not Always Translate to an Increase in Happiness**. Association for Psychological Science, Vol. 26 (10), p. 1630-1638. 2015.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Revista da FAE. Curitiba, Vol. 5, Nº 2, p. 37-48. Maio/Agosto, 2002.

ONU BR. **Saúde mental depende de bem-estar físico e social, diz OMS em dia mundial**. Outubro, 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/saude-mental-depende-de-bem-estar-fisico-e-social-diz-oms-em-dia-mundial/amp/>>. Acesso em: 28 de agosto de 2020.

ONU NEWS. **Novo estudo revela mais de 500 milhões de pessoas vivendo na pobreza no mundo**. Julho, 2019. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2019/07/1679661>>. Acesso em: 30 de setembro de 2020.

ONU NEWS. **Uma pessoa comete suicídio a cada 40 segundos no mundo**. Setembro, 2019. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2019/09/1686212>>. Acesso em: 30 de setembro de 2020.

OXFAM BRASIL. **Bilionários do mundo têm mais riqueza do que 60% da população mundial.** Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/noticias/bilionarios-do-mundo-tem-mais-riqueza-do-que-60-da-populacao-mundial/#:~:text=Os%202.153%20bilion%C3%A1rios%20do%20mundo,de%2060%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20mundial>>. Acesso em: 30 de setembro de 2020.

PASTORE, José. **Riqueza e Felicidade.** Jornal da Tarde. 2001. Disponível em: <http://www.josepastore.com.br/artigos/ac/ac_092.htm>. Acesso em: 22 de julho de 2020.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia.** 8ª ed.. Pearson Education do Brasil. São Paulo, 2013.

PISA, Beatriz Jackiu. **Uma Proposta para o Desenvolvimento do Índice de Avaliação da Governança Pública (IGOV): Instrumento de Planejamento e Desenvolvimento do Estado.** Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano: Edição do 20º Aniversário.** A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano. IPAD. 2010.

RAYO, Luís; BECKER, Gary S.. **Evolutionary Efficiency and Happiness.** Journal of Political Economy, Vol. 115, Nº 2. 2007.

ROCHA, Fábio Lopes. **Direito biomédico, Neurociências e Psiquiatria –aspectos teóricos e práticos: Doença mental e estigmas.** Percurso Acadêmico, v. 3, n. 5, p. 143-145. Belo Horizonte. Junho, 2013.

RODRIGUES, Maria Cecília P.. **O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU.** Ponto de Vista. Conjuntura Econômica, p. 20. Julho, 1993.

SABETAN, Farhad. **The Concept of Prosperity.** 2003. Disponível em: <<https://www.badishams.net/wp-content/uploads/2017/11/The-Concept-of-Prosperity-Farhad-Sabtan.pdf>>. Acesso em: 24 de julho de 2020.

SALES, Aline P.; FERREIRA, Cassiano de A.; VERONEZE, Ricardo B.; REZENDE, Líviane T.; COSTA, Américo P.; SETTE, Ricardo de S.. **Felicidade Interna Bruta: um estudo na cidade de Lavras – MG.** EnANPAD, XXXVI Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro – RJ, Setembro, 2012.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia.** Círculo do Livro. Editora Best Seller. São Paulo – SP, 1999.

SEBRAE/MG. **Políticas Públicas: Conceitos e Práticas.** Série Políticas Públicas, Vol. 7. Belo Horizonte – MG, 2008.

SEWAYBRICKER, Luciano Espósito. **Felicidade: utopia, pluralidade e política – A delimitação da felicidade enquanto objeto para a ciência.** Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado. São Paulo, 2017.

SHIKIDA, Pery Francisco A.. **A gente não quer só dinheiro... A gente quer dinheiro e felicidade: Notas e reflexões no contexto da ciência econômica.** Ciências Sociais Aplicadas em Revista – UNIOESTE/MCR. Vol. 8, Nº14. 2008.

SHILLER, Robert J.. **Why do People Deslike Inflation?** NBER Working Paper Series. Working Paper 5539. Cambridge, MA 02138. Abril, 1996.

SILVA et. al.. **Princípios da Governança no Setor Público: Um Estudo no Tribunal de Contas do Estado do Ceará.** XXXV EnANPAD. Rio de Janeiro – RJ, Setembro, 2011.

SIMON, Herbert A. **A Behavioral Model of Rational Choice.** The Quaterly Journal of Economics – Vol. 69, Nº 1, 99-118. 1955.

SORAGGI, Fernanda; PASCHOAL, Tatiane. **Relação entre bem-estar no trabalho, valores pessoais e oportunidades de alcance de valores pessoais no trabalho.** Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 11, n. 2, p. 614-632. Rio de Janeiro, 2011.

SOUSA, Maria da Conceição Sampaio de. **Bens Públicos e Externalidades.** Universidade de Brasília. Introdução à Economia. 2008.

SUSIN, Kalinka. **Desconstuindo a Felicidade Interna Bruta, medida de riqueza do Butão.** 2018. Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/blog/nova-etica-social/post/desconstruindo-felicidade-interna-bruta-medida-de-riqueza-do-butao.html>>. Acesso em: 29 de julho de 2020.

TAVARES, Hermano; LOBO, Daniela Sabbatini S.; FUENTES, Daniel; BLACK, Donald W. **Compras compulsivas: uma revisão e um relato de caso.** Rev. Bras. Psiquiatr.. 2008.

THE ONE BRIEF. **Impacto da Saúde Mental e Emocional no Bem-Estar dos Funcionários.** Disponível em: <<https://theonebrief.com/latam/portugues/post/o-impacto-da-saude-mental-e-emocional-no-bem-estar-dos-funcionarios/>>. Acesso em: 30 de agosto de 2020.

THE WORLD BANK. **World Development Indicators.** Disponível em: <<https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=2&series=NY.GDP.MKTP.CD&country=>>>. Acesso em: 29 de dezembro de 2020.

TIDEMAN, Sander G.. **Gross National Happiness: Towards a New Paradigm in Economics.** Pág. 222-247, 2004. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/33413759.pdf>>. Acesso em: 29 de julho de 2020.

UNDP. **Human Development Index.** Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/composite/HDI>>. Acesso em: 29 de dezembro de 2020.

VAN PRAAG, Bernard. **Perspectives from the Happiness Literature and the role of new Instruments for Policy Analysis**. CESifo Economic Studies. January, 2007.

VEBLÉN, Thorstein Bunde. **Teoria da Classe Ociosa**. 1899. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/155925/mod_resource/content/1/Veblen - Teoria da Classe Ociosa - Cap%C3%ADtulos 1 a 6.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/155925/mod_resource/content/1/Veblen_-_Teoria_da_Classe_Ociosa_-_Cap%C3%ADtulos_1_a_6.pdf)>. Acesso em: 03 de agosto de 2020.

VEENHOVEN, Ruut. **Happiness in Nations**. Subjective appreciation of life in 56 nations 1946-1992. World Database of Happiness, p.17. 1993.

WORLD BANK. **Má saúde mental é um obstáculo ao desenvolvimento da América Latina**. Julho de 2015. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/pt/news/feature/2015/07/13/bad-mental-health-obstacle-development-latin-america>>. Acesso em: 30 de agosto de 2020.

WHR. **World Happiness Report 2019**. 2019. Disponível em: <<https://s3.amazonaws.com/happiness-report/2019/WHR19.pdf>>. Acesso em: 29 de dezembro de 2020.

WHR. **World Happiness Report 2020**. 2020. Disponível em: <<https://happiness-report.s3.amazonaws.com/2020/WHR20.pdf>>. Acesso em: 29 de dezembro de 2020.

WHO. **Suicide in the World: Global Health Estimates**. 2019. Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/rest/bitstreams/1244794/retrieve>>. Acesso em: 24 de julho de 2020.

WVS. **World Values Survey**. Disponível em: <<http://www.worldvaluessurvey.org/wvs.jsp>>. Acesso em: 29 de julho de 2020.

ZUCCO, Vanessa. **Economia da Felicidade: Evidências e Propostas Teóricas**. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria – RS, 2015.

ANEXO A – LEGATUM PROSPERITY INDEX METHODOLOGY 2016
LISTA DE VARIÁVEIS

Pillar	Variable Label	Description	Source	Weight	Min Value	Max Value	Rationale
Business Environment	Affordability of Financial Services	Expert Opinion Survey: "In your country, to what extent are financial services affordable for businesses? [1 = not affordable at all; 7 = affordable]"	World Economic Forum	1	1	7	Affordable financial services allow citizens to pursue new ideas and opportunities that improve prosperity.
Business Environment	Ease of Getting Credit	A distance to frontier score based on the components: 1) strength of creditor and borrower's legal rights (strength of collateral laws for borrowers and creditors, and bankruptcy laws for creditors); 2) depth of credit information; 3) credit bureau coverage; 4) credit registry coverage.	World Bank Doing Business Data	2	0	100	If citizens and businesses are unable to get credit to fund their ideas, then individual and overall prosperity suffers.
Business Environment	Ease of Getting Electricity	The cost to obtain a connection to electricity, as % of income per capita. Logged value.	World Bank Doing Business Data	1	0.61	59874	Access to affordable electricity allows business to generate prosperity and individuals to enjoy prosperous lives.
Business Environment	Ease of Resolving Insolvency	A distance to frontier score based on the components: 1) time to recover debt; 2) cost of recovering debt; 3) outcome (going concern or assets sold piecemeal); 3) recovery rate for secured creditors.	World Bank Doing Business Data	1	0	100	Weaknesses in existing insolvency law and procedural and administrative bottlenecks in the insolvency process keep businesses taking risks and innovating, which are central to prosperity generation.
Business Environment	Ease of Starting a Business	A distance to frontier score based on the components: : 1) Time for Preregistration, registration and postregistration; 2) Cost of registrations; 3) Procedures before final document is received; 4) Paid-in minimum capital.	World Bank Doing Business Data	2	0	100	Greater barriers to starting a business block the flow of new ideas into the economy and keep citizens from creating opportunity.
Business Environment	Fixed Broadband Subscriptions	Fixed broadband subscriptions refers to fixed subscriptions to high-speed access to the public internet, per 100 people.	World Development Indicators	1	0	80	Access to high-speed internet provides businesses with a wealth of opportunity to grow and flourish.
Business Environment	Hiring and Firing Practices	Expert Opinion Survey: "In your country, how would you characterize the hiring and firing of workers? [1 = heavily impeded by regulations; 7 = extremely flexible]"	World Economic Forum	0.5	1	7	A flexible labour market allows businesses to adapt to new challenges and to hire the people they need when they need.
Business Environment	Intellectual Property Protection	Expert Opinion Survey: "In your country, how strong is the protection of intellectual property, including anti-counterfeiting measures? [1 = extremely weak; 7 = extremely strong]"	World Economic Forum	1.5	1	7	Fair and clear regulation, by establishing clear rules of ownership and rights, incentivises business innovation.
Business Environment	Logistics Performance Index	Weighted average of: 1) Efficiency of the clearance process by border control agencies, including customs; 2) Quality of trade and transport related infrastructure ;3) Ease of arranging competitively priced shipments; 4) Competence and quality of logistics services; 5) Ability to track and trace consignments; 6) Timeliness of shipments in reaching destination within the scheduled or expected delivery time. Scaled from 1 to 5.	World Bank Development Indicators	1.5	1	5	High tariffs, restrictive regulations, and poor infrastructure limit the market access that businesses need to flourish.
Business Environment	Perception of Starting New Businesses	Survey question: "Is the city or area where you live a good place or not for people starting new businesses?"	Gallup World Poll	1	0.09	1	If citizens feel they can't start a new business, it keeps them from fulfilling their potential and keeps the wider economy from flourishing.
Business Environment	Perception of Working Hard Getting One Ahead	Survey question: "Can people in this country get ahead by working hard, or not?"	Gallup World Poll	1.5	0.1	1	The perception that hard work pays off is a central characteristic of a business environment that is free and fair, and generates prosperity for all.
Business Environment	Redundancy Costs	Redundancy costs in weeks of salary	World Economic Forum	0.5	0	104	Excessive redundancy costs make it hard for businesses to adapt to new challenges and to rationalise their resources.
Economic Quality	Absolute poverty	The percentage of population living on less than \$1.90 a day at 2011 international prices.	World Bank Development Indicators; Own Calculation	1.5	0	100	For citizens to be prosperous, they must at least a basic absolute level of material wealth.

Pillar	Variable Label	Description	Source	Weight	Min Value	Max Value	Rationale
Economic Quality	Average economic growth in previous 5 years	GDP per-capita growth rate, trailing five years.	International Monetary Fund	1.5	-0.2	0.2	Stable, persistent growth can raise aggregate living standards and material wealth.
Economic Quality	Effectiveness of Anti-monopoly Policy	Question: "In your country, to what extent does anti-monopoly policy promote competition? [1 = does not promote competition; 7 = effectively promotes competition]".	World Economic Forum	1.5	1	7	Effective anti-monopoly policies ensure an economy is competitive and diverse, and that delivers broad-based material wealth.
Economic Quality	Export Diversification Index	Measure of diversification of export basket. Higher values indicate less complexity.	International Monetary Fund	2	0	7	A complex economy provides a wider range of goods and services, and opportunities for a wider range of skills. It is also more resilient to shocks.
Economic Quality	Export Quality Index	Measures uses export prices as a proxy for quality of exports. Higher values indicate greater quality.	International Monetary Fund	1	0	1.3	An economy capable of producing high quality exports is one that adds value to prosperity at home and abroad.
Economic Quality	Feelings about Household Income	Survey question: "Which one of these phrases comes closest to your own feelings about your household income these days?"	Gallup World Poll	1	0	0.9	Aggregate economic growth and development matters most when it translates into more material prosperity for households.
Economic Quality	Female labour Force Participation	Female labour force as a % of the female working age (15-64) population	International Labour Organization	1	0	100	Low female labour force participation rates imply that around half of a country's labour force does not have direct access to the economy and the material benefits it brings.
Economic Quality	Financial Engagement	Percentage of population aged 15 or above with a bank account.	International Monetary Fund	1	0	100	Access to financial services enables citizens to benefit fully from economic prosperity.
Economic Quality	Labour Force Participation	Labour force as a % of the working age (15-64) population.	International Labour Organization	1	30	100	A low overall labour force participation rate implies that a country's labour force is not contributing to and does not have access to the material benefits produced by its economy.
Economic Quality	Prevalence of trade barriers	Question: "In your country, to what extent do non-tariff barriers (e.g., health and product standards, technical and labeling requirements, etc.) limit the ability of imported goods to compete in the domestic market? [1 = strongly limit; 7 = do not limit at all]".	World Economic Forum	1.5	1	7	Many trade barriers are non-tariff regulations that limit consumer choice and producer opportunity.
Economic Quality	Relative poverty	The percentage of the population living below the national poverty lines.	World Bank Development Indicators; Own Calculation	1.5	0	100	In more developed economies, the basic absolute level of wealth suggested by the absolute poverty measure is not high enough. In these economies, the basic level of wealth is estimated relative to the costs of living in the country.
Economic Quality	Satisfied with Standard of Living	Survey question: "Are you satisfied or dissatisfied with your standard of living, all the things you can buy and do?"	Gallup World Poll	1.5	0	1	A high quality economy delivers more than just household income. It is one where citizens have access to a range of affordable goods and services.
Economic Quality	Unemployment	The percentage of labour force that is not employed.	International Labour Organization	2	0	40	Unemployment has large negative effect on individual and social well-being, and on material prosperity.
Education	Adult Literacy Rate	% population aged 15 and above who can, with understanding, read and write a short, simple statement on their everyday life. Generally, 'literacy' also encompasses 'numeracy', the ability to make simple arithmetic calculations.	World Bank Development Indicators; UN; Own Calculation	1	5	100	Adult literacy is a measure of broad based access to education, which allows citizens to develop their potential and contribute productively to their society.
Education	Education Inequality Index	Gini Coefficient of education distribution among 15+ population. Accounts for dispersion of average years of schooling among the population, and for levels of education within four categories and cumulative years of schooling at each level of education.	Castelló-Climent and Doménech (2012)	2	0	1	High Education Inequality implies that access to education is uneven, restricting the ability of citizens fully contribute to their societies.

Pillar	Variable Label	Description	Source	Weight	Min Value	Max Value	Rationale
Education	Education Quality Score	Standardized measure of pupils' achievements in reading, mathematics and sciences in primary and secondary education based on various international assessments available.	Indicators of Quality of Student Achievement (IQSA). Altinoka, Dieboltb & Demeulemeester (2014); Own Calculation	2	150	650	Moving beyond the quantity dimension of education, measured by enrolment, the Education Quality Score measures the quality of education available to citizens. A better-educated citizenry is better able to contribute to their society.
Education	Girls to Boys Enrolment Ratio	The absolute variation from 100 in the ratio of the gross enrolment rate of girls to boys in primary and secondary education levels in both public and private schools. We have adjusted this variable by the share of each gender in the population.	World Bank Development Indicators	1	0	0.5	Ratios close to 1 indicate a more gender-even access to education, allowing both genders to contribute to and share in their country's prosperity.
Education	Perception that Children are Learning in Society	Survey question: "Do most children have the opportunity to learn and grow every day, or not?"	Gallup World Poll	1	0.02	1	Citizens' perception of the educational opportunities available to them and their children are also key to assessing the quality of education in a given country. This measure covers educational opportunities available outside the formal education sector.
Education	Primary Completion Rate	Ratio of total number of students successfully completing or graduating from the last year of primary school in a given year to the total number of children of official graduation age in the population.	World Bank Development Indicators	1.5	10	100	The primary completion rate is both a measure of basic educational access and school quality, both of which enhance peoples' opportunities to increase life satisfaction.
Education	Satisfaction with Educational Quality	Survey question: "In the city or area where you live, are you satisfied or dissatisfied with the educational system or the schools?"	Gallup World Poll	1	0.12	1	Citizens' perception of the educational opportunities available to them and their children are also key to assessing the quality of education in a given country.
Education	Secondary education per worker	Average years of secondary education completed per worker	Barro and Lee (2010) and Own Calculation	1	0	7	Human capital, measured by the years of education per head or worker, is an engine for growth in material wealth. This measures human capital at a foundational level.
Education	Technical and vocational education enrolment	Technical/vocational enrolment (between ages 11 and 18) as % of total enrolment of those ages.	World Bank Development Indicators	1	0	50	A prosperous society recognises and benefits from a diversity of talents. Technical and vocational education offers non-academic students a chance to flourish.
Education	Tertiary education per worker	Average years of tertiary education completed per worker	World Bank Development Indicators	1	0	2	Human capital, measured by the years of education per head or worker, is an engine for growth in material wealth. This measures human capital at a more advanced level.
Education	Top Universities	Count of tertiary institutions in the top-200 list of the QS World University Rankings. Logged value and adjusted by population.	QS World University Rankings	1	0	90	The number of top universities in a country is both a measure of how available high-quality education is and of the ability of the education sector to contribute through R&D to a country's prosperity.
Education	Youth Literacy Rate	The percentage of people aged 15 to 24 years who can both read and write with understanding a short simple statement on their everyday life. Generally, 'literacy' also encompasses 'numeracy', the ability to make simple arithmetic calculations.	World Bank Development Indicators; UN; Own Calculation	1	5	100	Youth literacy is a measure of access to education at the younger end of the population structure. Particularly as this group is a country's future labour force, high youth literacy allows citizens to develop their potential and contribute productively to their society.
Environment	Air pollution	Average proportion of the population whose exposure to PM2.5 is above the World Health Organization thresholds. PM2.5 comes from combustion activities (motor vehicles, power plants, wood burning, etc.) and certain industrial processes.	Environmental Performance Index	2	0	1	Air pollution has immediate negative effects on peoples' health and in preventing them from enjoying their environment, on social well-being.
Environment	Fish stocks	Fraction of fish stocks overexploited and collapsed by EEZ. Landlocked countries are given a regional mean.	Environmental Performance Index	1	0	100	Biodiversity provides people with a wider range of goods and services, while also conveying a sense of social well being.

Pillar	Variable Label	Description	Source	Weight	Min Value	Max Value	Rationale
Environment	Freshwater withdrawal	Domestic freshwater withdrawal as percentage of renewable resource. Capped at 100.	World Bank Development Indicators	1	0	100	The over-exploitation of resources like freshwater damages the natural environment, restricting its ability to support biodiversity, and also damages the sustainability of agriculture.
Environment	Marine protected areas	Areas of intertidal or subtidal terrain--and overlying water and associated flora and fauna and historical and cultural features--that have been reserved by law or other effective means to protect part or all of the enclosed environment (% territorial waters).	World Bank Development Indicators	1	0	100	The disruption of marine areas has an impact on health, economic production (tourism), and peoples' opportunities for recreation.
Environment	Pesticide regulation	Regulation of the dirty-dozen persistent organic pollutants (POPs) under the Stockholm Convention. Scaled from 0 to 25.	Environmental Performance Index	1	0	25	The use of persistent organic pesticides negatively affects well being directly, through its effects on health, and indirectly, through its effects on the ecosystem.
Environment	Preservation efforts	Survey question: "Are you satisfied with efforts to preserve the environment?"	Gallup World Poll	1	0	1	Peoples' perception of space, and the opportunities they have for outdoor activities, has an effect on social cohesion and creates a sense of community, besides affecting physical and mental health.
Environment	Terrestrial protected areas	Totally or partially protected areas of at least 1,000 hectares that are designated by national authorities as scientific reserves with limited public access, national parks, natural monuments, nature reserves or wildlife sanctuaries, protected landscapes, and areas managed mainly for sustainable use (% total land area).	World Bank Development Indicators	1	0	70	Protected and open green areas provide people with the opportunity for outdoor recreation, creating a stronger community and elevating individual well being.
Environment	Wastewater treatment	Percentage of anthropogenic wastewater that receives treatment	Environmental Performance Index	1	0	100	Treating anthropogenic wastewater reduces water pollution, improving the health and well being of surrounding populations
Environment	Water source	The percentage of population with access to an improved drinking water source: piped water to premises; public taps, wells, or boreholes; protected springs; and rainwater collection.	World Bank Development Indicators	2	20	100	Access to drinking water that is clean and safe has immediate health benefits.
Governance	Confidence in Honesty of Elections	Survey question: "In this country, do you have confidence in the honesty of elections?"	Gallup World Poll	1	0	1	Citizens who have more confidence in the honesty of elections and who feel they vote is meaningful, enjoy higher levels of well being.
Governance	Confidence in National Government	Survey question: "In this country, do you have confidence in the national government?"	Gallup World Poll	1	0	1	Citizens who have more confidence in their national government and its institutions are better at generating social capital and social well being.
Governance	Corruption Perceptions Index	An index of perceived corruption in the public sector. A combination of surveys and assessments of corruption, collected by a variety of reputable institutions.	Transparency International	2	0	100	Corruption damages governance and economic growth, while also making citizens disengaged with politics and non-participative in political, which reduces social well being, life
Governance	Democracy level	The extent to which a society is autocratic or democratic. This measure depends on the competitiveness of executive recruitment, constraints on chief executives, regulation of political participation, and competitiveness of political participation.	Center for Systemic Peace	1.5	-10	10	Citizens living in democracies, where their voice is heard and their governments accountable, enjoy higher levels of social well being and income.
Governance	Efficiency of Legal System in Challenging Regulation	Executive Opinion Survey: "In your country, how easy is it for private businesses to challenge government actions and/or regulations through the legal system? [1 = extremely difficult; 7 = extremely easy]"	World Economic Forum	1	1	7	A legal system that enables private citizens to challenge and hold their governments to account generates more institutional and social trust, and higher levels of well being and economic wealth.
Governance	Government effectiveness	Perceptions of the quality of public services, the quality of the civil service and the degree of its independence from political pressures, the quality of policy formulation and implementation, and the credibility of the government's commitment to such policies. Scaled from -2.5 to 2.5.	World Bank Worldwide Governance Indicators	1.5	-2.5	2.5	Improving peoples' perceptions of quality in public services is an important part of building social capital, and is essential in measuring social well being.

Pillar	Variable Label	Description	Source	Weight	Min Value	Max Value	Rationale
Governance	Judicial Independence	Executive Opinion Survey: "In your country, to what extent is the judiciary independent from influences of members of government, citizens, or firms? [1 = heavily influenced; 7 = entirely independent]"	World Economic Forum	2	1	7	Judicial independence is a central component of a well governed society, and a well governed society provides higher levels of income and well being to its citizens.
Governance	Political Participation and Rights	Ability to participate in political processes such as voting in legitimate elections, joining parties, running for office, etc. This variable captures elements relating to the electoral process, political pluralism and participation as well as the functionality of the government and additional discretionary political rights. Scaled from 1 to 7.	Freedom House	1.5	1	7	While political rights and participation are mediated by institutions, they reflect personal freedom and human rights, which are central components of prosperity.
Governance	Regulatory quality	Regulatory Quality captures perceptions of the ability of the government to formulate and implement sound policies and regulations that permit and promote private sector development. Scaled from -2.5 to 2.5.	World Bank Worldwide Governance Indicators	1	-2.5	2.5	Regulations that incentivise rather than inhibit the private sector development create prosperity.
Governance	Rule of law	The extent to which agents have confidence in and abide by the rules of society, and in particular the quality of contract enforcement, property rights, the police, and the courts, as well as the likelihood of crime and violence. Scaled from -2.5 to 2.5.	World Bank Worldwide Governance Indicators	2	-2.5	2.5	Rule of Law builds trust in institutions and between citizens, improving social well being, and providing the foundation for growth.
Governance	Transparency of Government Policymaking	Executive Opinion Survey: "In your country, how easy is it for businesses to obtain information about changes in government policies and regulations affecting their activities? [1 = extremely difficult; 7 = extremely easy]"	World Economic Forum	0.5	1	7	Opaque and unpredictable policies make the operation of businesses, and the creation of wealth, difficult.
Governance	Voting Age Population Turnout	Voting age population turnout statistics is calculated by dividing the total vote by an estimated voting age population.	Institute for Democracy and Electoral Assistance	1	0	110	Voting allows citizens to improve their society's well being, and a high turnout indicates an active and engaged citizenry.
Governance	Women in National Parliaments	The percentage of women in the lower or single House of the National Parliament.	Inter-Parliamentary Union	1	0	0.8	Women's participation and representation in the political process reflects the personal freedoms and human rights - and so prosperity - of a large share of the population.
Health	Diabetes Prevalence	The percentage of population aged 18 or above that have diabetes. The variable is imputed based on Diabetes Disability-Adjusted Life Year (DALY).	International Diabetes Federation and Own Calculation	0.5	0	50	Diabetes is an important public health concern for all countries, and its prevalence is increasing at a rapid rate.
Health	Health Problems	Survey question: "Do you have any health problems that prevent you from doing any things people your age normally can do?"	Gallup World Poll	1	0	0.58	Self-reported health is related to actual health problems and risk factors, and offers a window into how healthy people perceive themselves to be.
Health	Immunization against DPT	Percentage of 12-23-month children who have received three doses of the combined diphtheria, tetanus toxoid and pertussis (DTP3) vaccine in a given year.	World Health Organisation	1.5	0	100	Immunisation against infectious diseases measures a country's healthcare system coverage and performance; how well it is keeping its population healthy.
Health	Immunization against Measles	Percentage of 12-23-month children who received vaccinations before 12 months or at any time before the survey. A child is considered adequately immunised against measles after receiving one dose of vaccine.	World Health Organisation	1.5	0	100	Immunisation against infectious diseases measures a country's healthcare system coverage and performance; how well it is keeping its population healthy. Measles is of particular relevance since immunisation has slowed and declined in recent years.
Health	Improved Sanitation Facilities	The percentage of population with access to private or shared waste disposal facilities that can effectively prevent human, animal and insect contact with excreta.	World Bank Development Indicators	1.5	0	100	Having access to sanitation facilities is a central component of a functioning public health system and an important determinant of citizens' health.

Pillar	Variable Label	Description	Source	Weight	Min Value	Max Value	Rationale
Health	Joy	Composite of Gallup questions: Did you smile or laugh a lot yesterday?, Did you feel well-rested yesterday?, Did you experience enjoyment during a lot of the day yesterday?	Gallup World Poll	1	0	1	Mental health is an integral part of overall health and individual well being. Here we measure its positive aspect.
Health	Life Expectancy at Birth	Life expectancy at birth indicates the number of years a newborn infant would live if prevailing patterns of mortality at the time of its birth were to stay the same throughout its life.	World Bank Development Indicators	2	18	90	Life expectancy at birth is the most commonly used metric to assess the health status of a population.
Health	Mortality Rate	Age-Standardized total deaths for all causes, per 100,000 people, both sexes.	World Health Organisation	2	50	2000	A country's mortality rate is a health outcome measure that is closely related to the effectiveness of the healthcare system.
Health	Obesity Prevalence	Percentage of defined population with a body mass index (BMI) of 30 kg/m ² or higher.	World Health Organisation	0.5	0	50	Being overweight or obese is an important risk factor for a range of ailments.
Health	Sadness	Composite of Gallup questions: Did you experience sadness during a lot of the day yesterday?, Did you experience worry during a lot of the day yesterday?	Gallup World Poll	1	0	1	Mental health is an integral part of overall health and individual well being. Here we measure its negative aspect.
Health	Satisfaction with Healthcare	Survey question: "In city/area, satisfied with the availability of quality healthcare?"	Gallup World Poll	1	0.03	1	Citizens' satisfaction with healthcare is related to the quality of healthcare received, and offers a window on how good citizens perceive their healthcare to be.
Health	TB deaths	Quality-adjusted life years lost due to tuberculosis per 100,000 people. Logged value.	World Health Organisation	0.5	0	400	Infectious diseases incidence measures a country's healthcare system coverage and performance; how well it is keeping its population healthy. While TB has been in decline over recent years, its global incidence remains high.
Personal Freedom	Civil Liberties	Freedoms of expression and belief, associational and organizational rights, rule of law, and personal autonomy without interference from the state.	Freedom House	2	1	7	A high degree of civil liberty is associated with higher levels of democracy and social well being.
Personal Freedom	Conscription	Legal status and use of conscription.	Fraser Institute	0.5	0	12	The ability of a state to coerce its citizens into military employment erodes personal freedom and well being.
Personal Freedom	Death penalty	Legal status of death penalty.	Death Penalty Information Center	1	0	1	Support for the death penalty is associated with low levels of social and governmental trust and individualist and authoritarian values, none of which are associated with prosperity.
Personal Freedom	Ethnic minorities tolerance	Is your city/area a good place to live for ethnic minorities?	Gallup World Poll	1	0	1	A prosperous society recognises, respects, and benefits from a diversity of ethnicities.
Personal Freedom	Governmental Religious Restrictions	Governmental restrictions on religion, efforts by governments to ban particular faiths, prohibit conversions, limit preaching or give preferential treatment to one or more religious groups.	Pew Research Centre	1	0	10	A prosperous society recognises, respects, and benefits from a diversity of religions. Here we measure restrictions from the government.
Personal Freedom	Immigrants tolerance	Is your city/area a good place to live for immigrants?	Gallup World Poll	1	0	1	A prosperous society recognises, respects, and benefits from peoples' talents and values not citizenship.
Personal Freedom	LGBT groups tolerance	Survey question: "Is your city/area a good place to live for gay/lesbian people?"	Gallup World Poll	1	0	1	A prosperous society recognises, respects, and benefits from a diversity of sexualities. Here we measure how LGBT-friendly citizens perceive their societies to be.
Personal Freedom	LGBT Rights	Proxy for the legal status of LGBT individuals. An ordinal scale that takes 0 if homosexuality is illegal, 1 if legal, 2 if civil unions between homosexual individuals are allowed, and 3 if marriage is allowed.	International LGBTI Association	1	0	3	A prosperous society recognises, respects, and benefits from a diversity of sexualities. Here we measure formal, legal constraints on peoples' sexuality.

Pillar	Variable Label	Description	Source	Weight	Min Value	Max Value	Rationale
Personal Freedom	Press Freedom	Legal, political, and economic restrictions on press freedom.	Freedom House	1.5	0	100	Citizens are not truly free if they are restrictions on what information they can publish and consume. A free press also an essential part of a functioning democracy.
Personal Freedom	Property rights between genders	Property rights and inheritance rights for both genders in the legal system.	World Bank Development Indicators	1	0	1	Property rights provide the basis on which to grow prosperity, but can damage prosperity when they are not applied equally across genders.
Personal Freedom	Satisfaction with freedom	Survey question: "Are you satisfied with your freedom to choose what you do with your life?"	Gallup World Poll	1.5	0.14	1	When people perceive that they have the opportunity and capability to do what they choose, they enjoy higher levels of well being.
Personal Freedom	Social Religious restrictions	The degree to which there are social barriers to freedom of religion in a country, acts of religious hostility by private individuals, organizations and social groups.	Pew Research Centre	1	0	10	A prosperous society recognises, respects, and benefits from a diversity of religions. Here we measure informal social restrictions.
Safety & Security	Availability of adequate food	Survey question: "Have there been times in the past 12 months when you did not have enough money to buy food that you or your family needed?"	Gallup World Poll	1.5	0	1	Food security is a central component of human security. An insecure food supply has a detrimental effect on a person's well being.
Safety & Security	Availability of adequate shelter	Survey question: "Have there been times in the past 12 months when you did not have enough money to provide adequate shelter or housing for you and your family?"	Gallup World Poll	1.5	0	1	Shelter/housing security is a central component of human security. Insecure housing has a detrimental effect on a person's well being.
Safety & Security	Battlefield Deaths	The number of battle-related deaths per million population. Logged value.	UCDP Battle-Related Deaths Dataset	1	0	22000	Battlefield-related deaths measure how unsafe populations are from large scale conflict.
Safety & Security	Civil and Ethnic War Casualties	Magnitude score of episode(s) of civil violence, ethnic warfare and ethnic violence involving that state in that year. Scaled from 0 to 9.	Center for Systemic Peace	2	0	9	Civil and ethnic war casualties measure how unsafe citizens are within their own borders.
Safety & Security	Intentional Homicides	Intentional homicides are estimates of unlawful homicides per 100 000 population purposely inflicted as a result of domestic disputes, interpersonal violence, violent conflicts over land resources, intergang violence over turf or control, and predatory violence and killing by armed groups. Logged value.	World Bank Development Indicators	2	0	120	High homicide rates indicate high insecurity at both a social and individual level, and are associated with lower levels of national prosperity.
Safety & Security	Political Terror Scale	This is a measure of state-sponsored political violence and repression within a country. Countries reporting a higher level of disappearances, torture and political violence are rated as more insecure according to this variable. Scaled from 1 to 5.	Amnesty International & US State Department Political Terror Scale	1	1	5	State-sanctioned killings, torture, disappearances and political imprisonment erode both individual and social security and safety.
Safety & Security	Property Stolen	Survey question: "Within the last 12 months, have you had money or property stolen from you or another household member?"	Gallup World Poll	1.5	0	0.7	High levels of theft imply low levels of social trust and high levels of individual insecurity - for thieves (as a cause) and victims (as an effect).
Safety & Security	Refugees (Origin country)	The number of people in refugee-like situations per million population, by country of origin. Logged value.	UNHCR	1	0	268300	When people's food and shelter situation is insecure and when institutions cannot support them, they flee.
Safety & Security	Road Deaths	Estimated road traffic fatal injury deaths per 100 000 population. Logged value.	World Health Organisation	0.5	0	55	Road deaths measure how safe a country's infrastructure and transport network is.
Safety & Security	Safe Walking Alone at Night	Survey question: "Do you feel safe walking alone at night in the city or area where you live?"	Gallup World Poll	1	0	1	Peoples' perception of how safe they feel in their home environment is a central component of their overall safety & security.
Safety & Security	Terrorist Attack Casualties in last five years	The average number in the last five years of confirmed fatalities for terrorist incidents, per million population. The number includes all victims and attackers who died as a direct result of the incident. Logged value.	Global Terrorism Database and Own Calculation	1.5	0	110	Terrorism-related deaths measure how unsafe populations are from terrorism and how well their governments protect them from terrorism.
Social Capital	Donations	Survey question: "Have you donated money to a charity in past month?"	Gallup World Poll	1	0	1	There is a strong link between pro-social spending, which includes donations to charity, and well being.

Pillar	Variable Label	Description	Source	Weight	Min Value	Max Value	Rationale
Social Capital	Help in troubles	Survey question: "If you were in trouble, do you have relatives or friends you can count on to help?"	Gallup World Poll	2	0	1	There are strong well being effects of the social support networks that families and friends provide.
Social Capital	Help Stranger	Survey question: "Have you helped a stranger or someone you didn't know who needed help in past month?"	Gallup World Poll	1	0	1	There are strong well being effects of the social support networks that people can provide each other beyond their friends and families.
Social Capital	Informal Help	Survey question: "Has your household sent financial help to another household in last year?" (same country)	Gallup World Poll	1	0	1	People are able to help each other beyond formal donations. Here we capture another, more informal aspect of giving that the more formal variables do not reflect.
Social Capital	Opportunity to make Friends	Survey question: "Satisfied with opportunities to meet people and make friends?"	Gallup World Poll	1	0	1	Frequent interaction with friends is both associated with systematically higher assessments of subjective wellbeing. This networking opportunity has also been tied to better economic performance.
Social Capital	Respect	Survey question: "Were you treated with respect all day yesterday?"	Gallup World Poll	1	0	1	Civic norms are a core element of social capital and are correlates with economic wealth.
Social Capital	Trust in Local Police	Survey question: "Do you have confidence in the local police force?"	Gallup World Poll	1	0	1	There is a strong link between institutional trust, particularly trust in the police, and economic growth and well being.
Social Capital	Voice Opinion	Survey question: "In the past month, have you voiced your opinion to a public official?"	Gallup World Poll	1	0	1	Political engagement, and its decline, is identified as an important part of civic engagement and social capital more broadly.
Social Capital	Volunteering	Survey question: "Have you volunteered time to an organisation in past month?"	Gallup World Poll	1.5	0	1	Volunteering has a strong positive effect on well being, particularly life satisfaction and a sense of control over life.
Social Capital	Voter Turnout	Turnout in most recent national legislative election (% registered electors) in seven years, else zero. Adjusted by democracy level.	IDEA	0.5	0	100	Turnout is a key measure of political participation identified as important for social capital. Turnout matters most when it translates into real political participation, which is in more democratic countries.